

A Defesa Nacional

N.º 622

Neste número:

- Liberdade e Democracia
- O Sentido da Hierarquia Militar e da Disciplina
- Curso de Controle de Tumultos na Polícia Militar do Estado do Paraná
- O Mundo Atlântico e seus Imperativos Estratégicos
- "Rondônia" e "Os Sertões do Noroeste"
- Ferrovias *versus* Rodovias no Brasil
- Problemas do Transporte no Brasil
- Mobilização
- Sistema de Tração Engesa
- Aciso — Arma Básica do Arsenal Psicológico
- Uma Doação de Serviços Militares
- A Reforma Administrativa no Exército
- As Flôres do Vandré



REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
55°

Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez 1968

Número
622

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma satisfação por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 3,00

(Desconto em fólio autorizado, mensal: NCr\$ 0,50)

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 12,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,60

Atrasado NCr\$ 0,80

ENDERÇO

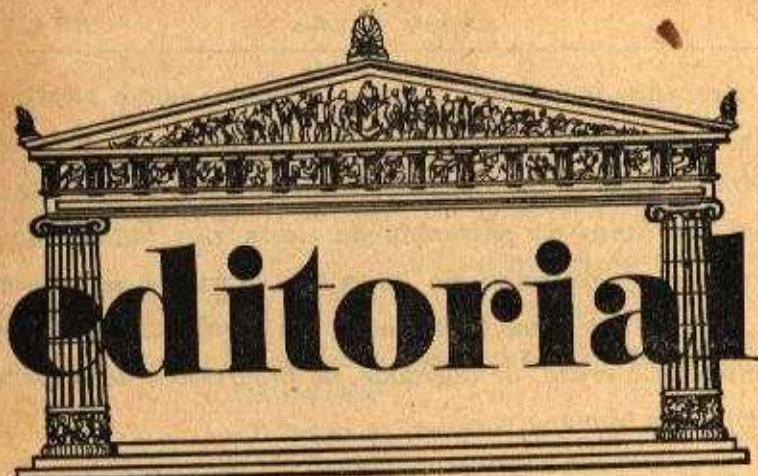
Ministério do Exército
Ala Marcellio Dias

Caixa Postal 17 (DO MEX)
ZC — 55
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
<i>Liberdade e Democracia</i> — Gen. Div. Moacir Araújo Lopes	5
<i>O Sentido da Hierarquia Militar e da Disciplina</i> — Cel. João Perboyre Vasconcelos Ferreira	43
<i>Curso de Controle de Tumultos na Policia Militar do Estado do Paraná</i> — Ten-Cel Ralph Sabino dos Santos	55
<i>O Mundo Atlântico e Seus Imperativos Estratégicos</i> — Geógrafo Therezinha de Castro	61
<i>"Rondônia" — "Os Sertões" do Noroeste</i> — Gen. Frederico Rondon	67
<i>Ferrovias Versus Rodovias no Brasil</i> — Cap. Inf. Orestes Blois Netto	85
<i>Problemas de Transportes no Brasil</i> — Min. Mário David Andreazza	89
<i>Notas Militares</i>	
<i>Mobilização</i> — Ten-Cel Inf. Hélio Augusto Canongia	127
<i>Sistema de Tração Engesa</i> — (Aprovado pela CETVAE em 1967)	131
<i>Aciso — Arma Básica do Arsenal Psicológico</i> — Cap. Inf. Athos Eichler Cardoso	135
<i>Uma Doação de Serviços Militares</i> — Maj. Reginaldo M. Miranda	139
<i>Informações</i>	
<i>A Reforma Administrativa</i> — Conferência do Cel. Confúcio Pamplona	143
<i>A Imprensa Noticiou</i>	
<i>As Flores de Vandrê</i> — Octávio Costa	155



Editoria

MENSAGEM DE NATAL E ANO NOVO

Ao ensejo do transcurso da data magna que assinala excepcional acontecimento nos fastos da história da humanidade, o nascimento do Menino Jesus, dirijo-me a todos os companheiros das Fôrças Armadas, associados ou não da Revista A DEFESA NACIONAL, para levar-lhes a minha mensagem afetuosa de felicidades em sincera saudação de humildade cristã.

Na mais expressiva manifestação de espiritualidade, elevo aos Céus o meu pensamento em oração de fervorosa fé, buscando o Cristo da Redenção, para rogar-lhe que derrame as suas bênçãos de misericórdia e de bondade, sobre todos os componentes da A DEFESA NACIONAL, diretores, cooperadores, funcionários, assinantes e leitores, estendendo-as até aos seus dignos lares que abrigam os seus entes mais queridos, iluminando a todos com a luz da verdade, da justiça e do amor, que tem a sua inesgotável fonte de energia nos sagrados mandamentos que norteiam a verdadeira vida de um povo cristão.

Aproxima-se o limiar de um novo ano. Seja a alvorada do seu primeiro dia, nesta imensa extensão geográfica do território nacional, anunciada, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, no canto da passarada da nossa rica fauna, como afirmação do determinismo da pátria brasileira se manter fiel ao ideal da democracia, nas suas legítimas expressões de civilização cristã, de liberdade, de progresso e de respeito à dignidade humana.

O patriotismo de todos os brasileiros e das suas Forças Armadas, é a sentinela da permanente vigilância, para assegurar que a Revolução de 31 de março cumprirá o seu irreversível propósito de conduzir o Brasil ao seu glorioso destino de nação poderosa, cristã e pacífica.

Ao reafirmar a todos os companheiros os votos que faço nesta saudação cristã, desejo ainda, para cada um, que o Ano de 1969 seja de paz e de muita prosperidade no seio das suas famílias e que mantenhamos indestrutível a força de coesão e de disciplina que nos une e identifica, no mesmo candente ideal — a grandeza do Brasil.

Gen-Div HUMBERTO DE SOUZA MELLO

DIRETOR-PRESIDENTE

LIBERDADE E DEMOCRACIA

Gen. Div. MOACIR ARAUJO LOPES

SUMÁRIO

- 1 — A Subversiva Filosofia do Profeta da Juventude
- 2 — A Liberdade
- 3 — O Suporte da Liberdade
- 4 — Base Jurídica dos Prâmbulos das Constituições
- 5 — Implicações Filosóficas
- 6 — Exemplos na América
- 7 — Liberdade e Democracia
- 8 — Conclusão.

1 — A Subversiva Filosofia do Profeta da Juventude

Herbert Marcuse — alemão de origem judaica, 72 anos, naturalizou-se americano em 1940, após abandonar o seu país, com a ascensão do nazismo. Notícia de jornal informa haver trabalhado na O S S., antecessora da atual C. I. A. É conferencista em diversas universidades americanas e, atualmente, professor de Filosofia e Economia Política na Universidade da Califórnia, em San Diego. Recentemente participou de um forum sobre Marx, sob os auspícios da UNESCO. É considerado o "profeta" da juventude rebelde. Está sendo ameaçado por entidades extremistas da direita (Ku Klux Klan), qualificado de asqueroso cão comunista. "A American Legion" formada pelos combatentes das duas grandes guerras reitera esforços para afastá-lo da Universidade onde leciona. Foi citado em comícios por Rudi Dutschke, Rudi o Vermelho, "chefe de estudantes em cólera", ferido em Berlim e a quem Marcuse visitou no hospital. Escreveu "Eros and Civilization" (1955), "One Dimensional Man" (1964), traduzidos e editados no Brasil com os títulos de "Eros e Civilização" e "Ideologia da Sociedade Industrial", respectivamente. É autor ainda de "Reason and Revolution" e "Soviet Marxism". Cita-se, ainda, uma primeira obra, sobre Hegel, como necessária a bem apreciar "Eros e Civilização", além de inúmeros ensaios, muitos sobre Marx. Dois deles foram agora publicados em "Marcuse".

A observação do comportamento atual de parte da mocidade, concorde com o aspecto demolidor da filosofia de Marcuse, parece-nos autorizar a classificá-lo não apenas como o profeta, mas sim como

o verdadeiro orientador da juventude e dos indivíduos e organismos que a pervertem.

Isto mesmo afirma Vamireh Chacon, na Introdução do livro "Marcuse":

"De qualquer forma, Herbert Marcuse — mais que Reich ou outros — vem sendo a fonte inspiradora deste movimento, sobretudo nos Estados Unidos, Alemanha e França". (Movimento de liberação sexual).

"... portanto não constitui surpresa quando jovens de Paris, Berkeley e Berlim introduzem Herbert Marcuse ao lado de Mao Tsetung e Ernesto "Che" Guevara.

Procuraremos sintetizar a maldosa filosofia exposta, sobretudo em "Eros e Civilização", que, datando de 1955, é responsável, acreditamos, pelos atuais rumos tomados por jovens, intelectuais, artistas e oportunistas de todos os matizes. No seu livro "Ideologia da Sociedade Industrial" (1966), já servem de premissas as retumbantes vitórias das diretrizes anteriores.

Na crítica dos trabalhos mencionados, tornaremos por guia a confiança na perenidade dos valores tradicionais da nossa cultura milenar. Procuraremos apoio, outrossim, no próprio pensamento dos filósofos criticados por Marcuse e relacionados por ele como revisionistas das idéias de Freud (Carl Jung, Erich Fromm, Karen Horney, Sullivan, Clara Thompson).

A filosofia de Marcuse, em execução, é usada e integralmente subversiva no campo político, com a prévia e paralela desintegração do campo moral:

"O protesto dos jovens continuará porque é uma necessidade biológica". "Por natureza", a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a Morte e contra uma civilização..."

"Hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política."

Tem como objetivos imediatos a desmoralização e destruição de toda e qualquer autoridade (negando-lhes seriedade) e a liberação total do sexo, em proporções inacreditáveis, à guisa de transformação. Na sua contextura, focaliza com segurança os aspectos negativos da nossa civilização, fato que se constitui em passaporte eficaz para a penetração das idéias e deve motivar uma severa autocrítica de nossas lideranças.

É visceralmente materialista, ironizando "os mais altos valores da civilização ocidental" e criticando filósofos que os desenvolvem numa evolução natural do freudismo. Assim sendo, rejeita frontalmente a moral tradicional, revelada, de nossa civilização, resultante do De-

cálogo mosaico e dos ensinamentos evangélicos e plasmadora do caráter de gerações.

"Subseqüentemente, uma série de influências sociais e culturais são admitidas pelo superego, até solidificar no representante poderoso da moralidade estabelecida e daquilo a que as pessoas chamam as coisas "superiores" na vida humana".

"Freud reconheceu a obra de repressão nos mais altos valores da civilização ocidental — que pressupõem e perpetuam a falta de liberdade e o sofrimento".

"... sem aquéle ascetismo do mundo interior que forneceu a base mental para a dominação e a exploração".

"Não admira que Hendrick considere como o "sublime teste da vontade do homem de desempenhar eficazmente o seu trabalho" o funcionamento eficiente de "um exército que já perdeu quaisquer "fantasias de vitória e de um futuro aprazível", mas que continua lutando pela única razão de que a tarefa que incumbe ao soldado é combater e "realizar sua tarefa era a única motivação ainda significativa..." Em contraste com tais aberrações, o verdadeiro espírito da teoria psicanalística vive nos esforços intransigentes para revelar as forças anti-humanistas subentendidas na filosofia da produtividade".

Como significativa demonstração de materialismo, ressurge Nietzsche, aprovando a sua construção ateista e ultrapassando-a, ousadamente:

"Com o triunfo da moralidade cristã os instintos vitais foram pervertidos e restringidos..."

"Nietzsche expõe a gigantesca falácia sobre a qual se edificou a Filosofia e a moralidade ocidentais... Somente os valores superiores são eternos e portanto realmente reais..."

Não é por acaso que Universidades americanas trabalham hoje com o desmoralizado "slogan" — "Deus morreu".

É considerando primordialmente o seu profundo materialismo que compreenderemos a habilidade de Marcuse em pinçar de numerosas correntes filosóficas — expressões do pensamento humano através de milênios — os elementos necessários à construção do seu sistema. Desenvolve-o utilizando concepções de uma série de filósofos, sobretudo Freud, Hegel, Kant, Nietzsche, Jung, Schiller, Platão. Contudo, a sua plataforma filosófica assenta-se no primeiro deles, tendo mesmo o livro "Eros e Civilização" por subtítulo "Uma Crítica Filosófica ao Pensamento de Freud". Mas extrapola-o, quando julga haver conveniência

para o desenvolvimento do seu plano, com vistas aos objetivos que se propôs atingir.

Alia maquiavélicamente Freud a Marx, valendo-se da base materialista comum, encontrando argumentos para a realização de uma completa subversão das estruturas políticas, já agora a ser realizada não pelos operários, mas por jovens e intelectuais. Acena com utópico paraíso materialista, impregnado de sexualidade total (Eros), ao invés de resultante apenas da distribuição de bens econômicos a cada um, segundo as suas necessidades.

"Na medida em que o trabalhismo, a mão-de-obra sindicalizada, atua em defesa do status quo... A recusa do intelectual pode encontrar apoio noutro catalisador, a recusa instintiva entre os jovens em protesto".

"É revolta contra os falsos pais, falsos professores e falsos heróis, solidariedade com todos os infelizes da Terra... O homem contra a máquina... a guerra de guerrilhas definirá a revolução do nosso tempo?"

"A propagação da guerra de guerrilhas no apogeu do século tecnológico é um acontecimento simbólico: a energia do corpo humano revolta-se contra a repressão intolerável e lança-se contra as máquinas de repressão."

No livro mais recente, "One Dimensional Man", 1964, apresenta os marginalizados pelo processo democrático ("substrato dos párias e estranhos, dos explorados e perseguidos de outras raças e cônegas, os desempregados e os não empregáveis") como força capaz de provocar o abalo das atuais "condições e instituições intoleráveis". Diz que nada indica um bom fim, pois que "as aptidões econômicas e técnicas das sociedades estabelecidas são suficientemente vastas para permitir ajustamentos e concessões a subcães, e suas forças armadas suficientemente adestradas e equipadas para cuidar de situações de emergência".

Parte do asserto de que a atual civilização realizou a conquista da natureza, mas à custa da permanente subjugação dos instintos humanos, com restrições à liberdade. A felicidade estaria erradamente subordinada à disciplina do trabalho, da reprodução monogâmica e ao sistema estabelecido na lei e na ordem.

"A proposição de Sigmund Freud, segundo a qual a civilização se baseia na permanente subjugação dos instintos humanos, foi aceita como axiomática."

"A felicidade deve estar subordinada à disciplina do trabalho como ocupação integral, à disciplina da reprodução monogâmica, ao sistema estabelecido de lei e de ordem."

"Enquanto o trabalho dura, o que, praticamente, ocupa toda a existência, o prazer é suspenso e o sofrimento físico prevalece."

"... a energia requerida para o trabalho (desagradável) deve ser "retirada" dos instintos primários — dos instintos sexuais e destrutivos."

Afirma que o sacrifício feito pela humanidade foi compensador, mas há aspectos bastante negativos na civilização atual.

"Não obstante essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência — individual, nacional e internacional."

"Mas a verdade é que essa liberdade e satisfação estão transformando a terra em inferno. Por enquanto, o inferno ainda está concentrado em lugares distantes. Vietnã, Congo, África do Sul, assim como nos guetos da "sociedade afluente": no Mississipi e no Alabama, no Harlem."

Dá-lhes ênfase, tentando fazer-nos esquecer que elas são frutos do pragmatismo-materialista; que elas resultam do desnível entre as alturas alcançadas pela inteligência e as baixadas onde estacionou o coração do homem. E, assim, apresenta como solução não o retorno ao sadio espiritualismo, aos ideais cristãos tradicionais, mas o mergulho no materialismo, até as suas últimas consequências. Não apresenta o antídoto do veneno, mas sim o aumento dele, em dose maciça, transbordante de erotismo. Preconiza ações no campo moral e político que levariam ao paraíso do prazer, mas que conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao paraíso comunista.

Diz que a nossa civilização repressiva substituiu o princípio do prazer (satisfação mediata, prazer, júbilo da atividade lúdica, receptividade, ausência de repressão) pelo princípio da realidade (satisfação adiada, restrição do prazer, esforço do trabalho, produtividade, segurança).

Essa substituição remonta à horda primordial, na qual o homem que conseguiu dominar os outros, o Pai monopolizou para si a mulher (o prazer supremo) e impôs aos filhos o trabalho. Isto é, canalizou-lhes a energia dos instintos para atividades desagradáveis, mas então necessárias.

"O Pai monopolizou para si próprio a mulher (o prazer supremo) e subjugou os outros membros da horda ao seu poder."

"O fardo de todo e qualquer trabalho a realizar na horda primordial era impôsto aos filhos que, por sua exclusão do prazer reservado ao pai..."

O princípio de realidade está vinculado ao Pai, cujo poder hostil está simbolizado no medo da castração, dirigido contra a satisfação dos impulsos libidinais em relação à mãe.

Mas os filhos se rebelam, assassinam e devoram o pai. "A rebeldia contra o pai é rebeldia contra a autoridade biologicamente justificada". "Uma boa parte do poder que ficara devoluto pela morte do pai passou para as mulheres; seguiu-se o período do matriarcado".

Sob todo matriarcado a sexualidade é exaltada (já em nossos jornais lê-se a defesa desse tipo de organização social).

"O baixo grau de civilização repressiva, a amplitude de liberdade erótica que estão tradicionalmente associados ao matriarcado..."

"O matriarcado é substituído por uma contra-revolução patriarcal (dos filhos) e esta última é estabilizada mediante a institucionalização da religião."

Assim o pai sintetiza toda a autoridade repressiva dos instintos de vida. No sistema que ele estabeleceu, localizou a sexualidade nos órgãos genitais, ao invés de auto-sublimá-la, isto é, não empregá-la a serviço da reprodução, mas para "obter prazer através de todas as zonas do corpo", sendo todo este erotizado.

"O organismo, em sua totalidade, torna-se substratum da sexualidade, enquanto, ao mesmo tempo, o objetivo do instinto deixa de ser absorvido por uma função especializada, ou seja, a de "pôr os órgãos genitais do indivíduo em contato com os de alguém do sexo oposto."

"Com o alívio da tensão extrema, a libido refluí do objeto para o corpo, e essa "recarga de todo o organismo com libido, mediante a catexi, resulta num sentimento de felicidade em que os órgãos encontram sua recompensa por trabalharem e estimulo para novas atividades."

"O instinto não é "desviado" de sua finalidade; é gratificado em atividades e relações que não são sexuais no sentido da sexualidade genital "organizada", mas que, não obstante, são libidinais e eróticas."

"E o progresso normal para a genitalidade organizou-se de tal modo que os impulsos parciais e suas "zonas" foram dessexualizados, a fim de se ajustarem aos requisitos de uma organização social específica da existência."

A transformação da sexualidade genital em sexualidade total do corpo constitui, segundo Marcuse, a transformação conceptual da sexualidade em Eros. Nisto ele se afasta do conceito de Freud, quanto ao termo Eros.

Mas, para conduzir a essa transformação, passa o "profeta" por longo processo intelectual, em que enaltece a fantasia como ligação entre profundas camadas do inconsciente e os mais elevados pro-

dutos da consciência. Recorda o significado e a função originais da estética, vinculando o seu conceito inteiramente ao sexo:

"Essa tarefa envolve a demonstração da associação íntima entre prazer, sensualidade, beleza, verdade, arte e liberdade — uma associação revelada na história filosófica do termo estético."

Nessa ordem de idéias, revive, "poeticamente", as figuras de Orfeu e Narciso, da mitologia grega, o primeiro, símbolo do homossexualismo ("Ele estabeleceu o exemplo para o povo da Trácia ao dar o seu amor aos efêbos", mas, "foi despedaçado pelas enlouquecidas mulheres trácias"), e o segundo, do onanismo. É todo um capítulo de "Eros e Civilização". Diz que, se Prometeu é o herói cultural da repressão (lembremos que ele roubou o fogo dos céus para entregar ao homem e foi encadeado em uma montanha do Cáucaso, onde uma águia lhe roia o fígado), os símbolos do prazer devem ser procurados em Orfeu e Narciso. Transcreve belos poemas entre os quais o verso de Paul Valéry, em que Narciso se dirige ao próprio corpo:

"Que poderei fazer, ó minha Beleza, que tu não queiras."

Assim se expressa, na busca da caracterização de Eros:

"O Eros órfico e narcísico desperta e liberta potencialidades que são reais nas coisas animadas e inanimadas, na natureza orgânica e inorgânica reais, mas suprimidas na realidade não erótica."

"A canção de Orfeu pacifica o mundo animal, reconcilia o leão com o homem."

"O amor" de Narciso é respondido pelo eco da natureza."

"Ao associarmos Narciso e Orfeu, interpretando ambos como símbolos de uma atitude erótica não repressiva em relação à realidade..."

... "E, no enaltecimento geral das perversões, declara:

"Assim, as perversões expressam a rebeldia contra a subjugação da sexualidade à ordem de procriação e contra as instituições que garantem essa ordem. A teoria psicanalítica vê nas práticas que excluem ou impedem as perversões uma oposição à continuidade da cadeia de reprodução, e, por conseguinte, da dominação paterna — uma tentativa para impedir o "reaparecimento do pai."

"Contra uma sociedade que emprega a sexualidade como um meio para um fim útil, as perversões defendem a sexualidade como um fim em si mesmo..."

Estabelecem relações libidinais que a sociedade tem de votar ao ostracismo porque ameaçam inverter o processo de civilização que fez do organismo um instrumento de trabalho."

Expressa que nada poderá garantir a continuidade da luta pela permanência da organização antiquada de hoje. Nem o "látego econômico", nem as leis, nem o patriotismo.

Justifica a revolta da juventude, como necessidade de higiene física e mental, levada por grande náusea pelo sistema de vida atual e pelas máquinas política, cultural, educacional e dos grandes negócios.

O progresso deverá seguir nova direção com a ativação das necessidades orgânicas reprimidas, fazendo do corpo humano um instrumento de prazer e não de luta:

"Sexualidade polimórfica": foi a expressão que usei para indicar que a nova direção do progresso dependeria completamente de oportunidade de ativar necessidades orgânicas, biológicas, que se encontram suspensas, isto é, fazer do corpo humano um instrumento de prazer e não de labuta."

Abolindo a repressão, afirma, a sexualidade tende à auto-sublimação, transformando-se em Eros. O progresso tecnológico, conquistando a natureza, diminui o tempo de trabalho alienado, permitindo o tempo livre, para o livre emprêgo das atividades individuais. Isto tornará possível a eternidade de prazer, hoje só realizado em pequena parcela de tempo ocioso e assim mesmo de emprêgo orientado pela máquina cressora.

"A redução temporal da libido é suplementada, pois, pela redução espacial."

"Deve aprender a esquecer a reivindicação de gratificação temporal e inútil, de "eternidade de prazer."

É alterada a relação entre prazer e instinto. Os instintos de vida determinam uma *ordem* sensual e a razão torna-se sensual, organizando a necessidade para proteção e enriquecimento dos instintos de vida. Reemergem as raízes da experiência estética. O princípio de prazer estende-se até a consciência. "Essa racionalidade sensual contém suas próprias leis morais" — é a idéia da moralidade libidinal.

"A idéia de uma moralidade libidinal é sugerida não só pela noção freudiana de barreiras instintivas à gratificação absoluta, mas também pelas interpretações psicanalíticas do superego."

Com o domínio de Eros surge o paraíso, em que o prazer é total, o trabalho é atividade lúdica espontânea. Marcuse nega que a transformação da sexualidade em Eros conduza ao caos, à explosão irrefreada do instinto, como tem acontecido em civilizações passadas.

Contudo — continua — o tempo (com a morte — Tharatos) é o maior obstáculo à sensualidade não reprimida; mas ele perde o seu poder pela recordação (não só dos deveres, mas também dos prazeres), que redime o passado. Mesmo assim, a energia reprimida da

humanidade deflagrará a sua maior batalha, contra a morte. Na civilização não repressiva, os homens podem morrer sem angústia, num momento de sua escolha.

O Embaixador J. O. de Meira Penna, em artigo de alerta, publicado no "Jornal do Brasil", Guanabara, de 7-8-1968, expressa em critica livre:

"A essa proposição fantástica, podemos apenas contestar que se tôda a humanidade se tornasse discípula de Marcuse e se dedicasse à *cathexis do corpo* que ele propõe, repelindo o *genitalismo reprodutor* e se expandindo livremente no onanismo, na pederastia, na coprofilia, zoofilia e urolagnia, no fetichismo, exibicionismo *fellatio* e erotismo anal — é evidente que um método seguro seria encontrado para a imediata solução do problema da explosão demográfica. Felizmente para a sobrevivência da espécie, entretanto, os autênticos discípulos de Marcuse não deixariam descendentes.....

É com esse comentário que podemos terminar essa crítica."

* * *

Na atualidade, atos de parte da juventude, de intelectuais e de responsáveis pelas comunicações com as massas, expressam o avanço total da filosofia Marcuse:

Juventude:

— o decálogo dos "hippies", enaltecedo simultaneamente o seu poeta, o amor, a mulher do próximo, as flôres, a vida em grupo, o protesto, os aiucinogêneos, a ociosidade (atividade lúdica) o repúdio ao banho (coprofilia, etc), o simbolismo da pintura de todo o corpo com flôres;

— os "slogans", entre os quais "PAPA PUE", "Papai Fede", o mais usado na recente crise estudantil francesa; e "MAKE LOVE, NOT WAR" (Faça o Amor e não a Guerra), empregado em disticos individuais até por crianças; e "É PROIBIDO PROIBIR", de origem asiática.

— o protesto contra a guerra do Vietnã;

— a queima dos cartões de recrutamento, nos Estados Unidos;

— o descrédito da autoridade e a sua desmoralização;

— o uso de anticoncepcionais e alucinogêneos;

— etc, etc, etc.

Intelectuais e artistas:

Palavrão, pornografia, perversões sexuais, sexo e erotismo no cinema, no teatro, na TV, no jornal, nas revistas e no livro. É preciso notar o número vultoso de pesquisas sobre sexo, realizadas por elementos não credenciados.

Comunicações de massa:

Promoções as mais diversas com base no sexo, inclusive com retratos de mulheres e agora de homens nus, notícias exacerbando-o, não raro escabrosas, etc, etc.

* * *

O estudo dos manifestos e declarações dos líderes estudantis e professores participantes da crise político-social francesa, de maio e junho do corrente ano, hoje facilitado pelo pequeno livro lançado pela Editora Laudes "A Revolta Estudantil", permite-nos comprovar a marcha nos rumos apontados por Marcuse, no campo político, e o uso frequente das suas idéias e expressões. E aquêles manifestos e declarações estão servindo de modelo a alguns dos nossos estudantes e professores. É verdade que não se referem a sexo. A meu ver para não afrontarem boa parte da opinião pública, pois que é conhecido o motivo da primeira interferência da polícia, na Universidade de Nanterre: quererem os estudantes liberdade para ir ao quarto das moças. Segundo aquêles pronunciamentos, a contestação nas Universidades não pode parar, pois tudo o que fôr conquistado só será permanente com a queda das autoridades e do regime em vigor. O poder estudantil deve instalar-se nas Universidades, com direito a veto em todas as decisões. Professores, muitos de formação marxista, concordam plenamente com a tomada do poder de decisão pelos estudantes. No combate à autoridade, incluem-se o boicote às provas e exames e a negação de necessidade de negociações com o Governo. Nenhum valor moral consta dos testemunhos citados. Isto revela a causa profunda da explosão estudantil: formação e ambiente pragmatistas, aos quais a juventude foi e é submetida.

Buscando apoio em autoridades que, do ponto de vista exclusivamente científico, põem a nu a fraqueza básica da filosofia de Marcuse ao preconizar que seja levado às últimas consequências o materialismo de Freud e Marx, citaremos Erick Fromm e Karen Horney.

Fromm, em "The Heart of Man, Its Genius for Good and Evil" afirma que a essência do homem não é uma qualidade ou substância, mas uma **contradição** inerente à existência humana. Ele é um **animal**, mas não possui equipamento instintivo inerente à vida; por outro lado, **possui inteligência** desenvolvida de tal forma que é vida consciente de si mesma. Está na natureza, mas transcende à natureza; é prisioneiro da natureza, mas livre em seus pensamentos. Pertence a dois mundos em conflito: corpo e alma, anjo e animal. "A consciência de si próprio do ser humano tornou-o um estranho no mundo, separado, solitário, assustado." A resposta à contradição é absolutamente importante, pois que deve ajudar o homem a

superar o sentimento de separação e obter o de união, de unidade, de relacionamento.

"Que pode o homem fazer para encontrar uma harmonia que o liberte da tortura da solidão e lhe permita sentir-se à vontade no mundo, encontrar um sentimento de unidade?"

Duas respostas:

— a regressiva, com a volta do homem ao lugar de onde veio — a natureza, a vida animal, os ancestrais. A tentativa de desfazer-se do que é **especificamente humano**, por cansaço do "fardo de ser-se homem". Regressão à existência animal; ou

— a progressista, o pleno desenvolvimento de todas as forças humanas, da humanidade dentro de cada um.

A solução progressista foi visualizada por grandes líderes religiosos — Ikhnaton, Moisés, Lao-Tse, Buda, Zaratustra, filósofos da Grécia, Maomé, Jesus.

Sentimento de unidade procurado não na origem animal, mas no destino transcendente, divino.

A mesma alternativa das religiões humanistas aparece também como diferença entre **saúde e doença mental**.

"Todas as formas arcaicas de experiência mental — necrofilia, narcisismo exacerbado, simbiose incestuosa — que de uma forma ou outra constituíram o "normal" ou mesmo o "ideal" em culturas regressivo-arcáicas, porque os homens eram unidos por seus anseios arcaicos comuns, são hoje em dia designados como formas graves de patologia mental."

A história dá-nos os exemplos de fases regressivas — na Alemanha, sob Hitler; na Rússia, sob Stálin; no linchamento no Sul dos Estados Unidos, etc.

Julgo que nista se resume, na melhor das hipóteses, a filosofia de Marcuse — regressão a impulsos arcaicos, ao invés de avanço na substituição deles por valores mais altos.

Ainda Erich Fromm, agora em "The Art of Loving", expressa com autoridade:

"De acordo com Freud, a satisfação plena e sem inibições de todos os desejos instintivos criaria a saúde mental e a felicidade. Mas os fatos clínicos evidentes mostram que os homens — e as mulheres — que devotam as vidas à irrestrita satisfação sexual não alcançam a felicidade, e muitas vezes sofrem de graves conflitos ou sintomas neuróticos. A completa satisfação de todas as necessidades instintivas não só não é base da felicidade, como nem mesmo assegura a sanidade.

Karen Horney, em "OUR INNER CONFLITS":

"Para aplicar essa concepção ao estudo dos conflitos importava a introdução de valores morais; estes eram entretanto, para Freud, intrusos ilícitos nos domínios da ciência."

Acorda em suas convicções diligenciou construir uma psicologia desprovida de valores morais. Creio que exatamente essa tentativa de Freud, nelas baseadas, encontram-se confinadas em limites demasiadamente acanhados."

A mesma Dr.^a Karen Horney, em "New Ways in Psychoanalysis":

"Uma terceira característica da aproximação freudiana aos problemas psicológicos é o modo explícito de abster-se de qualquer julgamento de valor e de avaliações morais. Esta atitude é coerente com a sua pretensão de ser um cientista e, como tal, autorizado, apenas, a registrar a interpretação dos fatos. Em parte, como observa Erich Fromm, Freud foi nisso influenciado pela doutrina de tolerância, que imperava no pensamento econômico, político e filosófico da era liberal. Veremos mais tarde, quão decisivamente essa atitude influenciou certos conceitos teóricos como o do "superego", por exemplo — e a própria terapêutica psicanalista."

* * *

Marcuse, embora em meias-verdades e com objetivos prefixados, tem percepção clara de graves contradições da nossa civilização, as quais não passam, evidentemente, de efeitos maléficos do pragmatismo-materialista.

Assim, critica parte do uso que fazemos da Liberdade:

"Hesito em empregar a palavra — liberdade — porque é precisamente em nome da liberdade que os crimes contra a humanidade são perpetrados. Essa situação não é certamente nova na História: pobreza e exploração foram produtos da liberdade econômica..."

E, quanto à antinomia das atuais atitudes e comportamentos no lar e fora dêle:

"O amor e as relações duradouras e responsáveis que ele exige baseiam-se numa união de sexualidade com o "afeto", e essa união é o resultado histórico de um longo e cruel processo de demonização..."

Esse refinamento cultural da sexualidade, essa sublimação do amor, tem lugar numa civilização que estabeleceu relações possessivas particulares separadas e, num aspecto decisivo, conflitantes com as relações sociais de posse. Enquanto fora do privatismo da família, a existência do homem foi principalmente de-

terminada pelo valor de troca dos seus produtos e desempenhos, sua vida no lar e na cama foi impregnada do espírito da lei divina e moral... A força plena da moralidade civilizada foi mobilizada contra o uso do corpo como mero objeto, meio, instrumento de prazer; tal coisificação era tabu e manteve-se como infeliz privilégio de prostitutas, degenerados e pervertidos. Precisamente em sua gratificação e, em especial, em sua gratificação sexual, o homem tinha de comportar-se como um ser superior, vinculado a valores superiores; a sexualidade tinha de ser dignificada pelo amor."

Contudo, ele não reconhece a causa desses efeitos — o materialismo. O homem da nossa geração estimulou a família — mulher, filhas, crianças — a cultivar, no lar, valores espirituais e morais, religiosos. Fora dele, porém, na política, nos negócios e no uso do próprio corpo, adotou o mais ferrenho materialismo. Por isso, a educação, além do lar, fez-se leiga, no sentido de arreligiosa, e levou ao envolvimento dos jovens por escolas filosóficas e consequentes pedagogias pragmatistas, anulando o esforço de dignificação da família.

Por contágio, exploraram-se outros autores em assuntos do sexo, como o Marquês de Sade e Jean Genet. Em livrarias, encontram-se, hoje, cartazes anunciando: "Jean Genet — Diário de um Ladrão — Ladrão, Homossexual e Maldito." E, em orelha do livro, o autor é comparado aos mártires e religiosos de vários credos, inclusive do cristianismo, pela sua rejeição aos benefícios que a sociedade lhe poderia oferecer, "caso ele se conformasse a ela."

• * •

Vemo-nos ante duas opções:

a. omitir-nos e deixar que, em prosseguimento do trágico experimento, o materialismo domine até as últimas consequências, douradas nas conclusões utópicas mas integralmente subversivas do "profeta" da juventude:

"Com o aparecimento de um princípio de realidade não repressivo, com a abolição da mais repressão requerida pelo princípio do desempenho, esse processo seria invertido. Nas relações sociais, a coisificação reduzir-se-ia à medida que a divisão do trabalho se reorientasse para a gratificação de necessidades individuais desenvolvendo-se livremente; ao passo que, na esfera das relações libidinais, o tabu sobre a coisificação do corpo seria atenuado. Tendo deixado de ser usado como instrumento de trabalho em tempo integral, o corpo seria ressexualizado. A regressão envolvida nessa propagação da libido manifestar-se-ia, primeiro, numa reativação de todas as zonas erotogênicas e, consequentemente, numa ressurgência da sexualidade polimórfica pré-genital e num declínio da supremacia genital. Todo o corpo se

converteria em objeto de catexe, uma coisa a ser desfrutada — um instrumento de prazer. Essa mudança no valor e extensão das relações libidinais levaria a uma desintegração das instituições em que foram organizadas as relações privadas interpessoais, particularmente a família monogâmica e patriarcal."

"Essas perspectivas parecem confirmar a expectativa de que a libertação dos instintos só poderá conduzir a uma sociedade de maníacos sexuais — isto é a sociedade nenhuma. Contudo o processo que acabamos de esboçar envolve não uma simples descarga, mas uma transformação da libido — da sexualidade reprimida, sob a supremacia genital, à erotização da personalidade total."

"Essa transformação da libido seria o resultado de uma transformação social que autorizou o livre jogo de necessidades e faculdades individuais. Em virtude dessas condições, o livre desenvolvimento da libido transformada, para além das instituições do princípio do prazer, difere essencialmente da liberação da sexualidade reprimida, dentro do domínio dessas instituições..."

"Em consequência, o livre desenvolvimento da libido transformada, dentro das instituições transformadas, embora erotizando zonas, tempo e relações previamente tabus, reduziria ao mínimo as manifestações de mera sexualidade, mediante a sua integração numa ordem mais ampla, incluindo a ordem de trabalho;" ou

b. defender e projetar os valores superiores da nossa cultura e Fé milenares, em todas as atividades, do indivíduo e do grupo, no lar e na comunidade, como melhor veremos no decorrer deste trabalho. Assim, elevaremos a mente e canalizaremos, em rumos nobres, forças violentas da vida, ligadas aos instintos e que estão sendo sistematicamente exacerbadas. Realmente, a sublimação da sexualidade só poderá ser conseguida com o aperfeiçoamento espiritual, numa natural evolução do homem. Jamais com a erotização de todo o corpo humano e repúdio do trabalho, com a subversão das estruturas sociais e políticas vigorantes, através da juventude e dos intelectuais, em pleno domínio do materialismo. Seria risível, se não fosse trágica e perigosa, a tentativa, a que assistimos, de estabelecimento de um paraíso, onde apenas se desenvolvam forças instintivas, com sublimação do sexo, mediante uma utópica transformação.

A perversa filosofia de Herbert Marcuse dá-nos a perceber a profundidade das expressões paulinas:

"Estai de sobreaviso para que ninguém vos iluda com filosofias e com os seus falsos sofismas... (São Paulo, Epistola aos colossenses, 2-8).

2 — A Liberdade

"Diz uma lenda antiga oriental que a águia tem o poder de olhar o sol e levantar-se até ele, mas, de quando em quando, seus olhos e suas asas se paralisam, devendo, então, submergir numa fonte milagrosa que renova suas fôrças. O pensamento radiosso do homem que procura Deus, os protótipos e os bens eternos, é a águia e a fonte que renova sua fôrça quando vacilante, não é outra que a tradição das grandes épocas antigas, tal como se foi transmitindo de geração a geração." (Otto Willmann).

A Liberdade, realmente, só pode ser conferida ao homem, sem grandes riscos, quando ele dispõe de um instrumento interior, de autocontrôle, que leve a usá-la com integral respeito aos direitos de outrem e ao bem comum. Esse instrumento — a consciência — deverá ser despertado e aperfeiçoado à luz de valores transcedentes, de fundo religioso, que originem responsabilidade e coloquem no devido lugar poderosas fôrças instintivas, utilitaristas, materialistas. Sabem disso os regimes alicerçados em filosofias atéias, pois que complementam as respectivas práticas com forte e rígida armadura policial. Parecem ignorar o fato, no atual momento histórico, as democracias; e o dramático resultado é visível na desorientação explosiva da Juventude, criada à sombra do pragmatismo-materialista, agredida pela filosofia marxista e, agora, por essa filosofia maléfica, visando à subversão política, com fins inconfessados.

3 — O Suporte da Liberdade

Um exame histórico do conceito de liberdade auxiliará a percepção do problema.

A bandeira da Liberdade foi desfraldada, em nossa civilização, com a Responsabilidade dos valores resultantes da crença em Deus: Liberdade com Deus. Assim nos afirmam os mais expressivos documentos:

a. A Declaração da Independência Americana, Anexo 1, de autoria de Thomas Jefferson e lançada pelos treze Estados Unidos da América, em 1776, quatro vêzes refere-se à Divindade: "de acordo com as leis da natureza e as leis de Deus", "o Criador", "apelando ao Juiz Supremo do mundo, testemunha da retidão de nossas intenções", "com fé inabalável na proteção da Divina Providência". Em particular, assim se refere à Liberdade:

"Cremos axiomáticas as seguintes verdades: que todos os homens foram criados iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o da vida, de liberdade e o de procurarem a própria felicidade;

b. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Assembléia Nacional da França, de 25 de agosto de 1789, Anexo 2, é feita "em presença e sob os auspícios do Ser Supremo".

"..... Em consequência, a Assembléia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão":

"Art. 2º. A finalidade de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis, do homem. Esse direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão."

c. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, da OEA, Bogotá, 1948, Anexo 3, expressa o direito de Liberdade, com exaltação preliminar do espírito, transcendente à matéria:

"Que os povos americanos dignificaram a pessoa humana e que suas constituições nacionais reconhecem que as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade, têm como finalidade principal a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e moralmente e alcançar a felicidade."

"É dever do homem servir o espírito com todas as suas faculdades e todos os seus recursos, porque o espírito é a finalidade suprema da existência humana e a sua máxima categoria."

"É dever do homem exercer, manter e estimular a cultura por todos os meios ao seu alcance, porque a cultura é a mais elevada expressão social e histórica do espírito.

E visto que a moral e as boas maneiras constituem a mais nobre manifestação da cultura, é dever de todo homem acatar-lhe os princípios."

"Artigo I — Todo o ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa."

"Artigo II — Toda pessoa tem o direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento por qualquer meio."

"Artigo XII — Toda pessoa tem direito à educação, que deve inspirar-se nos princípios de liberdade, moralidade e solidariedade humana."

d. As Constituições do Brasil de 1824, 1934, 1946 e 1967 incluem a palavra Deus no Preâmbulo:

a) 1824

"Preâmbulo. Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus"

"Art. 179. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos

cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança e a propriedade é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:"

b) 1934

"Preâmbulo. Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social econômico

c) 1946

"Preâmbulo. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus,

"Art. 141.

§ 7º. É inviolável a liberdade de consciência e de crença

"Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana."

d) 1967

"Preâmbulo. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil."

"Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e da solidariedade humana."

4 — Base Jurídica dos Preâmbulos das Constituições

Do ponto de vista jurídico, a inclusão da palavra Deus no Preâmbulo das Constituições, sobretudo na de 1967, importa na necessidade de considerar suas consequências filosóficas, para o perfeito cumprimento da Carta Magna.

Pontes de Miranda, em "Comentários à Constituição de 1967", examinando os Preâmbulos, Anexo 5, expressa que:

— os dizeres dos Preâmbulos têm de ser considerados, na interpretação dos textos constitucionais;

— não haver contradição entre a expressão "sob a proteção de Deus", da Constituição de 1946 e a prescrição, nela contida, declarando inviolável a liberdade de consciência e de crença, porque

devemos ver no princípio majoritário o próprio cerne da democracia, toda a Constituição, como toda lei é expressão da decisão da maioria;

— as Constituições de 1934 e 1946 são deistas. Também o é, obviamente, a de 1967;

— “é preciso que a Constituição seja respeitada e que sirva à longa caminhada pelas três dimensões: democracia, liberdade e igualdade”;

— “o que hoje mais importa no Brasil é que se cumpra a Constituição de 1967...”

A palavra Deus no Preambulo da Constituição do Brasil tem profundo significado filosófico e, em decorrência, religioso. É preciso deixar claro que religião não é seita religiosa. Recorrendo à etimologia (relegere — percorrer de novo um caminho, seguindo Cicero) ou (religare — ligar, conforme Lactâncio e Santo Agostinho), a religião nos liga a Deus.

5 — Implicações Filosóficas

Que implicações e consequências filosóficas resultam dessa característica do Preambulo constitucional? Responderemos:

a. basicamente, a opção dos brasileiros pelo conceito de **homem — espírito e matéria**, aquêle transcendente a esta, e não apenas matéria. A opção é decisiva no grave momento histórico atual, de bipolarização ideológica do mundo. O Brasil alinha-se, desse modo, política e socialmente, pela vontade da maioria, com as Nações afastadas das filosofias materialistas, base dos regimes políticos socialistas-radicalis. Deve, consequentemente, alicerçar-se em filosofia espiritualista, à qual a liberdade é inerente. Sendo o homem impulsionado pelo espírito e pela mente é muito grave a perspectiva da luta ideológica, quando inúmeros **soi-disant** democratas cultivam filosofia de vida materialista, própria do campo inimigo, marxista. Dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, perdemos terreno. Com o campo aberto, o materialismo tudo invade, sobretudo a mente dos jovens desconhecedores das maravilhosas tradições cristãs que nos embalaram. Adiante veremos, em decorrência, que todo o drama do momento reside na contradição, aceita pela imaturidade de líderes, entre a prática do materialismo e o uso simultâneo da liberdade.

b. o estabelecimento das bases da Moral (“Ciência que trata do uso que o homem deve fazer da sua liberdade para atingir o seu fim último”) revelada, tradicionalmente cristã, inspirada em valores

eternos e imutáveis, formadores da consciência, "a voz de Deus dentro do homem."

A moral natural, à medida que se afasta da religiosa, segue rumo próprio, passando fatalmente a só expressar valores conjunturais, inováveis e renováveis.

Essa degradação atinge proporções quase inacreditáveis na atualidade, em momento em que é examinada, como vimos, até mesmo a existência de uma moralidade libidinal.

c. a real dignificação da Criatura Humana, resultante da origem transcendente. Um materialista, frente a um dado criminoso — um matricida, por exemplo — não lhe pode respeitar a dignidade, por só considerá-la no aspecto atual. O espiritualista crê na dignidade potencial, que lhe é dada pelo espírito, e respeita-a, embora também não o possa fazer quanto à parte atual;

d. o culto da Liberdade pela atuação da consciência, força interior, necessária à implantação de atitudes sadias, orientadoras dos atos individuais e coletivos. Essa mesma força retificará os erros cometidos, prescindindo da utilização de ação externa, repressiva, policial;

e. a coloração espiritualista impressa em todos os valores contidos no texto da Constituição, que, assim, têm um sentido afirmativo. É preciso levar em conta que esses valores são neutros quanto à atual bipolarização ideológica. Eles integram documentos assinados pelos dois pólos, como os oriundos da ONU: Declaração dos Direitos Humanos e da Criança. Se assim não fosse, o mundo marxista, obviamente, não os assinaria. Contudo, liberdade, dignidade da criatura humana, solidariedade, etc, etc, são valores que, aceitos por marxistas, recebem deles, sempre, a coloração adequada. Ver a respeito o trabalho da educadora russa, Maria Petrossian, chefe da cátedra de Filosofia do Instituto de Engenharia de Moscou, especialista em problemas de humanismo, publicado no "Jornal do Brasil", Guanabara, de 9 e 10-4-1967, sob o título "Marxismo e Humanismo". O artigo cita uma série de valores: "desenvolvimento livre", "desenvolvimento material e espiritual", "elevação do nível espiritual", "luta pela liberdade", "independência nacional dos povos", "homem física e espiritualmente altamente desenvolvido", "respeito à dignidade humana da personalidade", "utilizar os direitos humanos", "desenvolver as suas exigências materiais e espirituais", "dignidade de cada representante do gênero humano", etc. Mas a sua coloração filosófica, materialista, é, de inicio, esclarecida, com a declaração:

"O marxismo parte do fato de que a essência do homem é determinada não por princípios ético-abstratos, psicológicos, naturalistas ou sobrenaturais, mas sim pelo meio social, em cujas condições vive este ou aquela homem. O meio social forma as pessoas."

Frans de Hovre em "Essai de Philosophie Pedagogique" mostravam, de modo muito claro, a origem da profunda diferença de conceitos entre o socialismo radical e o cristianismo (ou seja entre o marxismo e a democracia):

"A heresia do socialismo pode ser representada pela equação:

Socialidade = Moralidade = Religião

Ante esse erro ergue-se a pirâmide secular da tradição cristã:

Religião > Moralidade > Socialidade.

Esquecem-se, contudo, os defensores da primeira construção, de que não há Nação socialista-radical sem regime de força policial, amordaçador da Liberdade. Só a segunda construção permitirá o gozo da liberdade democrática. O trágico engano das atuais democracias está em julgar existir uma terceira construção: Liberdade com base no materialismo.

A "Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem", da OEA, seguindo os passos da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" da Assembléia Nacional da França, é afirmativa no sentido filosófico-espiritualista.

Mas, a nossa "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", de 1961, limita-se a reproduzir valóres do corpo da Constituição de 1946, sem levar em conta a profunda implicação filosófica do Preambulo dessa Carta. É conhecida a forte influência de comunistas em sua elaboração. Recentemente, o Ministro da Educação, Tarso Dutra, em palestra na Escola Superior de Guerra, empresta-lhe cunho espiritualista:

"A Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, encerra uma filosofia educacional de acordo com os princípios da civilização ocidental, que respeita a dignidade humana através dos valóres espirituais e morais pregados pelo cristianismo."

Pena é que declaração de tal valia não tenha ainda produzido os frutos desejados no trato dos problemas relacionados com a filosofia da educação.

São muito graves, ao meu ver, as consequências da ignorância, omissão ou mesmo temor com que democratas verdadeiros expressam os melhores valóres constitucionais sem dar-lhes coloração adequada. Deixam o campo livre ao envolvimento deles pelas atuantes correntes marxista e pragmatista;

f. a necessidade de orientar a Educação em bases realmente espiritualistas e de consequente oposição aos educadores que se afastam ou traem os fundamentos filosóficos da Constituição do Brasil.

A reação contra o ensino religioso-sectário da Constituição de 1834, de parte das correntes positivista, maçônica e mesmo de certos setores da Igreja Católica, levou à interpretação extremada da prescrição do § 6.º, do Art. 72, da Constituição de 1891:

"Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos."

A educação propriamente dita, relacionada com o sujeito e estreitamente vinculada aos **fins últimos** a atingir pelo homem, deixou de ser cogitação das Escolas. Nem o retorno às bases filosófico-religiosas, expresso pelas Constituições de 1934, 1946 e agora, de 1967, conseguiu abalar os velhos condicionamentos. Toda corrente pedagógica se alicerça em determinada base filosófica. E pedagogos pragmatistas, materialistas, marxistas, tirando partido da omissão dos responsáveis pela formação do caráter do brasileiro, impuseram a sua triste bandeira.

Podemos verificar isto até mesmo na "Lei de Diretrizes e Bases", cuja deficiência de fundamentos filosóficos definidos e adequados já foi exposta.

A democracia liberal ("laissez faire, laissez passer"), após sete décadas de aplicação no campo moral-educacional, apresenta os seus amargos frutos. Parte significativa da juventude, pressionada por apelos materialistas de professores, escritores e veículos de comunicação — rádios, TV, jornais, revistas, cinema e teatro — volta-se para o sexo, para os objetos, para a violência, para os alucinogêneos.

Tão abalada se encontra a estrutura da Escola, no campo educacional, que os sacerdotes e ministros religiosos não podem exercer a sua ação dentro das prescrições constitucionais. São declarações do "I Encontro de Educação Religiosa" realizado em maio do corrente ano, na Guanabara:

"... a mensagem religiosa está no instrumento, na estrutura geral da escola e, se o ensino for pagão, o aprendizado será pagão e, se o ensino for cristão, o aprendizado será cristão. O que deve ser feito é não se transformar todas as aulas em aulas de religião, mas partindo-se do conhecimento e da ciência poderemos chegar a conclusões que nos levem à fé."

(Irmão Deolindo Valiati).

"O ensino religioso integrado, real e efetivo, com todos os seus métodos tradicionais atualizados serviria como base para retomar aquêle diálogo."

(Professor Erasmo dos Santos Silva,
Representante da Igreja Evangélica).

“... a educação religiosa tem que ser feita onde haja respeito humano por Deus, e a grande dificuldade que se encontra é a de convencer a importância da integração na estrutura das escolas desse ensino religioso. Para isso tem que haver uma reformulação completa das estruturas, pois só assim o professor de religião não se sentirá marginalizado dentro das próprias Escolas.”

(Professor Moisés Eshinque, Representante da Igreja Judaica).

Em resumo, o necessário é “Expressar as bases filosófico-religiosas da educação, em torno das quais as diferentes Religiões percorrerão os seus caminhos próprios (Preambulo, Art. 168, § 3.º, item IV e Art. 150, § 7.º da Constituição do Brasil).”

Aplicando a dialética hegeliana, se a educação religioso-sectária dos séculos anteriores constituiu a **tese**, a educação leiga (arreligiosa) das sete décadas deste século representou a **antítese**. É necessário compor a **síntese** — educação à base de valores espirituais, de fundo religioso-aspectário. Esse entendimento particulariza aspecto de problema de maior profundidade filosófica, exposto no quadro seguinte:

AUTORIDADE		LIBERDADE	
(Centripetismo, Atração)		(Centrifugismo, Repulsão)	
TESE	+	—	Infância
ANTÍTESE	—	+	Adolescência
SÍNTESE	+	+	Maturidade

O equilíbrio das duas forças — atração e repulsão — equivale à harmonia entre a Autoridade e a Liberdade. Mas esse equilíbrio não poderá realizar-se na horizontal — materialismo. No campo político-social, a composição entre a Autoridade (Ditadura) e a Liberdade (Democracia) só poderá ser obtida na vertical (espiritualismo), transferindo-se a autoridade para dentro do homem, o que tornará efetiva a Responsabilidade.

g. a caracterização dos valores culturais subjetivos que definem as grandes instituições pátrias: Igreja, Família, Justiça, Escola, Forças Armadas.

6 — Exemplos na América

Estados Unidos —

São expressões do Presidente Kennedy:

“É uma das ironias do nosso tempo que as técnicas de um sistema cruel e repressivo sejam capazes de instilar disciplina em seus servos, enquanto as bênçãos da liberdade tenham o significado geralmente de privilégio, materialismo e vida folgada.”

“Aos velhos aliados, cujas origens culturais e espirituais compartilhamos, prometemos a lealdade de amigos fiéis. Unidos, quase nada há que não possamos fazer numa multidão de novos empreendimentos cooperativos; divididos, pouco poderemos fazer, pois não ousamos enfrentar um poderoso desafio em desacordo e separados.”

Argentina —

Dos “Pontos de Vista” do Comando-em-Chefe do Exército Argentino para orientação doutrinária e de metodologia de instrução de Condução Interior, de 1968, constam, com absoluta prioridade e importância, os mesmos principais valores examinados nas letras a e b; c; e d do item 5 — espiritualidade, dignidade da criatura humana e liberdade — apenas com inversão na ordem dos dois últimos:

“A Condução Interior propõe-se à formação moral de modo a que os homens assumam plena consciência dos valores que conformam a nossa concepção cristã do mundo, da sociedade, e do homem. Ela está baseada nos princípios de espiritualidade, liberdade e dignidade próprios da pessoa humana.”

Aquela Alto Comando tem sua base na “Constituição” da Argentina:

“Nós os representantes do povo da Nação Argentina, reunidos em Congresso Geral Constituinte por vontade e eleição das províncias que a compõem, em cumprimento de pactos preexistentes, com o objetivo de constituir a união nacional, afiançar a Justiça, consolidar a paz interior, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, e assegurar os benefícios da liberdade, para nós, para nossa posteridade, e para todos os homens do mundo que queiram habitar no solo argentino: invocando a proteção de Deus, fonte de toda a razão e justiça: ordenamos, decretamos e estabelecemos esta Constituição, para a Nação Argentina.”

Foi apoiado, agora, pelos Objetivos Políticos Nacionais 1, 3 e 7, de março de 1968, do atual governo do seu País:

“1. Manter com firmeza a soberania nacional, defendendo a sua integridade territorial, o estilo de vida, e os grandes fins morais que fazem a essência da nacionalidade.”

"3. Assumir com decisão irrevogável, por própria e livre determinação conforme as suas origens e destinos, o compromisso de participação na defesa do mundo livre, ocidental e cristão."

"7. Promover a consolidação de uma cultura nacional inspirada essencialmente nas tradições do país, porém aberta às expressões universais próprias da civilização cristã ocidental de que é integrante."

7 — Liberdade e Democracia

O homem e as diferentes comunidades estão longe da perfeição moral, na fase evolutiva da civilização. Necessitam de freios que impeçam atos negativos consequentes. Freios internos, acionados pela consciência, ou externos, de órgãos repressivos policiais. Democracia pressupõe Liberdade, mas esta não subsiste sem a sua contraparte — a Responsabilidade, desenvolvida à luz de valores espirituais de fundo religioso.

No belo trabalho "Uma Definição da Democracia", A. Powell Davies expressa com clarividência:

"Até que em certa parte — na Judéia — surgiu uma religião nova que corajosa e decididamente desafiou o fatalismo..."

"E assim, em Atenas, o homem descobriu a razão. Um dos mais imediatos resultados dessa descoberta foi a rebelião contra a tirania. A mente livre exigia o homem livre... Proclamou-se que os homens seriam governados por novas leis que eles próprios iriam elaborar. Assim nasceu a liberdade e a sua contrapartida — a Democracia. Foi apenas uma breve experiência cuja influência, porém, tornou-se imortal. Hoje, nos séculos cristãos, a religião nascida na Judéia e a liberdade que viu a luz do dia em Atenas fundiram-se numa mesma fé e num único objetivo..."

"Por outro lado, a fé democrática exige que o homem desenvolva a alma; que cada qual consulte sua própria consciência e reflita sobre o bem e o mal à luz da razão."

"... que Deus e a História estão sempre ao lado da liberdade e da justiça, do amor e do direito; e, que, portanto, cedo ou tarde o homem conseguirá uma sociedade universal de paz e de felicidade onde todos serão livres e isentos do medo."

Em 1951, proféticamente, William O. Douglas, Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, declarou sobre esse livro de A. Powell Davies:

"Se a América se detivesse para ler este livro, talvez houvesse tempo para uma contramarcha na sua perigosa orientação."

Há necessidade urgente de que as elites busquem deter o esfacelamento, orientado, da Moral tradicional, caracterizada por valores espirituais, religiosos, e guia do emprêgo da Liberdade.

Com efeito, observamos, na fase histórica, mediante a vivência do pragmatismo materialista, com a consequente explosão do sexo e da violência, a invocação da Liberdade, para conduzir o homem à pior das escravidões — a escravização às forças instintivas e às mais baixas manifestações da vida. A todo momento constatamos aspectos, superficialmente dourados, de decadência da Moral Cristã, em nome da Liberdade. Até os comunistas arrogam-se o direito de crítica, evidentemente para efeitos momentâneos de propaganda, uma vez que são expressões recentes ("Jornal do Brasil", Guanabara, 5-7-68) do Secretário-Geral do PC da URSS, Leonid Brejnev:

"o artista poderá ter a possibilidade de relatar os fenômenos negativos e os erros, mas não pode repisar únicamente os aspectos sórdidos da vida "que nossos inimigos consideram como o máximo da criação artística livre."

8 — Conclusão

Após milênios, os pólos centralizadores dos profundos ideais da humanidade reduziram-se a dois. A bipolarização ideológica dos nossos dias é óbvia e essencialmente filosófica — o marxismo ateu e a Democracia espiritualista. Antes que sistema de governo, é a Democracia uma filosofia de vida. Com a base espiritual, a Liberdade que lhe é inerente tem significação, permitindo a ascensão humana a transcedentes e gloriosos destinos.

Sem cunho filosófico definido, a Democracia é um pólo desfigurado e inexpressivo, uma nau desarvorada, impulsionando a Liberdade para a destruição do próprio sistema e degradação do homem.

O velho condicionamento do "laissez-faire, laisser-passer" no campo moral está permitindo seja a destruição da civilização, seja a entrega do Ocidente às garras de ferro do comunismo, com a sua vitória na Guerra Revolucionária.

Todos os valores pelos quais a humanidade lutou durante milênios estão ameaçados de liquidação. Em seu lugar, pretende-se instalar o Sexo, em amplitude que reactive "tôdas as zonas erogênicas do corpo" humano e que obtenha "a erotização total da personalidade", tal como preceitua Marcuse.

Procura-se anular a magnífica ação do cristianismo na dignificação da Mulher.

Herbert Marcuse bem representa, na realidade, o materialismo na sua luta contra o cristianismo, — um verdadeiro Anti-Cristo.

Conhecemos de antemão os rumos e as metas do atual processo degenerativo, repetição, intelectualmente aperfeiçoada, talvez, de

outros processos que destruiram as velhas civilizações degradadas de Sodoma, Babilônia, Roma, as grandes prostitutas do Apocalipse.

A propósito afirmam, segundo Norman Vicent Peale:

Arnold Toynbee — "De vinte e uma notáveis civilizações, dezenove pereceram, não por conquistas vindas de fora, mas pela decadência interna."

Dr. J. D. Unwin — da Universidade de Cambridge, historiador: "Qualquer sociedade humana é livre para escolher entre mostrar uma grande energia, ou gozar de liberdade sexual; o fato é que não se poderá fazer ambas as coisas por mais de uma geração."

Permaneceremos de braços cruzados, assistindo omissos, por comodidade, fraqueza ou pressão de velhas cangas, à fase, em progresso, do aviltamento da mulher, cuja dignidade é a fonte por excelência de valores positivos, formadores do caráter e a cuja capacidade de renúncia devemos o melhor das construções da civilização? Assistindo à destruição da Moral tradicional e, consequentemente, da Família, das Instituições e da Pátria? E facilitando a instalação no Brasil da armadura rígida do comunismo russo-sino-cubano?

No campo militar, dariam razão ao redator do artigo "O Mundo — Brasil — O lugar de prova", publicado na revista "Time Magazine", edição latino-americana, de 21-4-1967:

"Hoje a organização militar brasileira é dirigida por uma classe intelectual e brilhante de oficiais, fortemente influenciados pelos dogmas do Positivismo de Comte e de Spencer", "o qual sustenta que o homem pode construir uma sociedade perfeita e viável apenas pelo reconhecimento de certas condições pelas quais existem, encarando-as científica e pragmáticamente, ao invés de engajar-se em especulações metafísicas quanto ao que deveriam ser."

Urge compreender que na Mente e no Espírito estão as forças diretrizes dos empreendimentos humanos. Que é necessário despertá-las e aperfeiçoá-las no rumo sadio. Que a Liberdade, básica na Democracia, para ser construtora e mesmo possível, é inseparável da Responsabilidade e que esta é oriunda da Consciência, vivificada únicamente por valores do Espírito Eterno.

É necessário entender que as ações repressivas, válidas e legítimas, por si apenas pouco realizam, pois que o mal só existe onde há ausência do bem. E mais ainda que, com o assustador incremento populacional, dentro em pouco estarão em minoria os capazes até mesmo para decidir e dirigir a repressão.

Faz-se mister levantar a bandeira dos valores espirituais e morais de fundo religioso-assetário, para humanizar a convivência

social, orientar a educação e mesmo legitimar, quando necessário, as atividades repressivas à atual maquinaria montada para a destruição da moral tradicional, cristã.

Compreendamos, ainda, uma necessidade urgente, de nacionalismo sadio — impedir que as ondas pegajosas, prenhas de pragmatismo e de sexo, provindas de Nações desenvolvidas do mundo ocidental, à custa do mau uso da Liberdade e agitadas pelo comunismo, continuem a espraiar-se no Brasil. **Não alienemos as nossas responsabilidades.**

É urgente atuar na propagação e defesa do nosso estilo de vida, de origem milenar.

Resumindo — Na atual conjuntura nacional, o materialismo, explorado ao máximo na direção apontada por Herbert Marcuse, leva a juventude à explosão do sexo e à violência. É de notar-se que a adolescente e a moça, ao invés de permanecerem junto aos pais, no lar, como em épocas passadas, aliam-se, hoje, aos jovens, em solidariedade característica, duplicando o número dos que protestam, já de si elevado pelo violento incremento populacional. Três rumos apresentam-se à nossa percepção:

— a incompreensão pelas atuais elites das causas da inquietação. O processo Marcuse prosseguirá pervertendo a juventude. É fácil prever que, no caos resultante, intervirá o comunismo, dominando-nos com as garras de ferro. Até quando as atuais elites, progressivamente exaustas pelo tempo, poderão exercer ação repressiva e em bases mal definidas ideologicamente?

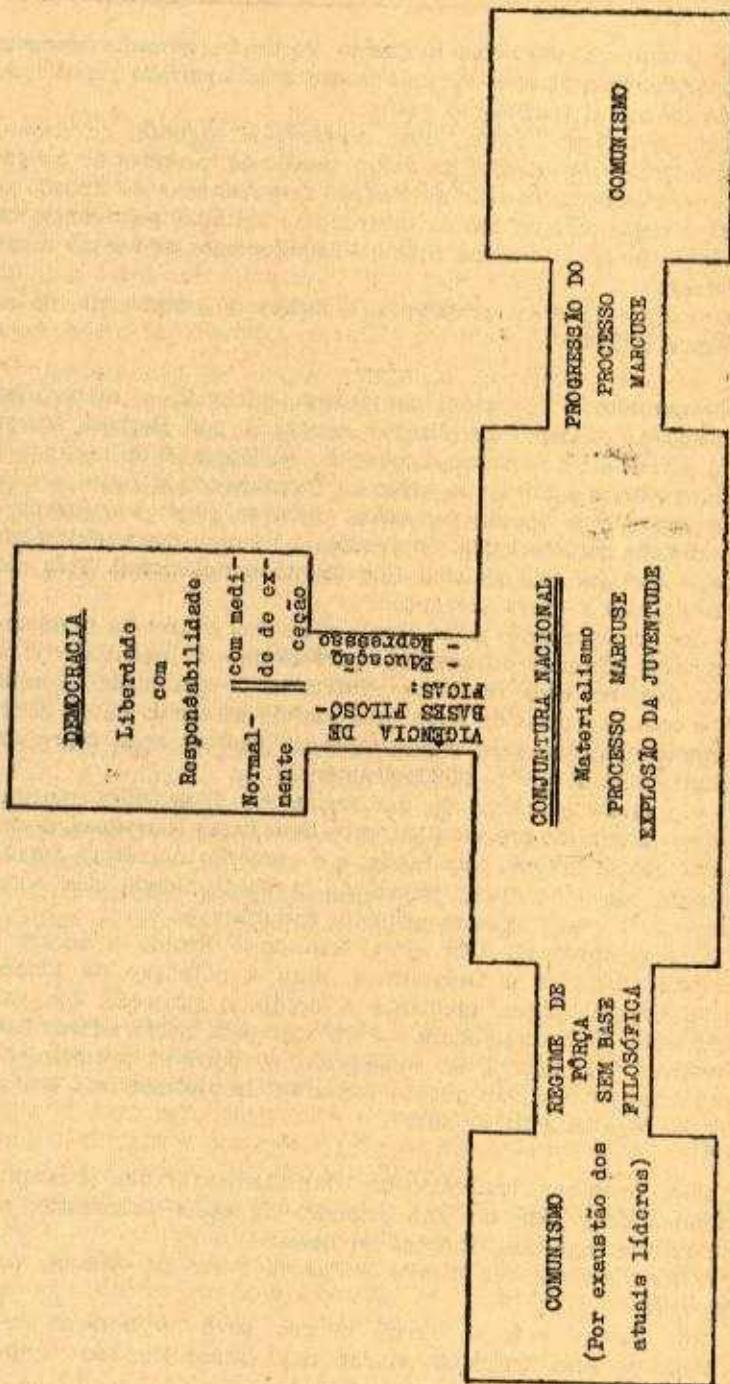
— o estabelecimento de um regime de força para reprimir o desenvolvimento do processo Marcuse. Sem bases filosóficas, a exaustão dos atuais líderes, pela idade, e o aumento numérico, intenso e constante, da juventude, impedirão a continuidade dos esforços repressivos e conduzirão ao primeiro caminho; e

— a compreensão das elites, levando o Estado a adotar base filosófica adequada à Democracia, para a obtenção da Liberdade com Responsabilidade, mediante a defesa e projeção dos valores tradicionais da nacionalidade — em vigorosas ações educacionais e repressivas. Isto deverá ser conseguido, se possível, normalmente e, senão, com as medidas que se tornaram imprescindíveis aos vitais objetivos visados (Ver Quadro).

Para terminar, lembremo-nos das clarinadas que ecoaram nas campinas de Belém, no ano primeiro do nosso calendário, e que repercutiram nas Constituições do Brasil:

"Glória a Deus nas Alturas e Paz na Terra aos Homens de Boa Vontade."

Não haverá paz na Terra, mesmo para os homens de boa vontade, se eles forem desviados dos rumos do seu verdadeiro destino.



B I B L I O G R A F I A

- 1 — "Eros e Civilização — Uma Crítica Filosófica ao Pensamento de Freud" (Tradução de Alvaro Cabral, do original inglês "Eros and Civilization — A Philosophical Inquiry into Freud"), Herbert Marcuse, Zahar Editores, 1968, Rio de Janeiro.
- 2 — "Ideologia da Sociedade Industrial" (Tradução de Giasone Rebuá, do original inglês "One-dimensional Man — Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society"), Herbert Marcuse, Zahar Editores, 1967, Rio de Janeiro.
- 3 — "O Coração do Homem" (Tradução de Octavio Alves Velho, do original inglês "The Heart of Man, Its Genius for Good and Evil", 1944), Erich Fromm, Zahar Editores, 1967, Rio de Janeiro.
- 4 — "A Arte de Amar" (Tradução de Milton Amado, do original inglês "The Art of Loving", Erich Fromm, Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte, 1966.
- 5 — "Nossos Conflitos Interiores" (Tradução de Octavio Alves Velho, do original inglês "Our Inner Conflicts", 1945), Karen Horney, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro.
- 6 — "Novos Rumos da Psicanálise" (Tradução de José Severo de Camargo Pereira, do original inglês "New Ways in Psychoanalysis", 1950), Karen Horney, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- 7 — Curso de Formação de Líderes Democráticos — CPOR, Salvador, Bahia, 1968.
- 8 — "Tratado de Filosofia, Moral", Régis Jolivet, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1966.
- 9 — "A Ciência e a Educação" (Tradução do original alemão "Didaktik As Bildungslehre"), I, Introdução à Ciência da Educação, Otto Willmann, com estudo de Frans de Hovre, Editora Globo, Rio de Janeiro — Pôrto Alegre — São Paulo.
- 10 — "Uma Definição de Democracia" (Tradução do Cel Paulo Eneas Ferreira da Silva), A. Powell Davies, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1950.
- 11 — "Pecado, Sexo e Autocontrole" (Tradução de Waldyr Wilson Rocha, do original inglês "Sin, Sex and Self-Control"), Norman Vincent Peale, Distribuidora Record, Rio de Janeiro — São Paulo, 1967.
- 12 — "Projeção dos Valores Espirituais e Morais da Nacionalidade, Proposta de Objetivo Nacional Permanente, para o Fortalecimento da Democracia", Gen Div Moacir Araújo Lopes, Gen Bda Lindolfo Ferraz Filho, Professor José Camarinha do Nascimento, Cel Milton Câmara Senna, Professor Jorge Boaventura de Souza e Professor Ruy Vieira da Cunha.
- 13 — "Constitución de la Nación Argentina", Buenos Aires, 1853, "Imprenta del Congreso de la Nación".
- 14 — "Reordenamento Metodológico de Políticas", do Governo Argentino, de março de 1968.
- 15 — "Pontos de Vista do Comando em Chefe do Exército para a Orientação Doutrinária e de Metodologia de Instrução de Condução Interior", do Exército Argentino, 1966.
- 16 — Notas de Aula de Curso de Filosofia do Professor Huberto Rohden, ex-Professor de Filosofia da "The American University", Washington, Estados Unidos.
- 17 — Notícia — "Religiosos concordam que 'não se pode educar bem sem Deus', do "Jornal do Brasil", Guanabara, de 21-5-1968.
- 18 — Notícia — "Discurso Violento de Brejnev contra os EUA", do "Jornal do Brasil", Guanabara, em 9 e 10-4-1967.
- 19 — Artigo "Marxismo e Humanismo", de Maria Pedrossian, publicado no "Jornal do Brasil", Guanabara, de 4-7-1968.
- 20 — "Comentários à Constituição de 1967", Tomo I (Arts. 1.º — 7.º), RT, Pontes de Miranda, Editora Revista dos Tribunais, 1967.
- 21 — "Marcuse", Herbert Marcuse, Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro, GB, 1968.
- 22 — "Revista Estudantil", D. Cohn-Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar, J.-P. Duteil, Editora Laudes.

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA AMERICANA

Reunião do Congresso de 4 de julho de 1776 (*)

Declaração unânime dos treze Estados Unidos da América

"Quando, no decorrer dos acontecimentos humanos, se torna imperioso que um povo rompa os laços políticos que o unem a outro, assumindo junto às potências do globo o lugar que lhe compete como nação independente ao lado de seus pares, e de acordo com as leis da natureza e as leis de Deus, impõe o devido respeito às opiniões da humanidade que esse povo declare os motivos que levaram à separação.

Creemos axiomáticas as seguintes verdades: que todos os homens foram criados iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, de liberdade, e o de procurarem a própria felicidade; que, para assegurar êsses direitos se constituíram entre os homens governos cujos justos podêres emanam do consentimento dos governados; que sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir êsses fins, assiste ao Povo o direito de mudá-lo ou aboli-lo, instituindo um novo governo cujos princípios básicos e organização de podêres obedecam às normas que lhe parecem mais próprias a promover a segurança e felicidade gerais. A prudência aconselha que governos, de longa data estabelecidos, não deverão ser mudados em razão de causas fúteis ou transitórias e tóda a experiência do passado demonstra que a humanidade está mais disposta a sofrer males, enquanto se possam suportar que a corrigi-los com o abolir das formas a que se havia acostumado. Todavia, quando uma longa série de abusos e usurpações, todos invariavelmente dirigidos ao mesmo fim, estão a apontar o designio de submeter um povo a despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever pôr termo a tal governo, e prover novos guardiães de sua segurança futura. Estas colônias sofreram com paciência; mas perante a necessidade que ora surge sentem-se constrangidas a mudar seu antigo sistema de governo. A história do atual Rei da Grã-Bretanha é uma sucessão de agravos e usurpações, visando todo o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre êstes estados. Para prová-lo, submetemos os fatos ao julgamento dum mundo imparcial."

Nesta altura os colonos expõem os seus agravos, cuja resenha se dá a seguir: usurpação ou descaso, por parte do Rei, dos direitos legislativos das colônias; obstrução da justiça, em razão do seu

(*) De autoria de Thomas Jefferson (1743-1826), terceiro Presidente dos EUA, segundo texto em português elaborado pela Secretaria de Estado dos Estados Unidos da América — Publicação TC-222.

absoluto controle sobre os tribunais, e da recusa da concessão do julgamento por meio de júri; a manutenção de um exército no seio da população, em tempo de paz, sem o consentimento dos habitantes; a sujeição do poder civil ao militar; o lançamento de impostos sem o consentimento dos colonos ("imposição de tributos sem representação é tirania" tornou-se o brado de guerra dos colonos) e flagrantes atos que ocasionaram a insurreição das colônias.

Segue-se então uma declaração relativa à atitude dos colonos para com "seus irmãos ingleses" que, à semelhança do Rei "se fizeram surdos à voz da justiça e consangüinidade". A seguir a este parágrafo vem a Declaração da Independência.

"Nós, portanto, representantes dos Estados Unidos da América, reunidos em Congresso Geral, apelando ao Juiz Supremo do mundo testemunha da retidão de nossas intenções, publicamos e solenemente declaramos, em nome do digno povo destas colônias e por sua autoridade, que estas Colônias Unidas são, como de direito deveriam ser, Estados Livres e Independentes; que estão isentas de fidelidade para com a coroa britânica; que se acham cindidos, como de razão, todos os laços políticos entre elas e o Estado da Grã-Bretanha; e que, como Estados Livres e Independentes, gozam do pleno direito de declarar guerra, assinar paz, contrair alianças, promover o comércio, e a realizar todo e qualquer ato ou diligência, dentro da alçada legal de Estados Independentes. E para sustentar a presente declaração, com fé inabalável na proteção da Divina Providência, empenhamos nossas vidas, nossas fortunas, e nossa honra sagrada."

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO.
DE 25 DE AGOSTO DE 1789 (*)

Da Assembléia Nacional Francesa

"Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprêzo dos direitos do homem são as causas únicas das infelicidades públicas e da corrupção dos Governos resolveram expor, em uma declaração solene, os Direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, para que essa declaração, sempre presente a todos os membros do corpo social, lhes lembre sem cessar seus direitos e seus deveres; para que os atos do Poder legislativo e os do Poder executivo podendo a cada momento ser comparados com a finalidade de qualquer instituição política, por ela sejam mais respeitados; a fim de que doravante as reclamações dos cidadãos, fundadas nos princípios simples e incontestáveis, conduzam sempre à manutenção da Constituição e à felicidade de todos. — Em consequência, a Assembléia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão:

Art. 1.º Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas senão no interesse comum.

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3.º O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não lhe caiba expressamente.

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outrem: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem limites senão os que assegurem aos outros membros da sociedade o exercício desses mesmos direitos. Esses limites só podem ser determinados pela Lei.

Art. 5.º A Lei só tem o direito de proibir as ações prejudiciais à sociedade. O que não é proibido pela Lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não determina.

Art. 6.º A Lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm direito de concorrer, pessoalmente ou por seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para pro-

(*) Tradução do Prof. Hélio Brito, respeitando, na medida do possível, a forma e conceituação da época em que foi redigida.

teger, seja para punir. Todo os cidadãos sendo iguais perante seus olhos, são igualmente admissíveis a dignidades, lugares e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outra distinção que a das suas virtudes e aptidões.

Art. 7º Nenhum homem pode ser acusado, preso ou detido se não nos casos determinados pela Lei e segundo as formas por ela prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou fazem executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas todo cidadão convocado ou preso em virtude da Lei deve obedecer imediatamente; ele se torna culpado por sua resistência.

Art. 8º A Lei só deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada.

Art. 9º Sendo todo homem presumido inocente até que seja declarado culpado, se é julgada indispensável a sua prisão, todo rigor que não seja necessário para apoderar-se de sua pessoa deve ser severamente reprimido pela Lei.

Art. 10. Ninguém deve ser molestado em virtude de suas opiniões mesmo religiosas, desde que sua manifestação não embarace a ordem pública estabelecida pela Lei.

Art. 11. A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode pois falar, escrever, imprimir livremente, com a reserva de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela Lei.

Art. 12. A garantia dos direitos do Homem e do Cidadão necessita uma força pública; essa força é portanto instituída em benefício de todos e não em proveito particular daqueles aos quais ela é confiada.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas da administração, é indispensável uma contribuição comum; ela deve ser igualmente repartida por todos os cidadãos, em razão das suas capacidades.

Art. 14. Todos os cidadãos têm o direito de constatar, por eles mesmos ou por seus representantes, a necessidade da contribuição e de determinar a sua alíquota, a base, a restituição e a duração.

Art. 15. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público de sua administração.

Art. 16. Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada nem a separação dos poderes determinada, não tem constituição.

Art. 17. Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado a não ser quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exija realmente, e sob a condição de uma justa e prévia indenização.

A N E X O 3

**DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES
DO HOMEM (*)
(Bogotá — 1948)**

"A IX Conferência Internacional Americana,

CONSIDERANDO:

Que os povos americanos dignificaram a pessoa humana e que suas constituições nacionais reconhecem que as instituições jurídicas e políticas, que regem a vida em sociedade, têm como finalidade principal a proteção dos direitos essenciais do homem e a criação de circunstâncias que lhe permitam progredir espiritual e materialmente e alcançar a felicidade;

RESOLVE:

Adotar a seguinte

**DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES
DO HOMEM**

Preâmbulo

"Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, como são dotados pela natureza de razão e consciência, devem proceder fraternalmente uns com os outros.

O cumprimento do dever de cada um é exigência do direito de todos. Direitos e deveres integram-se correlativamente em toda a atividade social e política do homem. Se os direitos exaltam a liberdade individual, os deveres exprimem a dignidade dessa liberdade.

Os deveres de ordem jurídica dependem da existência anterior de outros de ordem moral, que apóiam os primeiros concepcionalmente e os fundamentam.

É dever do homem servir o espírito com todas as suas faculdades e todos os seus recursos, porque o espírito é a finalidade suprema da existência humana e a sua máxima categoria.

É dever do homem exercer, manter e estimular a cultura por todos os meios ao seu alcance, porque a cultura é a mais elevada expressão social e histórica do espírito.

E, visto que a moral e as boas maneiras constituem a mais nobre manifestação da cultura, é dever de todo homem acatar-lhes os princípios.

(*) ANEXO 1 da publicação "Direitos Humanos nos Estados Americanos", Estudo preparado de acordo com a Resolução XXVII da Décima Conferência Interamericana, Edição Preliminar, maio de 1948. União Pan-Americana, Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, D.C.

CAPITULO PRIMEIRO**Direitos**

Artigo I — Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Artigo II — Tôdas as pessoas são iguais perante a lei e têm os direitos e deveres consagrados nesta declaração, sem distinção de raça, sexo, língua, crença ou qualquer outra.

Artigo III — Tôda pessoa tem o direito de professar livremente uma crença religiosa e de manifestá-la e praticá-la pública e particularmente.

Artigo IV — Tôda pessoa tem o direito à liberdade de investigação, de opinião e de expressão e difusão do pensamento, por qualquer meio.

"Artigo XII — Tôda pessoa tem direito à educação, que deve inspirar-se nos princípios de liberdade, moralidade e solidariedade humana.

"

ANEXO 4

DOS PREAMBULOS DE CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

1824

Constituição Política do Império

Prefácio — "Dom Pedro Primeiro, por graça de Deus e unânime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil:

EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE

"Título I. Do Império do Brasil, seu Território, Governo, Dinastia e Religião."

"Art. 5º. A religião católica apostólica romana continuará a ser religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo".

"Art. 106. O herdeiro presuntivo, em completando quatorze anos de idade, prestará nas mãos do presidente do Senado, reunidas as duas Câmaras, o seguinte juramento: Juro manter a religião católica apostólica romana, observar a Constituição política da nação brasileira, e ser obediente às leis e ao Imperador".

"Art. 179. A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte:"

"Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública"

1934

Constituição dos Estados Unidos do Brasil

Prefácio — Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil".

1946

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Preâmbulo — "Nós, os representantes do Povo Brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléa Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil".

"Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de lealdade e nos ideais de solidariedade humana".

1967

Constituição do Brasil

"Preâmbulo — "O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil".

"Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Assegurada a igualdade de oportunidade deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e ideais de liberdade e de solidariedade humana".

ANEXO 5

Excertos do livro "Comentários à Constituição de 1967"
Tomo I (Arts. 1.º — 7.º), RT, Editora Revista dos Tribunais,
1967, de Pontes de Miranda, sobre os Preâmbulos das
Constituições.

"Isso de modo nenhum autoriza a que se ponham de lado, na interpretação dos textos constitucionais, os dizeres dos Preâmbulos. Todo Preâmbulo anuncia; não precisa anunciar tudo, nem, anunciando, restringe (páginas 408 e 409)."

"Na Constituição de 1967, o preâmbulo sómente contém referência ao Congresso Nacional, que à última hora editou a Constituição do Brasil e à proteção de Deus: "O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil..." A de 1934 dizia: "pondo a nossa confiança em Deus"; a de 1946: "sob a proteção de Deus". (Página 434). "Dai concluir (o relator da Constituição de 1967) que havia contradição patente entre o Preâmbulo e o princípio que declarava inviolável a liberdade de consciência e de crença. Não atendeu, assim, a que se tratava de um dos aspectos da antinomia democrática — da incomensurabilidade entre o todo (— todos) e a maioria. Não existe ela desde que vejamos no princípio majoritário o cerne mesmo da democracia. Por outro lado, toda Constituição, como toda lei é expressão da decisão da maioria; não se supõe unanimidade; a decisão unânime é mero acidente, que nada acrescenta à legitimidade do ato legislativo. Não tem mais intensidade, ou rigidez, a regra jurídica que foi votada por unanimidade, em vez de o só ter sido pela maioria regimental" (Página 433).

"A convicção do legislador constituinte é de ordem só política e social; dizíamos a respeito da Constituição de 1937; e acrescentamos, perplexos, ante esse unipartidarismo indeciso: "Melhor fôra que tivesse dado à vida do Estado diretriz mais funda, e.g., a da filosofia dualista, ou espiritualista. A propósito da Constituição de 1946, escrevemos (I, 4.ª ed, 335): "A de 1946 voltou a ser deísta, pelo menos no papel Mas é preciso que a Constituição seja respeitada e que sirva à longa caminhada pelas três dimensões: democracia, liberdade e igualdade" (Página 440).

"O que hoje mais importa no Brasil é que se cumpra a Constituição de 1967" (Página 441).

O SENTIDO DA HIERARQUIA MILITAR E DA DISCIPLINA

Cel. JOÃO PERBOYRE VASCONCELOS FERREIRA

(Palestra proferida no CPOR de Fortaleza)

TEMA RIO

- O sentido da hierarquia militar e da disciplina
- O papel da juventude no momento atual
- Democracia e seu conceito
- Falsas doutrinas sociais e perigo de sua iniltração nas Forças Armadas

Não posso esconder a honra que me cabe, neste momento, de falar à juventude do CPOR, atendendo a um gentil convite de seu Comandante, que se ateve, evidentemente, mais a um protocolo de amizade que nos aproxima do que aos méritos de um velho soldado, cuja preocupação lógica, depois de 35 anos de serviço, seria a de retirar-se para trás dos bastidores sem tentar a insensatez de transmitir experiências sobre idéias, por palavras.

Falo assim, porque cada idéia só tem vida na dinâmica individual, se tiver uma repercusão sensitiva, se estiver impregnada de um subjetivismo obtido no trato com ela, onde, mente e idéia acertaram um acordo de conviver pacificamente e houve um compromisso bilateral e voluntário de se acreditarem mutuamente. O criador, mais uma vez, tem de amar a sua criatura e não aceitá-la, apenas pela sua lógica. Do contrário, a idéia passará a enriquecer sómente o patrimônio da inteligência. Como os senhores já devem ter desconfiado, a inteligência é nada mais do que um

instrumento humilde, um meio e não um fim, e, as idéias que por elas transitam, funcionam como processos inertes se não receberem os impulsos da emoção que empolga a idéia, a arrasta e a lança já como força criativa no grande redemoinho da vida.

Embora haja denunciado, de antemão, essa manobra de gentileza, não se vá subentender o meu desconhecimento da responsabilidade de falar-vos, líderes do futuro que sois, para trazer-vos senão uma lição ordenada, pelo menos uma experiência, inexpressiva, talvez, (vamos denegri-la mais), tumultuada pelos contactos com vários setores da vida onde mergulhei, com curiosidade quase infantil, a fim de descobrir os parentescos entre idéias e fatos, seus designios suas direções, tentando aclarar-me a visão, para concluir acuadamente que os fatos são a única causa que nos é permitido observar, boiando à superfície de causas profundas e imperscrutáveis.

O temário que me foi distribuído de natureza social, torna mais difícil a ordenação das observações

porque não foi sem razão que Comte capitulou-o em último lugar na sua classificação baseada na complexidade crescente da ciência.

Se não temos a sabedoria de entendê-lo na sua essência, como é óbvio, vamo-nos armar de uma sensibilidade social para tentarmos uma interpretação construtiva, uma espécie de corpo a corpo com os fatos sociais, para ajustarmos os conceitos de modo a não traírem as finalidades maiores da existência, que são postulados, sob a forma de opiniões e crenças, altamente dinamizantes, verdadeiros batentes nos quais o indivíduo se assenta, como diz a melodia popular "para ver a vida passar". Sem esse pressuposto de opiniões e crenças e sem uma interpretação profunda dos fatos humanos, a mente humana não tem condições de ficar idêntica a si mesma, face às mutuações, aos choques, decepções e desenganos, cadinho de provas onde se acrisola a personalidade.

Na área das chamadas ciências sociais, hoje subdivididas num sem número de especialidades, só uma inteligência volumétrica, o que é um paradoxo, poderia abranger este vasto poliedro sintetizado pela sociedade humana. Digo paradoxo, porque a inteligência é um instrumento de superfície, que fica de fora dos fatos, observando, pesquisando, comparando, associando para descobrir as relações externas entre os mesmos, que são as leis.

A caravana estranha dos fatos sociais, cuja complexidade vem desafiando a argúcia dos pesquisadores, passa por nós, quase sempre indefinível e é preciso muita pureza científica para não atribuir a elas nossas intenções pessoais

apriorísticas, fazendo um mundo à nossa imagem e semelhança.

Da dificuldade de entendê-los, surgiram um sem números de belas visões particularistas do fenômeno, como aquela história do apólogo indiano do elefante, onde cada um dos observadores só percebia um detalhe do elefante.

Assim, cada conclusão sobre a observação de uma faceta do vasto poliedro embora real é distorcida porque o elefante não é só dentes, tromba, corpo e patas.

É tudo isso ao mesmo tempo. O jeito é trazermos a sociedade para dentro de nós mesmos, marchando de uma compreensão individual da vida para uma compreensão social, quando servi-la é servir a nós mesmos, quando crescer é nos identificarmos com ela, aceitando como postulado o ideal da fraternidade que realiza sem conhecimento e sem pesquisa todos os problemas sociais.

Hoje, essa tentativa pertence ao campo da metafísica religiosa, porque religião num "lato sensu" é fraternidade e os diversos credos, caminhos mais ou menos hábeis que nós escolhemos para a assimilação intuitiva do complexo social.

Temos fé que a humanidade do futuro gozará dessa sabedoria inferior e que o misterioso elefante aparecerá a todos nós na sua unidade legítima.

Enquanto lá não chegarmos, é lógico que teremos de montar andainas sob a forma de hipóteses e tentativas, sob a forma de verdades provisórias ou verdades-anteparo, dentro das quais nossa mente possa operar com objetividade.

O tema da nossa palestra faz parte do grande conjunto das ver-

dades-anteparo e seus títulos se destacam neste quadro mural:

— O sentido moral da hierarquia militar e da disciplina;

— O papel da juventude no momento atual;

— Democracia e seu conceito;

— Falsas doutrinas sociais e perigo de sua infiltração nas Forças Armadas.

Como os Senhores vêm, devo ser um rapsodo para cantar trechos esparsos de vastos poemas, porque cada um desses títulos poderia ser estendido indefinidamente.

Isso me facilita a tarefa sob o ponto de vista de motivação, porque a cada mudança de cenário, mergulharemos num mundo aparentemente novo, gravitando todos eles em torno do conceito social: educação, diversificado sob o ponto de vista militar: hierarquia; individual: posição do jovem no mundo; e político: democracia.

Caros jovens — Usei a imagem do rapsodo, divulgador dos versos heróicos na antiga Grécia, para me dar a liberdade de não fazer ciência e sim de fazer a poesia da ordem que é o conceito básico da educação e, poderíamos estender com segurança, que é o conceito básico de Universo.

O que é a ciência senão a pesquisa da ordem nos fenômenos externos a nós e a sua formulação sob a forma de leis?

O que é a beleza senão a ordem dos sons, das idéias, das formas dos movimentos, das cores, dando corpo à música, à poesia, à dança e à pintura?

O Exército participa desse propósito universal e na sociedade nossa, ainda gregária, para não di-

zer com convivência precária, ele vive plenamente a letra da nossa constituição, no seu título VII que lhe confere a elevada missão de defender a Pátria, a Lei e a Ordem.

Não poderia atingir objetivo tão amplo senão procurasse estruturar-se numa armadura que o realiza como instituição — a hierarquia militar. Para dar vida a essa estrutura existem dois princípios condicionantes: a disciplina militar, a parte material da estrutura e a moral militar, a parte espiritual da estrutura.

A disciplina modela a ordem externa: atitudes, pontualidade, uniformes, compostura.

A moral militar pretende mais.

Pretende levar ao militar uma ordem interna pela aceitação de uma doutrina moral, um modelado de opiniões e crenças do grupo social — Exército que permite o florescimento dos sentimentos intrínsecos do grupo: coragem, lealdade, senso de responsabilidade, respeito à palavra dada, respeito à autoridade, ou seja, a aceitação consciente da hierarquia como uma necessidade do grupo para operar seus objetivos de ordem.

Alarga-se a moral militar em interpretar a própria disciplina que perde a feição de sujeição para funcionar como princípio de ordenação das diversas peças da máquina militar, que vivem solidárias num único conjunto real: O Exército. Como aprendizado da ordem, a disciplina exerce a vontade individual contra a dispersão, vigoriza os hábitos que se transformam em automatismos salutares para o funcionamento pleno da máquina.

É lógico que nesse dual, a moral militar é o princípio dinâmico e a

disciplina o princípio estático e nada adiantará ao Exército atitudes corretas e pontualidades precisas se o militar não estiver imbuido dos objetivos que defende e qualquer provocação da ordem defendida descobriria o fundo falso de uma coletividade que não sabe e que não ama as suas finalidades.

A ordem convencional nunca pode substituir o impeto interno que faz de um homem um guerreiro quando ele acredita na justiça da sua causa, na utilidade da sua parcela de cooperação e na convivência ampla que ele tem com o todo nacional, sem o que ele se sentiria uma tropa de ocupação. Porque o que existe é o Brasil, ao qual prestamos nossa colaboração integrada com outros esforços nacionais, o que existe são os objetivos, permanentes, de Nação que desfilam como aspirações subjetivas do grande grupo Nacional do qual somos parte, objetivos formulados numa única sentença: o bem-estar do povo brasileiro.

— Bem-estar, luta contra o subdesenvolvimento e contra a pobreza;

— Bem-estar, manutenção da soberania nacional sob todos os aspectos;

— Bem-estar, exercício das liberdades democráticas;

— Bem-estar, oportunidade de crescimento cultural artístico;

— Bem-estar, projeção dos grandes valores espirituais da Nação, na vida social;

Conclusões:

— O imperativo de manter a ordem justifica a criação das Forças Armadas;

— A sua criação exige a armando de uma hierarquia que a estrutura;

— A hierarquia se exerce sob os princípios da disciplina e da moral militar;

— A disciplina é o corpo da hierarquia e a moral é o espírito. Uma dá forma, outra dá sentido;

— A comunhão com outros grupos sociais da Nação, dá ao Exército o seu sentido social, isto é, dita a filosofia da sua convivência dentro do complexo nacional, onde ele se irmana, se identifica e se integra para participar de um único impulso legítimo — o bem-estar do povo brasileiro.

Caros jovens — Passemos ao 2.º ponto do nosso Temário —

Papel da juventude no mundo atual.

Valores da civilização ocidental:

— Valores — Processos:

— Liberdade

— Justiça social

— Individualismo

— Nacionalismo

— Valores históricos:

— Cristianismo

Bandeira — Fraternidade.

A circunstância, no momento atual, obriga-nos a uma pausa para procurar esboçar as características de nossa sociedade, dentro da qual o caso particular brasileiro e a própria época, século 20, são simples acidentes.

Já dizia Toynbee que as unidades inteligíveis do estudo histórico são as sociedades e não as nações e as épocas.

Assim sendo, para entender uma época devemos procurar entender a sociedade que compõe o seu qua-

dro humano, o tipo de civilização que ela está exercitando.

A época é assim representada pela civilização em curso. Civilização que molda os indivíduos e grupos através de um comportamento social preconizado.

A civilização não é caracterizada pelos seus instrumentos de técnica. Dizer que nossa civilização é tecnológica não dá nenhum entendimento de processo interior que a movimenta.

São os valores correntes que estruturam o conteúdo de uma civilização. Por sua vez a civilização é uma reação em cadeia que se perde na profundidade dos séculos passados. Como uma pirâmide de ensaios que se negam e se revigoram, uma civilização se assenta no ápice, sobre uma base larga das experiências de várias civilizações.

As civilizações tendem para a unificação. Toynbee, contudo ainda distingue, no mundo atual, 5 civilizações: Cristã Ocidental, Ortodoxa, Islâmica, Hindu e Extremo Oriente.

O estreitamento dos laços culturais entre os povos, a diminuição do mundo pelo aperfeiçoamento dos transportes e comunicações há de condicionar, pensamos, a fusão dessas 5 civilizações numa só. Não de persistir ainda as civilizações fósseis que ficam a exemplo do que ocorre com o modelado geológico, como civilizações-testemunhas, com valores que deixaram de circular porque eram apenas respostas a estratificações de sociedades fechadas em preconceitos de religião, raça ou côn, sem consistência face a um exame mais universal e positivo. Ou podem insular-se quando os valores correntes representam resíduos de civilização sem nenhuma

possibilidade de comungar com a atual gama de valores. Por nossa vez, pertencemos à civilização ocidental que se filia à civilização greco-romana.

Embora a civilização seja definida por valores certos, há no transcurso dos séculos e às vezes por imposição de geografias diferentes, uma exacerbação de alguns desses valores, retratando uma época ou área.

Uma civilização é assim estruturada em seus valores correntes.

Não deixa de ser um atrevimento nosso, procurar levantar em um estudo esquemático como este, os valores que conceituam nossa civilização. Posso ser condenado de estar fazendo uma tentativa de interpretação da História, fora da História, na expressão de Ortega y Gasset. O renomado escritor registra o anseio universal por uma interpretação histórica da História no atual século e critica a tendência do século 19, em que parecia obrigatório deduzir o histórico do que não é histórico. E comentando continua: "Hegel descreve o desenvolvimento dos sucessos históricos como resultado automático da dialética abstrata dos conceitos; Buckle, Taine e Ratzel deriyam da geografia; Chamberlain da Antropologia; Marx da Economia. Todos esses ensaios supõem que não existe uma realidade, última e propriamente histórica."

Denunciamos-nos, aqui, que somos partidários de um providencialismo moderado, ou seja, de um sentido interior que movimenta a História sempre para cima e que para manifestar-se escolhe os instrumentos mais sensíveis ao processo a ser desencadeado, embora sofra a in-

tervenção da Geografia, da Antropologia e da Economia, em suma, dos fatos pertinentes às áreas, grupos e épocas, os quais retardam ou tonificam aquêle sentido interior. A nosso ver, Hegel, de todos os citados, foi quem percebeu essa dinâmica espiritual da História, mas para fugir do teológico procurou com sua razão o complexo casual dos acontecimentos e encontrou um teto de idéias puras, com comportamento dialético cuja síntese é a mesma que preconizamos: um princípio ideal independente dos fatos e crescendo a despeito dêles ou com êles.

Os fatos se passam como se fossem comandados de fora, apesar de se ligarem por relações causais.

Descendo dessa cúpula da filosofia da História para o embate mais real das forças em presença, já esclarecemos que a época exacerba um determinado valor que passa a ser a tônica do século.

São valôres-processos, valôres intermediários, valôres-degraus, adaptação do ideal ao possível. Os fenômenos da civilização humana são sérres. Respiram, isto é, ensalam a sua realização, recuam e fazem novos avanços e repetem a operação até se incorporarem à história como realidade viva e continua.

Nós dizemos que êles pulsam, amadurecem e eclodem. Realizam-se através do instrumento mais hábil para determinar sua eclosão. Quem pesquisasse na antevéspera da Revolução Francesa, não poderia diagnosticar a série de eventos dramáticos que estavam prestes a surgir. O fenômeno igualdade política e valorização da pessoa humana, altamente ensaiados nos séculos transatos, instrumentam-se nos "Sans-

Culot" contra uma realeza aparentemente robusta e onipotente. Impõe-se o conceito com uma conquista de ascensão humana. A justiça social eclodiu como idéia-massa no seio de um povo culto: teto social adequado, através dos seus instrumentos mais humildes: força da idéia interpretada impondo sua própria eclosão.

Após a revolução houve nova parada, um stacato. Em termos de dinâmica social, podemos concluir que as encíclicas e os ensaios dos pioneiros sociais, no século 19, vieram apenas como lampejos de almas insuladas. Faltava-lhes um teto social de comunhão de consciências para reproduzir aquela apoteose de tormentas e raios da revolução francesa. Carecia o trabalho daqueles iniciados da integração com o "total social" da civilização do Ocidente de que nos fala Soruski que daria aos valôres o salvo-conduto para seu livre trânsito na sociedade. O clima de pós-guerra facultou condições para que se pensasse mais seriamente sobre a justiça social. Embora o comunismo queira assumir a paternidade, foi uma eclosão por amadurecimento do fenômeno. Transformou-se no grande valor do século 20. Hoje êsses dois valôres, liberdade e justiça social, formam o binômio forte da história do século XX.

Geometrizando meu pensamento para terminar, acredito que existem em cada civilização dois tipos de valôres: valôres de História e valôres-processos. Os valôres da História imutáveis são asintotas de luz, tangenciando os princípios sagrados de Cristo e balizando a senda da civilização humana. São irreversíveis e sua meta é o entendimen-

mento universal, a fraternidade e a violação de todas as fronteiras.

Os valores-processos ou valores de civilização são tentativas para conduzir a sociedade ao sentido histórico e representam para cada povo e para cada época o máximo de evolução possível.

Podem aparecer, às vezes, divergentes do sentido histórico, mas são sempre forças vigorosas que impulsionam a grei humana no seu longo caminho de experiências. Assim temos presentemente, um ensaio dos dois valores-processos, liberdade e justiça social a par de valores que se vêm universalizando pela sua humanização como o individualismo e o nacionalismo. Diante dessa exposição é fácil concluir o papel da juventude do século XX: cultuar os valores históricos da civilização ocidental cuja síntese é o cristianismo e exercitar os valores-processos do século:

— A liberdade enquanto considerada como um exercício necessário para o crescimento e pujança da consciência individual;

— A justiça social que congraça os grupos;

— Aperfeiçoar o individualismo como força de estímulo para o engrandecimento da pessoa humana;

— Cultuar a Pátria como treinamento para a convivência de trabalho e sentimento dentro de grupos sociais heterogêneos que convergem sobre o mesmo objetivo. Em resumo, a juventude deve viver historicamente, se quiser escrever história, isto é, se quiser ser incorporada como força válida no processo evolucionário da civilização ocidental, a que pertencemos. Esta civilização vem procurando cada vez mais se ajustar aos mol-

des históricos, os quais, conforme nosso pensamento, já expresso, vivem fora da civilização como um imperativo de evolução.

Poderia acrescentar o toque religioso — o nome DEUS — o qual não submergiu mesmo durante os mais duros vendavais do individualismo e da descrença. Tomou às vezes a forma do valor-anteparo, como a Humanidade de Comte, em que aquélle gigante do pensamento francês, pelo horror à metafísica, trouxe Deus mais perto para poder vê-lo. Não é completamente irreal a substituição de Deus pela humanidade, pois segundo diz o apóstolo São Paulo todos nós somos deuses.

Ou tomou Deus a expressão do processo social e técnico porque para nós que acreditamos na imanência divina toda a grandeza de qualquer tipo é um afloramento da divindade.

O que deve ficar dessas disposições religiosas é uma fé gigante na grandeza dos destinos humanos que são nossos destinos soldados uns aos outros para sermos felizes, porque a felicidade é um conceito social e ninguém vá me dizer que o hedonismo, o utilitarismo, fugas do indivíduo, realize algo de durável mesmo para o indivíduo.

Donde é impossível educar a mocidade a título conselheiral apenas para que ela não tropece, quando se deve credenciá-la para a grande luta do século mesmo tropeçando, de forma que ela participe, às vezes agressivamente a seu estilo de energias impetuosas, do processo incessante do tornar-se social como uma experiência necessária, para que está fadada a dirigir os destinos da sociedade nos setores técnico-profissionais, sociais e de li-

deranças, como homens a quem vamos passar os bastões.

Temos de confessar com alguma amargura que as nossas lideranças falharam.

Se se fizer a diagnose dessa falência que tanta repercussão teve sobre vós, poderíamos sintetizar como o hábito delas de raciocinar inorgânicamente, dissociando o instrumento de pesquisa — a inteligência — da realidade nacional. Isso abandonou 52% da população, abaixo de 18 anos, a um sistema educacional — salve-se quem puder — onde os jovens disputam seus títulos de ingresso na vida, numa verdadeira tourada que lhes acirra a valentia mas que lhes desestimula a solidariedade social.

E como a convivência social é o treino mais precioso para a formação das equipes de trabalho, esperamos de vós, líderes do futuro, a meditação sobre o problema da educação como a preocupação primária e infra-estrutura universal para qualquer grandeza e desenvolvimento. Tentar o seu equacionamento em bases sensíveis para que as juventudes que vão vos suceder sintam o vosso empuxo benéfico e soldem esses dois estágios biológicos — juventude e velhice — numa unidade vigorosa. Eles precisam andar sempre juntos porque se completam, uma espécie de direção e força que fará o comboio marchar mais arrumado e mais rápido para as finalidades nobres do bem-estar do povo brasileiro.

Conclusões gerais do século:

1 — O valor histórico da civilização ocidental é o cristianismo só-

bre o qual se erguem as duas grandes expressões processuais:

- Liberdade
- Justiça Social

2 — Os outros valores-processos da civilização são: o individualismo que estimula o crescimento da pessoa humana, e que tende a desfigurar-se, condenado como força de reação histórica à mensagem do século: justiça social.

3 — Dentro da coletividade, o individualismo assumiu a forma de nacionalismo.

4 — Este nacionalismo está evoluindo para um continentalismo de blocos ideológicos, dentro dos quais as pátrias caminham para a feição de áreas com autonomia administrativa, sem ocorrer aquêle antigo processo absorvente dos séculos passados, por parte dos centros dos sistemas — as antigas metrópoles, hoje nações líderes, cuja ação agora se resume no poder de gravitação política e econômica regulada por acôrdos e tratados.

5 — Como consequência, vive-se intensamente a experiência de assembleias internacionais, abrangendo regiões ou o mundo. Isso implica num reconhecimento, sem ferir a autodeterminação, por parte das nações de uma necessidade de harmonizar os seus interesses, por um denominador comum, que, embora difícil de formular, vem sendo tentado com persistência.

Conclusões particulares:

— A mensagem da mocidade só pode ser buscada dentro dos próprios valores históricos da civilização cristã e sob os valores-processos do século XX:

Exaltação de cristianismo, como uma grande direção da vida.

Exaltação dos valores-processos:

- Liberdade como conceito dignificante da pessoa humana;
- Justiça social como dignificação da vida coletiva;
- Culto aos valores individuais, como engrandecimento das células individuais da sociedade;
- Culto ao nacionalismo como preocupação para o lado de fora do indivíduo, donde a juventude des cortinará o panorama de uma pátria num concerto de várias pátrias todas independentes, girando num círculo maior do continentalismo que se aperta na visão de um continente único — a humanidade.

Caros camaradas:

Examinemos o 3.º ponto proposto:

Democracia e seus conceitos — Falsas doutrinas sociais

— Características:

- Voto
- Lei e Justiça
- Rotatividade do poder
- Multiplicidade de partidos
- Comunismo — Totalitarismo
- Bandeira — Liberdade

O tema é para jurista. Vamos apreciá-lo empiricamente e procurar traçar o seu rumo dentro do conceito das ideologias políticas existentes, particularmente face ao comunismo, cuja força incontestável no mundo moderno lhe dá destaque realce.

Poderíamos sistematizar as formas de governo em dois grandes grupos — governo da maioria ou democracia ou governo da minoria ou autocracia.

A autocracia tem seu nome de guerra: totalitarismo, da direita ou da esquerda. Como disse Gurian a

respeito do hitlerismo ele foi um bolchevismo pardo. Ambos se parecem. A sua distinção reside em parte na maneira de conceber a luta de classes e de realizar a harmonia social, como observa Ives Simon. Trocam um presente de sofrimento por um futuro radioso, sendo que o comunismo faz sua autocrítica prometendo a seus seguidores o completo aniquilamento do Estado, o que nos parece uma utopia. Admite "a priori" que o Estado é opressor.

Essa rápida vista sobre o totalitarismo vai dar luz ao estudo do conceito democracia.

Poderia acrescentar o aspecto monolítico do regime totalitário, com um único partido, sem possibilidade de discrepância ou de mudanças dando ao poder oportunidade para a sua tendência natural de hipertrófiar-se até a tirania e a opressão. Qualquer processo de evolução passa a ser necessariamente revolucionário, enquanto a democracia admite a evolução da livre concorrência dos partidos operando a chamada revolução pelo voto. Democracia, no sentido clássico é aquêle anunciado por Lincoln: Governo do povo, para o povo e pelo povo. Filho do liberalismo clássico levantou-se como uma reação ao absolutismo e teve a sua apoteose na Revolução Francesa que marcou o seu eclodir em termos universais.

Não é que antes disso não tivesse pontilhado a vida da humanidade uma vez que gregos e romanos já haviam feito sua experiência democrática.

A magna carta (1215) foi a proclamação que reinaugurou a ideo-

logia para submetê-la a uma fermentação de 500 anos.

O seu "habitat", contudo, foi o século 19 que foi também o século do esplendor do individualismo: liberalismo econômico do "laissez faire", liberalismo político que ratificou o colonialismo e o expansionismo, liberalismo religioso acarretando a queda do poder religioso no mundo, substituindo-o pelo dogma da ciência, no setor de técnica e pelos dogmas sociais da liberdade e justiça social.

Sendo a democracia, filha do Direito Natural, reconhece por definição a igualdade de direito de todos os homens.

Surge como corolário o respeito à dignidade da pessoa humana, às liberdades fundamentais do homem e a condição de que o Estado existe para o homem e não o homem para o Estado.

Para exercício efetivo desses direitos a justiça desponta como uma atividade substancial do regime, sem a qual ficam sem representação objetiva o diálogo — cidadão X cidadão e cidadão X Estado. No século XX ela se desfigurou (é um termo pessimista) pelo poder crescente do Estado testando a sua legitimidade quanto à investidura dos governantes e legitimidade quanto ao desempenho das atividades governamentais, nos moldes previstos na Constituição.

A extensão do poder do Estado deveu-se a uma necessidade de defesa social contra o egoísmo dos grupos econômicos e contra a tendência autocrática dos grupos políticos. A oposição entre autocracia e a lei a qual é a essência do Es-

tado democrático, cria uma luta constante dentro da democracia.

A democracia enfrenta o conflito com a multiplicidade de partidos, com a temporariedade dos mandatos que dá rotatividade ao poder sempre tendente como todo o poder a se instalar oligárquicamente. O que vale dizer reconhece a existência política das minorias.

Por isso muito bem diz Fredérico Heer que a democracia vive entre a crise e a crítica. Logo cabe ao povo os direitos de não conformismo, de oposição e também de tolerância. A democracia é o regime que tem o orgulho de ter a capacidade de sofrer riscos. Diz Heer que a democracia e o cristianismo têm intensas ligações. Numa e noutra, a luta como prêmio, como quer Unamuno, o grande filósofo espanhol, a autodisciplina, a autocritica, a responsabilidade de consciência face a si e aos outros, e como ponto comum por caminhos diversos a igualdade intrínseca dos homens por serem filhos de Deus ou por submissão à mesma lei.

Lei e Deus, aliás na metafísica, são conceitos contíguos, porque Deus na sua compreensão mais mesquinha é Lei embora como diz a filosofia hindu ele transcenda a todos os atributos concebíveis.

A relação democrática primordial entre o que Hamilton chama *the few e the Many*, são reguladas pelo voto que é a intervenção legal do cidadão no Estado.

A lei é o segundo estágio dessa relação uma vez que é promulgada pelos delegados do povo. Surge então o problema do sufrágio do povo pelo voto como dinâmica fundamental da democracia. É lógico

que o sufrágio deve ser universal porque quando se vota não se leva conhecimento intelectual e sim uma opinião alicerçada na vivência social. A opinião social é formulada pela visão dos problemas que afligem a comunidade, por uma consonância de propósitos, e por uma ajustagem automática dentro do indivíduo, tendendo a pensar uniformemente face ao meio social circundante.

A Inglaterra, contudo, a maior democracia do mundo, só em 1918 concedeu o direito geral de voto, como recompensa do sacrifício da guerra.

Sobre a substância da opinião pública, diz Heer, que "as idéias e os pensamentos e os conceitos políticos, valem tão-somente e sómente podem ser mantidos quando estão em relação com alguma realidade social e política". É outro conceito de legitimidade democrática: a ajustagem da opinião à realidade nacional e sua possibilidade de acompanhar as mutações sociais e políticas impostas pela conjuntura, o que vai emprestar à democracia o seu aspecto altamente dinâmico. Isso não ocorre com os regimes totalitários onde as situações sociais e políticas são moldadas em laboratórios como realizações finais.

Para se ter uma opinião esclarecida e flexionada que acompanhe a conjuntura, há um instrumento da democracia de alta validade: a imprensa. Não pode haver democracia sem imprensa livre, máxime, em um povo como o nosso, cujo pequeno passado não lhe deu ainda aquela homofonia social de que nos fala Forel, isto é, uma convergência

ou semelhança de opinião pública sobre os grandes problemas da coletividade. O Império Britânico vive integral no coração de cada inglês, pela homofonia existente. Mesmo na Rússia dos Tzares, a maezinha Rússia constituía um encontro homófono da raça russa.

A imprensa visa com a sua divulgação esclarecida e insistente criar uma homofonia provisória, que vai dar ao voto a grandeza democrática ou seja uma resposta a programas e não a indivíduos.

A homofonia será obtida a longo prazo, de 100 anos como opina Leibatz, pela educação que é o maior investimento nacional.

Até lá, a imprensa é força que contemporiza as deficiências do organismo, o grande dínamo da democracia, o recurso presente e eficaz para a valorização do voto — a espinha dorsal da democracia.

Caros camaradas:

Fazendo esse retrato empírico da democracia quis cultuá-la como a melhor forma de governo. Há um termômetro para examinar, em grandes linhas, um regime: a sensibilidade dêle de crescer por fora em grandeza material e crescer por dentro em grandeza espiritual. Ora, grandeza espiritual só pode ser obtida por aperfeiçoamento das células individuais — a pessoa humana cujo espírito irradia à coletividade a que serve, a luminosidade peculiar filha de sua experiência em setores específicos, o que implica em liberdade de fazer, de pensar, de errar, de refazer, de ajustar-se, de crescer, de agigantar-se por seu próprio impeto interno.

A grande ilusão do comunismo é atribuir-se a paternidade da justiça social que é, como vemos, um conceito de história, do qual vamos lhe fazer justiça, foi instrumento de valia. Despertou a consciência universal para o conceito e acelerou as tentativas débeis e localizadas em várias áreas democráticas.

A bandeira histórica não é de ninguém. É da humanidade, cujo espírito sente a sede de integrar seus grupos de treinamento — família, grupos sociais — grupos nacionais, em conjuntos cada vez mais harmônicos.

A democracia é mais hábil de empunhá-la porque alicerça a sua grandeza na grandeza do indivíduo. Sobrevive aos assaltos porque o indivíduo não se alimenta do poder do Estado, ao qual ao contrário dá substância e continuidade como força formadora da opinião popular, que não pode ser inquinada de parcial, quando muito de mal informada, por não ser usufrutuária desse poder.

Caros camaradas:

Perigo de infiltração do comunismo nas Forças Armadas.

- Diagnóstico negativo:
- Estrutura histórica
- Estrutura hierárquica
- Homofonia dentro do grupo

No quadro geral da democracia brasileira, cuja principal servidão é o baixo nível de educação do seu povo, falta de homofonia social, as classes armadas vêm desempenhan-

do o papel de um arcabouço histórico onde se fundiram a unidade da Pátria, a integridade do seu território e a garantia das instituições democráticas. Formada de homens do povo, identificados com o povo, tranquilo e tolerante o "grande mudo" só se estremece para as grandes arrancadas cívicas como a de 31 de Março, quando minorias empoleiradas no poder tentaram violar a tradição, o pensamento e a vontade da maioria do povo brasileiro. Viveu assim mais uma vez um momento democrático.

Hoje, não é uma força de curatela do poder do Estado, mas é um princípio de vigilância, sempre alerta, fiel às responsabilidades expressas em seu papel constitucional.

Se a democracia reside no povo, o Exército pelo seu recrutamento, é um elemento armado do povo.

Homogeneizado pela disciplina e moral aceitas como idéias homófonas para o grupo Exército, acho muito difícil a infiltração da subversão como idéia-massa, dentro do seu organismo.

Pode haver correntes parasitas passeando pela sua superfície sem de leve perturbar a sua estrutura organizada em profundidade, com um lastro apreciável de história, de serviço à Pátria, de dedicação e de interesse à causa comum.

Finalizando, permitam-me repetir com Goods Peed no seu livro "Conspiração e Golpe de Estado": "Podemos consolar-nos com o pensamento de que até hoje nenhum golpe de estado derrubou uma democracia vigilante e praticante."

CURSO DE CONTROLE DE TUMULTOS NA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA

**Ten-Cel PM CMB
RALPH SABINO DOS SANTOS**

Para nós, que concluimos o Curso de Controle de Tumultos, e também para as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, merece especial atenção a ação multitudinária, isto é, a ação cometida por uma multidão, pois não poucas vezes somos obrigados a agir contra elas, com emprêgo de tropa.

Tarde assim define a multidão: "Um fenômeno difícil de ser compreendido, uma reunião de elementos heterogêneos, desconhecidos entre si, mas na qual, entretanto, apenas uma centelha de paixão se desprende de um deles e eletriza o ambiente coletivo, dá-se de súbito, como por geração espontânea, uma espécie de organização".

Pugilese descreve, com precisão a fase incoativa do fenômeno da turba tumultuária:

"Uma multidão é excitada, mas a força que a comove qual um mar tempestuoso não recebeu ainda a determinação do movimento. Uma caldeira está sob pressão, mas ainda não foi aberta a válvula que vai permitir o escapamento do vapor; um montão de pólvora está ao sol, mas ninguém ainda chegou o fogo para fazê-lo explodir.

Surge então, um homem, ou antes, uma idéia; um brado ressoa: "Vamos matar Ticio, o inimigo do povo!" ou "Vamos salvar Caio, o amigo dos pobres", e o movimento é determinado, a válvula abre-se, a pólvora explode. Eis a multidão".

Então, na sua incoerente ou variável condição, transforma-se na turba, que é fermento de egoísmo, ou eclosão de altruísmo, engendra delinqüentes ou plasma heróis e mártires. Elaboram-se no seu regaço anjos e demônios, Cristos e Marats.

Inconstante e arbitrária, exalta o Nazareno, para depois sacrificá-lo; aplaude Bruto, e, em seguida, Marco Antônio. É capaz de todas as generosidades e renúncias, como de todas as torpezas e crueldades. Carrega em triunfo a um celerado que lhe sabe explorar a vaidade e despedaça como esfaimada alcatéia de lóbos, o inocente que lhe cai no desagrado.

No seio da multidão, pela influência reciproca, pela sugestão, pelo contágio moral, nivelam-se os mais dispares indivíduos, operando-se a formação de um ser único, de uma alma coletiva, em

que nenhum daqueles poderia reconhecer a própria alma.

O fenômeno da exaltação coletiva é assim fixado por Elias de Oliveira:

"Os desvaliramentos da multidão são rápidos e perigosos. A sugestão que a inflama exerce, às vezes, sobre os indivíduos que a formam, uma espécie de fascinação quase irresistível. Exagera o fator antropológico. Exalta o ódio reprimido. Anestesia, instantaneamente, a consciência e desperta e anima os sentimentos de crueldade que permanecem adormecidos. A sua força é um tufão violento, a cujo sopro não se esquivam senão os temperamentos excepcionais. No seu impeto aniquilador, a multidão comumente comete excessos e derrama sangue inocente. Só após o seu retorno à calma e ao raciocínio, passada a excitação que a empolga é que acorda do pesadelo sofrido aquêle que, ao seu contacto, se tornou criminoso".

Os motins populares têm sempre a pronta adesão dos piores elementos sociais. São os indivíduos que, como diz Carlier, em tempos de paz tratam de esconder-se ou fugir à aproximação da ronda policial, mas, tão cedo se produz uma agitação na opinião pública, surgem arrogantes, insuflando à desordem e fomentando as sedições, de que se fazem os mais cruéis e mais temíveis agentes.

Os ensinamentos que recebemos nos permitem planejar e empregar com sucesso uma tropa, visando controlar ou reprimir

distúrbios e operações de socorros em casos de calamidades públicas.

Mas cabe a todos nós, além de planejar e empregar as tropas nos casos mencionados, buscar as razões que levam determinados homens a se reunirem, com o intuito preconcebido de provocar distúrbios, como os que vêm ocorrendo no país com certa frequência e se possível, apontar os seus organizadores e líderes.

A esse respeito, tudo nos leva a concluir que tem razão Alberto D. Faleroni, em seu artigo "Guerrilheiros Urbanos?" quando afirma que "sob a orientação castrista-soviético-chinesa, a subversão política produziu um novo tipo de agitador social-militar, que pode ser denominado guerrilheiro urbano e que vem atuando na América Latina".

"Já em 1905, Lenine afirmava em seu artigo "Os Objetivos do Exército Revolucionário", que os destacamentos deviam armar-se como pudessem. Suas armas podiam incluir espingardas, revólveres, bombas, facas, cassetetes, balonetas, cordas, pás para levantar barricadas e cravos contra a cavalaria. De modo algum deviam contar com a ajuda externa ou superior; tinham que ser auto-suficientes.

Os bolchevistas de 1917 organizaram destacamentos especiais de guerrilheiros urbanos nos principais centros industriais russos, tais como Petrogrado, Moscou, Ekaterimburgo, Minsk, Rostov e Kiew. Estes destacamentos foram armados e instruídos clandestinamente, realizando exercícios de tiro e combates simulados.

Os guerrilheiros urbanos apareceram em Cuba em 1958. Encontravam-se à retaguarda das tropas de Fulgêncio Batista. Sua missão era produzir tanta devastação quanto possível na base econômico-industrial do regime e atacar politicamente as instituições da comunidade.

Esses aspectos da subversão ajudam a criar o clima psicológico indispensável para o ataque do próprio governo.

Não obstante Ernesto (Che) Guevara sustentar, em seu livro "A Guerra de Guerrilhas", que o guerrilheiro é basicamente um revolucionário do campo, Fidel Castro e seus adeptos ainda se encontrariam provavelmente na Sierra Maestra, se os guerrilheiros urbanos não tivessem amaciado o governo de Batista. Eles empregaram greves gerais, terrorismo, ação psicológica, infiltração nas forças armadas e penetração nos partidos políticos. Acima de tudo, entorpeceram as contramedidas governamentais, pelo emprêgo generalizado da intimidação levada ao ponto do rapto e do assassinato".

Nos dias que correm, "os especialistas na estratégia e na tática subversivas", assim como os responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança interna, aprenderam a reconhecer um novo tipo de agitador armado ou não, que não se ajusta à definição de guerrilheiro. Nós o vemos, agora, em ação no México, no Uruguai, na Argentina, no Peru, na Bolívia e até mesmo no Brasil, além de outros países do continente. É ele o responsável por desordens de rua, agitação e a direção de grupos agressivos. Pre-

para e introduz agitadores em universidades e fábricas, e assume o controle de estabelecimentos educacionais e industriais.

Este novo grupo estabelece, também, piquetes de vigilância e organiza forças de choque, armadas, em áreas fortemente habitadas por trabalhadores democráticos, a fim de atacá-los caso tentem defender seus empregos e seus lares. Esses guerrilheiros fornecem material para sabotagem a movimentos subversivos semelhantes.

Levam a efeito ataques terroristas e cometem roubos a assassinatos "pela causa".

Apesar da preocupação das autoridades — não foi ainda possível definir esse novo elemento anti-social em nenhum código civil ou militar, ou situá-lo de forma indiscutível na Lei de Segurança Nacional. "Quando acusados, quase sempre o são como instigadores de desordem" e dificilmente são punidos, pois em favor deles são expedidos "habeas corpus", os quais são geralmente deferidos.

"Não se disse ainda constituir o guerrilheiro urbano um novo tipo político-militar, de combatente subversivo, voltado à destruição das instituições nacionais, como membro do complexo aparelho clandestino da guerra revolucionária.

Torna-se essencial uma legislação adequada neste período crucial em que vivemos, para dominar esse tipo de banditismo político disfarçado sob o manto da "luta ideológica".

Mas enquanto não existir legislação a respeito cabe às Forças Armadas de modo geral e par-

ticularmente a nós policiais-militares no âmbito do nosso Estado, não permitir que essa categoria de atividade subversiva medre em nosso país.

Cabem aqui as palavras proferidas na oração do Senador Ney Braga, em nome do Governo, na homenagem às vítimas da intenção comunista de 1935 e publicada na Revista Militar Brasileira Ano LIV — n.º 1 — Jan a Mar 68:

"As ameaças do comunismo internacional mudam de tática e até de nomenclatura, mas nem por isso são menos insidiosas e temíveis. Os perigos continuam disseminados ou infiltrados. Não esperemos que os inimigos jurados da democracia, no continente e no mundo desistam tão cedo. Como os comunistas de todos os tempos, e tal como os nazistas e fascistas de uma fase já superada, eles trarão na boca, perversamente, mensagens de democracia e felicidade social, mas suas mãos e suas botas, estarão sempre prontas para o estrangulamento e o espezinhamento da liberdade, tingindo de sangue e opróbrio as promessas de sua utopia". E em outro trecho de seu discurso:

"O povo brasileiro não aceitará alienar sua liberdade em troca dos patrões totalitários e materialistas de um falso bem-estar, que neutralizam a personalidade e automatizam a individualidade. Sem dúvida o homem brasileiro aspira o bem-estar; porém o deseja indissoluvelmente aliado ao substrato da liberdade; recusa-a sob o guante de condições desumanizadoras; não importa que esse objetivo, muito mais exi-

gente e complexo, reclame maior prazo de tenacidade e espera. Com os valores da liberdade, não há transigência possível".

A vida vale o que nós fazemos dela e sobretudo o que dela queremos fazer. É preciso crer no bem para ter a força de produzi-lo; e amar sobre todas as coisas um ideal, para termos a capacidade de realizá-lo.

Para fazer frente a missões de toda a natureza é que militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar, procuram um aperfeiçoamento cada vez maior, de molde a enfrentar o inimigo comum que também se utiliza e aperfeiçoa.

Está hoje a PMEP cumprindo mais uma etapa na sua preocupação de bem formar, aperfeiçoar e especializar seus oficiais graças ao apoio incondicional de nosso dinâmico e operoso Comandante-Geral e patrono de nossa turma.

Todos sabemos que é um imperativo do próprio desenvolvimento, a necessidade da existência de condições que permitam o bem-estar, a tranquilidade social, o equilíbrio econômico e outros fatores, sem os quais é impossível a prosperidade de um Estado ou País.

Essas condições se traduzem por um único termo — Segurança.

Assim podemos concluir que o desenvolvimento de uma sociedade é decorrente do trabalho produtivo de seus componentes. A produção desse trabalho é função direta da tranquilidade com que é executado. As leis da sociedade regem a consecução dessa tranquilidade para que o tra-

balho seja executado com rendimento.

A Segurança Pública cabe boa parte da tarefa de assegurar o exercício útil dessas leis. Logo o objetivo principal da Segurança Pública é manter a ordem para assegurar o progresso.

Para cumprir essa nobre e árdua missão necessita de homens que possuam os conhecimentos especializados para bem cumprí-la.

Eis a razão dos diversos Cursos em funcionamento praticamente ininterrupto em nossa Corporação, a exemplo do que hoje chega a seu término.

Temos a certeza de que os conhecimentos que nêles são ministrados, propiciarão o aperfeiçoamento intelectual e a especialização tão necessária aos múltiplos misteres que nos estão afetos, para que nós policiais-militares possamos cumprir cada vez melhor e com maior eficiência a tarefa que nos cabe na manutenção da ordem e da segurança pública.

Sejam as minhas palavras finais de congratulações e de agradecimentos.

Congratulações a este magnífico congraçamento que conta com as luzidas comparações do mais alto Comando do Exército

e da Polícia Militar no Estado do Paraná e que prestigiam esta singela solenidade de encerramento do Curso de Controle de Tumultos. Este Curso propiciou, durante o seu transcurso, a grata oportunidade para que dois nobres e dignos companheiros do nosso glorioso Exército, haurissem conosco dos mesmos conhecimentos. Pela sua fina educação, cultura e camaradagem, logo cativaram a todos nós, contribuindo dessa forma para estreitar cada vez mais os laços de profunda amizade que desde há muito une a PMEP ao Exército Nacional.

Agradecimentos aos proyectos instrutores que com suas luzes nos propiciaram novos horizontes na senda da cultura profissional.

Agradecimentos aos companheiros de turma que nos sensibilizaram quando da nossa escolha para orador da turma, quando qualquer dentre eles poderia fazê-lo em maior brilhantismo.

Agradecimentos, ao nosso parainho Ten Cel Paulo Vergílio Guimarães, ao Sr. Cel José Vieira, DD Chefe do EMG que deu o seu nome a nossa turma e ao Sr. Cel Comandante-Geral nosso Patrono, por tudo quanto fizeram por nós e por tudo quanto têm feito pela PMEP.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

DA REVISTA DA PETROBRAS

CURIOSIDADES

- A água de côco, aquela água gostosa e doce que a gente encontra quando quebra um côco, está sendo usada nos Estados Unidos para produzir eletricidade. Os cientistas empregaram bactérias (animais muito pequeninos) para transformar a água do côco em um ácido do qual se pode extrair eletricidade. Esse mesmo ácido também é obtido da cana-de-açúcar e de frutas.
- A maior flor do mundo é a Reflesia Arnald, e não a Vitória Régia, como pensam muitos. Ela é criada na Sumatra, um país da Ásia, e tem cerca de 1,70 m de diâmetro.
- A coruja, ao contrário do que se afirma, enxerga multíssimo bem durante o dia.
- Foram feitas experiências na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, colocando em animais membrana de borracha sintética (que serve de gueira), capaz de permitir-lhes viver quando mergulhados na água.
- Breve poderemos comprar ovos em pó, da mesma forma que o leite. Na Suécia estão sendo feitos os primeiros estudos para a produção mundial de ovos em pó, que é mais fácil de transportar e mais durável.
- O desmaio é um meio de a natureza se defender. Quando estamos de pé, o coração tem de fazer o sangue subir até o cérebro, vencendo a ação da gravidade, que o atrai para baixo. Desmaiando, a pessoa cai e o sangue volta a circular com maior facilidade.
- O rinoceronte do Jardim Zoológico de Munique, na Alemanha, também trata dos dentes. Para isso, seu tratador usa 1 litro de pasta dental, um escovão e dois metros de fio de *nylon*. E, se o animal está com um dente cariado, o tratador utiliza um britador (desses de furar asfalto) ligeiramente adaptado.
- A Terra, tendo que agüentar o peso de todos os homens, tem 6 sextilhões, 586 quintilhões, 242 quatrilhões e 500 trilhões de quilos. Isso, com algarismo, fica assim: 6.586.242.500.000.000.000.
- O cachorro tem um ouvido muito sensível e pode escutar o tic-tac de um relógio até 12 metros de distância.
- O pintarroxo, com seus saltinhos engracados no chão, pode perceber o movimento das minhocas debaixo da terra.

O MUNDO ATLÂNTICO E SEUS IMPERATIVOS ESTRATÉGICOS

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do IBG — Setor de Política Internacional

Do mesmo modo que o mundo mediterrâneo na antiguidade, o mundo atlântico possui certa unidade histórica, cultural e geográfica às quais se superpõem as diferenças locais ou regionais. Se coube ao europeu levar a América para o quadro das áreas ditas civilizadas, trouxe para auxiliá-lo grandes levas de negros africanos, provenientes de um terceiro continente também banhado pelo Atlântico. Neste mister, Angola nos toca mais intimamente, já que próxima das rotas que traziam os português ao Brasil, nos forneceria a maioria dos escravos. Assim, se a África perdeu no passado uma boa parte de seus habitantes, ajudou por outro lado, a criar no Novo Mundo, lado a lado com os brancos europeus uma nova civilização.

É justamente esse mundo atlântico, no seu todo, que deveria servir de fundamento a uma aliança atlântica. No entanto, essa aliança só existe na realidade em parte, através da OTAN, como simples reflexo da política soviética na Europa Oriental. Deste modo, ela não pode exprimir na realidade as solidariedades ocidentais.

Os limites desse mundo atlântico estão apenas no norte. Nêle, a OTAN procura deter a linha de avanço que os Estados Unidos fixaram como o "maximum" da penetração soviética. Trata-se de um limite político e estratégico e não histórico ou geográfico. Por sua vez, a Rússia com o seu correspondente Pacto de Varsóvia, procura defender a força os limites que conquistou; a recente invasão da Tcheco-Eslováquia, na encruzilhada da Europa, prova bem a política russa.

Compreende ainda a Rússia que o mundo atlântico não está no seu todo organizado, segundo seus imperativos estratégicos. Existe um flanco vulnerável e este está no Atlântico-Sul: ai está uma das "zonas intermediárias", pronta para os soviéticos abrirem uma brecha.

A política dos Estados Unidos tem sido paradoxal nesta "zona intermediária", formada pelos países subdesenvolvidos asiáticos e africanos. Os Estados Unidos não perceberam em tempo que o desenvolvimento de movimentos antocidentais nesta "zona intermediária", criaria terreno favorável à implantação do comunismo. Pensaram os es-

tadunidenses que tais movimentos visavam diretamente a França, Inglaterra ou as demais potências ditas colonialistas. A questão do Vietnã é bem sugestiva: saíram os "colonialistas" franceses e, hoje lá estão os Estados Unidos mantendo uma guerra custosa para barrar a infiltração comunista que avança do norte. Não hesitaram os Estados Unidos, quando da crise de Suez, em se colocarem contra a intervenção franco-britânica; hoje, o Egito desenvolve sua política assessorada pela Rússia, e põe em perigo as áreas petroféricas que alimentam a Europa Ocidental. Daí, a importância de Israel para o mundo ocidental, que o "nacionalismo" árabe quer varrer do mapa.

Os países europeus que não quiseram assegurar suas posições ultramarinas, têm sofrido as consequências. Estas nações procuraram desembaraçar-se muito rapidamente do epiteto do colonialismo, intelligentemente acusado por Moscou de todos os pecados mortais, com o apoio inocente de Washington. Por isso, depois da Segunda Grande Guerra, no momento em que já se havia esboçado a "guerra fria", começavam a sair do "saco colonial" numerosos Estados, mal preparados dentro do seu primitivismo e, sobretudo, sem estrutura nacional definida. O Congo já deu o seu exemplo e, a recente guerra da Biafra, mostra os inconvenientes de uma independência prematura em regiões onde predomina o regime tribal. Apesar da centralização colonial inglesa, a Nigéria conservou as suas várias tribos,

diferentes línguas e numerosos costumes. Se os ibos do sul, transformados numa elite mais educada pela maior interpenetração das escolas missionárias europeias, passaram após a independência (1960) a ocupar os postos mais elevados, substituindo os colonizadores, os haussás não quiseram aceitar o fato; daí as lutas encarniçadas pelo separatismo. É interessante se ressaltar que a Nigéria é considerada como fonte de suprimento de petróleo, a longo prazo, muito mais digna de confiança do que o turbulento Oriente Médio. Pelo menos é essa a idéia do governo inglês que investiu na região, incluindo a Biafra, cerca de 300 milhões de libras esterlinas, em sua maior parte no petróleo e refinarias na zona leste.

Apesar de tudo, segundo Rupert Emerson "a África ainda não se tornou um perigo bastante agudo para comandar a atenção americana, num mundo onde as sirenas de alarme estão constantemente soando num lugar ou outro". Muito ao contrário, as sirenas de alarme vêm soando constantemente em vários pontos do continente africano. E, no meio de todos esse torvelinho vem se debatendo Portugal para manter Angola, uma das portas que os ocidentais ainda dispõem na África.

A situação de Portugal na África é similar à de Israel no Oriente Médio. Este se vê cercado de inimigos árabes por todos os lados, aquél estando rodeado por pseudonacionalistas ou antibrancos. Tanto Árabes como pseudonacionalistas, são apoia-

dos pelo bloco comunista. O próprio Krutchev afirmava isso aos jornalistas hindus que o entrevistaram, e cuja transcrição pudemos ler através do "Jornal do Brasil" (27/9/1964): "Todos que lutam contra o colonialismo e que necessitam de armas e que possam obtê-las na União Soviética, sirvam-se em tomá-las. Muitos povos que chegaram à vitória lutaram com as nossas armas. Muitos países libertados têm nossas armas".

Em Israel, no entanto, já foram ouvidas as sirenes de alarme, já que vem sendo defendido como encrave do ocidente em terras do oriente. Quanto a Angola, os ocidentais ainda não atinaram sobre sua importância, olhando-a sob o prisma da segurança militar no Atlântico-Sul.

Angola, com seus 1.246.700 km², tem área semelhante à do nosso Estado do Pará (1.243.042 km²). Localizada na costa ocidental atlântica africana, entre o equador e o trópico de Capricórnio, encontra-se face a face com o Brasil. Portanto, é bastante perigoso para a segurança do Atlântico-Sul, pensar-se numa Europa Ocidental com um dispositivo cujo flanco direito está completamente a descoberto e de retaguardas ameaçadas por posições que o inimigo ocupa ou procura minar, como no caso presente de Angola. A primeira grande investida já se fez sentir em 1961, quando no norte de Angola, Portugal teve que enfrentar os guerrilheiros provenientes do Congo.

Qual a atitude da ONU? Votou por 73 votos contra 2 absten-

cões uma resolução, exigindo pesquisa sobre a questão congolesa e, intimando os português a cessarem toda a operação de defesa. Qual a atitude do Brasil? Votou contra Portugal. Caracterizou bem a nossa posição esse trecho do discurso de Afonso Arinos na Assembléia Geral (1961): "O Brasil exorta a Portugal a assumir a direção do movimento pela libertação de Angola e pela sua transformação em um país tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil". (Revista Brasileira de Política Internacional nº 17, pág. 144). É bem verdade que governava esse "país amigo de Portugal", Jânio Quadros que se aproximava de Cuba condecorando Che Guevara e "namorava" a África; só assim se justifica a atitude de seu enviado na ONU.

Se Portugal tivesse recuado naquela época, mais uma porta africana se teria fechado para os ocidentais. E, à semelhança da conturbada Nigéria, um outro dirigente tribal estaria declarando o mesmo que a Chancelaria de Biafra, em Aba: "o governo britânico é o principal responsável pelas vítimas inocentes da guerra civil nigeriana" ("Jornal do Brasil" — Caderno Especial — 9/9/1968).

A importância estratégica do continente africano evidenciou-se principalmente durante a Segunda Grande Guerra. O norte do continente, onde hoje a Argélia Comunista representa sério perigo para a Europa, serviu de trampolim para a invasão da Itália. Nesta conjuntura, evidenciou-se ainda o valor da rota

Dacar-Natal (África-América) na ligação direta aliada.

A manutenção de pontos estratégicos foi a preocupação constante, desde a antiguidade, entre os Estados que lutaram para exercer o controle mundial. A "guerra fria", provocada pelo antagonismo democrático dos Estados Unidos e comunismo da Rússia, transformaria esses dois países em potências expansionistas.

Foi para manter sua posição-chave na Europa, que a Rússia invadiu e submeteu a Hungria e, no presente momento a Tcheco-Eslováquia; é para manter sua área de influência que os Estados Unidos vêm se desgastando no Vietnã.

A expansão russa vem de um modo geral colhendo sucessos, desde que os Estados Unidos permitiram a sua entrada em Berlim, onde pôde obter todos os segredos da bomba atómica. Atravessaram assim os Urais, dominaram vários países europeus, construiram a sua "cortina de ferro", debruçaram-se sobre o Pacífico e aportaram na América através de Cuba. A atitude do governo russo tem sido coerente, procurando à luz da teoria geopolítica de Mackinder, ampliar o "coração do mundo" (heartland) conquistando pontos-chave na Europa, Ásia, África, de onde terá fácil trampolim para chegar à América do Sul.

Já os Estados Unidos vêm na defensiva adotando dois pesos e duas medidas, em seu projeto de isolar o "coração do mundo" e manter as áreas marginais a esse heartland. Senão vejamos: refor-

cando sua posição na Ásia, após haverem abandonado Chiang-Kai-Shek, lutaram na Coréia e lá estão no Vietnã; impedem a entrada da China Comunista na ONU mas aceitaram a presença de todas as ditaduras comunistas na Organização. Condenam a discriminação racial na África do Sul sem terem podido resolver o mesmo problema que têm; Ignoram por outro lado a espoliação da chamada burguesia nos países satélites de Moscou. Aparecem no mundo como país essencialmente democrata, tornando-se defensores da autodeterminação dos negros africanos, esquecendo-se de que os húngaros e tchecos também manifestaram desejo de ter voto livre e de decidirem sobre a própria sorte de seus territórios. Vendo finalmente o exemplo do Congo Belga que se debatia, embora independente, em lutas tribais, reprovavam a presença de Portugal na África.

E no entanto, Portugal, que é declaradamente anticomunista, não hesitou em entrar para a OTAN, correndo em auxílio dos Estados Unidos, permitindo que a Organização usasse as bases estratégicas dos Açores. Se há um país que no sentido mais geral vem tentando barrar o extravasamento comunista, este é Portugal que, apesar de todas as críticas, vem mantendo as suas posições-chave na África, tanto na costa atlântica através de Angola, quanto no Índico, em Moçambique.

Abandonado pelos Estados Unidos, Portugal que vem desgastando seu exército em guerrilhas na África, procurou defen-

der-se através de acordos bilaterais; comprou helicópteros e navios de guerra na França e aviões na Alemanha Federal.

Não resta dúvida que a presença de Portugal na África, constitui-se na realidade deste continente conturbado, uma importante peça para a estratégia do mundo livre. Basta para tal, rememorarmos a teoria do Heartland de Mackinder que diz: quem dominar a Europa Oriental, controlará o "coração do mundo" (heartland) que, na realidade, constitui parte da Europa e Ásia, onde a Rússia tem certa ascendência; quem dominar o "coração do mundo", controlará a "ilha mundial" (Eurásia e África); quem dominar a "ilha mundial" controlará o mundo inteiro.

É preciso, portanto, que os Estados Unidos dominem de fato o "rimland", ou seja, a cinta idealizada por Spikman, capaz de envolver o "coração do mundo"; só assim poderá barrar o avanço russo que já tem sob seu domínio o "coração do mundo".

Neste "rimland", ocupam posições-chave: a Alemanha, para deter o avanço na Europa Ocidental; a Grécia e a Turquia que, no momento ameaçam as bases da OTAN com a disputa de Chipre, barrando de certo

modo o controle soviético no Mediterrâneo; o Japão, Coréia do Sul e Vietnã do Sul para contrabalançar a situação no Pacífico; as bases do Caribe, para fazer frente à Cuba Castrista; Moçambique, bastião recuado no Índico; e Angola, anteparo importante na área do Atlântico-Sul.

Dentro da teoria do "Rimland", os Estados Unidos estão procurando impedir a expansão comunista na Europa e Ásia; mas estão ignorando a realidade africana, foco da estratégia avançada dos comunistas que, deste modo, ameaçam de um lado, em sua parte sul, o mundo atlântico, do qual fazem parte Angola, província ultramarina portuguesa e o Brasil.

Acusar Portugal no presente momento de potência colonialista é corroborar com a política comunista e esquecer sobretudo o conceito de país formado por terras descontínuas. Pela Constituição Portuguesa Angola e Moçambique são províncias ultramarinas. Do mesmo modo, os Estados Unidos são também constituídos por terras descontínuas, já que dois de seus Estados — Alasca e Havaí, estão separados do conjunto por território estrangeiro e, pelo mar no segundo caso.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

PREÇO DA ASSINATURA

Forçados pelo custo do papel e dos serviços necessários à publicação desta Revista, tivemos que reajustar o preço da assinatura anual para NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1969.

Por outro lado, as assinaturas serão aceitas por ano civil.

Os assinantes admitidos no decorrer do ano receberão todos os números atrasados, a partir do correspondente ao mês de janeiro do ano considerado.

«RONDÔNIA» «OS SERTÕES» DO NOROESTE

Gen. FREDERICO RONDON

Há cinqüenta anos, a bibliografia nacional foi enriquecida, com o aparecimento de RONDÔNIA, a obra excelsa do Professor Edgard Roquette Pinto, "a filha caprichosa" de seu entusiasmo e de uma sincera dedicação aos sertões.

Como "Os Sertões", predestinada à imortalidade, "Rondônia" "não foi escrita para satisfazer a preocupações literárias, nem traçada no aconchego de confortável gabinete, entre outros livros, à luz carinhosa duma lâmpada, amortecida à feição das necessidades do trabalho... Foi nascendo pelas quebradas úmidas das serras, pelos caminhos marulhentos dos rios, nos areais desolados..."

São outros, na verdade, os cenários e atores da Epopéia Rondoniana. A agressividade do incola, gerada pela revolta, ante a injustiça e o atraso social em que lhe é dado viver, é aqui defesa instintiva e, talvez, ressentimento da dolorosa experiência dos primeiros contatos com a civilização, cujas amostras lhe foram levadas pelos primeiros conquistadores, ao alto preço de sua liberdade e do esbulho de suas riquezas naturais.

E, também, outra a atitude dos expedicionários que, possuindo a força das armas, preferem men-

sagens de paz e amor. Morrer se preciso fôr, matar nunca!

Assim compreendida a epopéia e assinalados seus traços diferenciais, num e noutro caso, cumpre reconhecer o justo paralelo que se impõe, entre uma e outra obra, entre Euclides da Cunha e Roquette Pinto, ambos irmanados no sentimento de brasiliade e no empenho em que põem a Ciência a serviço da Pátria, elucidando aspectos peculiares da obra de integração nacional; na simpatia e compreensão que lhes inspira o incola, cerne da nacionalidade, cujo concurso à obra nacional, como elemento eficiente do progresso, fator e objeto do desenvolvimento regional, é imprescindível e urgente.

Aquêle sentido humano, de compreensão e simpatia, transluz desde as primeiras páginas de "Rondônia", nas quais se retratam, além dos recantos naturais da terra, "a vida de seus homens primitivos e, mais do que isso, os resultados da obra fecunda dos sertanejos do Brasil, dirigidos pelo ideal feito homem".

"Se como estudioso", afirma o autor, "as observações científicas que pôde realizar — quase tôdas de grande alcance para o conhecimento da antropologia sul-americana — o enchem de alegria, deu-

se por bem pago daqueles dias de privações e de perigos, porque voltou da Rondônia, com a alma refeita, confiante na sua gente que alguns acreditam fraca e incapaz, porque é povo magro e feio...

"São feios, efetivamente, aquêles sertanejos, muitos, além disso, vivem trabalhando, trabalhados pela doença.

"Pequenos e magros, enfermos e inestéticos, fortes todavia, foram êles conquistando as terras ásperas por onde hoje se desdobra o caminho enorme que une o Norte ao Sul do Brasil, como um laço apocalítico, amarrando os extremos da Pátria.

"É preciso ir lá, para retemperar a confiança nos destinos da raça e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência. Não é nem pode ser nação involvida a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heróismos. Como são pequeninas estas observações científicas, diante da grandeza da construção daquela gente"...

* * *

Roquette Pinto, no esboço que intitulou "Carta Etnográfica da Rondônia", anexo a sua obra, ao delinear a área geográfica das explorações realizadas pelo Marechal Rondon, no decorrer dos trabalhos de construção das linhas telegráficas, estratégicas, nos Estados de Mato Grosso e Amazonas, não hesitou em transpor os limites ocidentais do território nacional, bem como em trazer, ao sul e a leste, aqueles limites, de modo que abrangessem o Pantanal e o Planalto, ao sul de Cuiabá, e o vale do alto Araguaia.

É que a obra da ciência não se confina entre limites políticos — e

a de Rondon transpôs os do continente. Foi, todavia, no período mais intenso dos trabalhos científicos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas que se palmilhou o grande Norte de Mato Grosso, 1907-1919, no qual se incorporou Roquette Pinto ao grupo científico de Rondon, que foi conhecida, como nova entidade geográfica, a Rondônia.

Dada por Lei Federal esta denominação ao antigo Território do Guaporé, vemo-nos agora na contingência de distinguir, como Grande Rondônia, o território remanescente do Estado de Mato Grosso, abrangido por aquelas explorações — "vasta região do território pátrio aberta aos estudos, pela obra de Rondon. Obra científica e social que não pode ser assaz admirada... Em cinco anos de trabalho ele conquistou, pacificamente, alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil valorização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo. Abriu à ciência um campo enorme de verificações e descobertas; à indústria todas as riquezas de florestas seculares. Soubê coroar sua atividade estendendo o fio telegráfico, que os paricis chamam *língua de Mariana*, em homenagem ao seu grande amigo, entre pontos extremos de sua Pátria que ligou por gigantesca estrada de rodagem. E mostrou à Humanidade irmãos primitivos, que mais uma vez lhe recordam a modéstia de sua origem..."

"Enquanto os índios não se afeiçarem a nós, como Nuleke ao Tenente Pyreneus de Souza; en-

quanto sua boa vontade se não transformar em confiança absoluta, e êles permanecerem pouco dóceis às nossas pesquisas; enquanto não conhecermos a língua dêles e êles a nossa, suficientemente, será, talvez, impossível obter mais do que consignam os documentos aqui registrados..." E essa transformação se processa ainda sob os olhos do autor, aos primeiros contatos com a Comissão Rondon:

"Agora mesmo, os machados de pedra não existem mais na Serra do Norte. Cada índio já possui machado de aço. Riem-se até os nambikuares daquele venerável instrumento que, há dois ou três anos, era elemento fundamental de sua vida, derrubando mel e fazendo rocadas..."

* * *

Impressiona o autor a "fisionomia geográfica de Mato Grosso, feita de traços vivos e característicos". Tendo entrado no grande Estado ocidental pela via usual do baixo Paraguai, atravessando planuras pantanosas que julga dilatarem-se pela porção meridional, "campos relvados onde se adensam neste momento grandes manadas", causalhe estranheza o nome de Mato Grosso por que foi batizada aquela terra e que só se justificaria nas baixas latitudes, "onde a civilização vai aos poucos se infiltrando, pela coragem e pela firmeza dos sertanejos, aos quais recentemente a ciência abriu, lá mesmo, novas entradas, caminhos novos e novas esperanças de trabalho e de vida..."

"O planalto é o chapadão" e seus rebordos meridionais sugerem-lhe,

vindo do sul, "montanhas do Norte, cobertas de florestas colossais", trabalhadas pela erosão de afluentes simétricos do Amazonas e do Prata cujas nascentes se aproximam de poucas dezenas de quilômetros.

"Aquele território, tal qual se encontra nos seus limites políticos, foi, é bem certo, penetrado pelos portuguêses muito tempo antes de terem surgido ali os primeiros estabelecimentos de outra origem européia..."

"Foi caminho dos espanhóis o Rio Paraguai, sobre cujas margens se ergueram, desde 1575, com Domingos Martinez Irala e Nuno Chaves, as feitorias castelhanas. No entanto, a falta de minas de ouro e a hostilidade das tribos do alto Paraguai, região de grandes alagados, por seu turno, também muito adversa, foram circunstâncias que favoreceram o domínio português, desanimando os sucessores de Irala e Chaves. O caminho dos paulistas foi mais árduo e, talvez por isso, deu-lhes posse menos precária das terras que foram varando..."

"Ao que se lê em certas crônicas, 15 anos mais ou menos depois do descobrimento, um certo Aleixo Garcia saiu de São Paulo, conseguiu atravessar Mato Grosso, pela foz do Jauru, para os Andes e os estabelecimentos espanhóis do Peru... bem cedo começava, assim, a invasão branca daquelas terras. Pelo ouro e pelo escravo, lá se foram os bandos de São Paulo, cujas incursões tomaram âmbito maior, depois de 1596... Um punhado de homens perdidos na terra hostil; ambição, firmeza, coragem; fé no coração de cada qual, dourados por muito heroísmo; e, às vezes, man-

chados de sangue. E disso tudo saiu brilho bastante, para deixar à sombra os crimes contra a espécie, que naquelas emprésas se passaram..."

De Antônio Pires, o descobridor do Noroeste de Mato Grosso, cujo chapadão éle cortou, em 1718, remontando o Cipotuba, vêm as primeiras notícias sóbre o "Reino dos Paricis":

"Era grande o reino dos paricis. As suas águas tódas corriam para o norte. Os indios das chapadas, de numerosos, eram incontáveis; num dia de caminhada atravessam-se 10 a 12 aldeias, algumas de 30 casas de cerca de 40 passos de largura, redondas de feitio de um forno, mui altas. Vivem de cultivar a terra, para obter mandioca, milho e feijão, sem contar os ananases que forneciam os seus vinhos. Também cercavam o campo, entre dois rios, e nesse terreno armavam seus fojos para apanhar veados, emas e outras caças..."

"Não era gente guerreira aquela; antes primava em defender o que era seu, do que em atacar o alheio. Suas armas, além do arco e da flecha, e de fôlhas largas de madeira muito rija, à maneira de espadas, eram lanças pequenas de que usavam para defender as portinholas de suas casas, aberturas tão reduzidas de tamanho que, para se entrar, diz Antônio Pires, era necessário ser de gatinhas..."

Os paricis de Rondon e Roquette Pinto, nesse particular, afastam-se um tanto dos de Antônio Pires. "No chapadão, hoje, em vez de arcos, os caçadores paricis manejam carabinas de repetição. As casas tódas se parecem com os ranchos dos nossos sertanejos.

"Idolos encontrou-os éle também, guardados como ainda hoje, em casa especial onde só entravam varões. Nem olhavam as mulheres para tais cabanas; ésse costume se mantém. Nesses verdadeiros templos paricis *Iamacá* — não mais residem os ídolos do Século XVIII; guardam-se nêles os instrumentos sagrados da tribo, cada qual filiado a uma função exorcística. Hoje, porém, como outrora, as mulheres se livram de olhar a *Iamacá*. Morre a que põe os olhos em tais buzinas.

"Da gracilidade de feições das paricis também fala Antônio Pires, com louvor bem merecido que, em verdade, são das indias mais gentis." E desde já se pode adiantar que os caracteres antropológicos observados pelo mestre separam, francamente, um do outro, o da Serra do Norte — o nambikuara, e o do chapadão — o parici.

Antônio Pires se refere à existência de outras nações mais afastadas do lado do norte, e menciona os *cavíis* moradores dos rios que correm para o setentrião.

Parece a Roquette Pinto fora de dúvida que tais *cavíis* sejam os *cabixis* que se podem identificar a um certo grupo de indios da Serra do Norte (*nambikuara* — *uaindazu* ou *uaintaçu*), que desce pelo Vale do Guaporé até à antiga Vila Bela (Mato Grosso), de onde jamais se aproxima senão de ânimo hostil..."

As cabanas dos nambikuaras são redondas, como fornos, altas, servidas por pequenas aberturas que só se atravessam de gatinhas. Seria pueril só por isso, afirma Roquette Pinto, acreditar que os nambikuaras da Serra do Norte representem um ramo da nação parici

que se atrasou de seus parentes, a ponto de tornar-se irreconhecível, como parte da família. Porque haviam de aprender a construir aquelas casas e não haviam de conhecer a rôde que é móvel indispensável dos paricis? Os nambikuaras deixam-se em fossas rasas, no chão.

Nambikuara — do tupi: *nambi* — orelha, *ekuara* — furo — é, provavelmente, alcunha dada pelos bandeirantes aos índios da Serra do Norte. *Uaikoakoré* (os irmãos do chão) é nome que lhes dão os paricis.

Os *cabixis* (*uaindzu* ou *uaintacu*), ramo meridional da nação nambikuara, aparecem, nas explorações de 1779, ordenadas pelo Capitão-General João de Albuquerque, o segundo dos Cáceres, em comércio com os escravos negros de Vila Bela, aquilombados nas escarpas da Serra dos Paricis, derramados pelos terrenos de que nascem os Rios Piolho (ou São João), Galera, Sararé, Pindaituba e outros afluentes do alto Guaporé.

* * *

A exploração da região situada entre o Juruena e o Jamari, na qual se localizavam, segundo a tradição, as Minas de Urucumacuã, descoberta de 1757 cujo caminho nunca foi definido, ficaria reservada para a Era Rondoniana, diluída a lendária agressividade dos silvícolas. Contudo, se das antigas explorações ninguém trouxe a certeza da existência daquelas jazidas, por meio delas se desvendaram segredos geográficos do vale do misterioso Juruena. O Padre Ayres, em 1817, menciona certos detalhes geográficos cuja exatidão surpreende.

"Ayres de Casal não fala dos nambikuaras nem dos tapanhunas; atribui o nome de Juruena a uma tribo desse rio e cita nomes muito semelhantes aos que hoje se encontram naqueles sertões brutos. Nambikuara (Nhambikuara, Mambikuara) aparece, é bem verdade, em muitos escritos antigos e modernos; representa, porém, denominação que se tem dado a povos diversíssimos, alcunha totalmente estranha à língua dos alcunhados. "Dêles (dos índios da Serra do Norte) até 1909, é fora de contestação que, além do nome, e esse mesmo errado, muito pouco mais era suspeitado."

Dentre os antigos exploradores, merecem referência à parte as contribuições de Pimenta Bueno, Karl von den Steinen e Koch Gruemberg.

"Pimenta Bueno, segundo relatório de 1848, colocava os nambikuaras na confluência do Arinos com o Rio do Peixe e avaliava seu número em cerca de 600. Pelo mesmo documento, seriam 800 os tapanhunas. Na Serra do Norte, foi achado o grupo *Uaindzu* (ou *uaintacu*, jacaré).

"Von den Steinen, em 1888, conseguiu apurar, por informação anônima, que os índios da Serra do Norte viviam ainda na idade da pedra, absolutamente segregados."

Koch Gruemberg, em 1902, tratando dos índios apiacás, menciona que os nambikuaras e os tapanhunas do Arinos são, desde tempos remotos, inimigos dos apiacás, assim como dos mundurucus, e denominados apiacás bravos, ambos os ramos antagônicos filiados ao grupo tupi. Todavia, Coudreau hesitou em admitir parentesco tão próximo entre essas nações, pois

que os apiacás são canoeiros, enquanto os nambikuaras, ao que dizem, não conhecem a canoa e só viajam por terra.

"Os dialetos dos índios da Serra do Norte são radicalmente diferentes do tupi-guarani." Quanto aos tapanhunas (de tupi: *tapuia* — bárbaro, e *una* — pele escura) é bem provável que sejam índios do Juruena, do grupo nambikuara, embora conteste Roquette Pinto sejam grupo evadido dos mocambos de antigos escravos fugidos de Vila Bela. A existência de navegação entre os tapanhunas, todavia, afasta-os dos índios da Serra do Norte.

"De tudo isso se conclui que, antes das expedições brasileiras de 1907 até hoje (1912), não existiam senão vagas notícias sobre os índios da Cordilheira do Norte, a mais central das populações primitivas do Continente sul-americano; e também ficam apuradas as migrações dos conhecimentos que possuímos sobre a bacia formidável do Juruena.

"O que se fêz para conhecer esse pedaço do Brasil, de 1907 até agora, vai ser, em seguida referido, como requer a inteligência do assunto. E vale a pena recordar de que maneira Rondon e seus companheiros, rasgando matas e se meando pousos, que serão povoações, cumpriram esse destino feliz, desbravando terras e amansando homens."

* * *

Em 1907, Cândido Mariano da Silva Rondon, Major de Engenharia, foi encarregado, pelo Presidente Afonso Pena, de ligar à Capital Federal, pelo fio telegráfico, os

territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, por intermédio da Capital de Mato Grosso, já em comunicação com o Rio de Janeiro.

Era o ensejo de iniciar-se a exploração do grande sertão do Noroeste. O Juruena seria um excelente ponto de referência, para a exploração do território.

Concluídos os preparativos efetuados na vila de Brotas, cercanias de Cuiabá, os expedicionários reuniram-se em Diamantino, donde partiram em direção a Aldeia Queimada.

A 7 de setembro, haviam atingido o território dos paricis, cujo chefe Uazacuriri-gaçú lhes serviu de guia; e, a 10 de outubro, entraram em terras dos nambikuaras, 605 km a noroeste de Cuiabá.

No fim de outubro, já apareciam sinais certos da presença dos nambikuaras. Transposto o Saueuina (ou Rio Papagaio), já na margem esquerda, viram o primeiro nambikuara.

"Rondon e um companheiro, para não o assustarem, permaneceram imóveis. Defronte do lugar em que estavam havia um mel; o índio chegou-se, descobriu a colmeia e preparou-se para abri-la. Depositou no chão o maço de flechas, o arco e uma cesta que trazia pendente às costas. Tirou dela um machado de pedra munido de cabo curto e começou a cortar. Dentro de algum tempo tinha feito um orifício por onde passou a mão, retirando o produto da colheita. Mas o ruído dos foiceiros despertou a atenção do selvagem; e ele se retirou."

A expedição era vigiada. Atingida a margem do Juruena, a 20 de

outubro, nela foi instalado o acampamento, a 22. Nesse dia, Rondon foi atacado e por felicidade escapou de morrer na ponta de uma flecha — a de n.º 2.178, do Museu Nacional.

Diante do estado de ânimo dos índios, tendo conseguido reconhecer o Juruena, resolveu o Chefe insigne proceder à retirada, evitando assim outros ataques que talvez fôssem o início de uma oposição infinita.

No ano seguinte, 1908, Rondon transpôs o Juruena e entrou em pleno território dos nambikuaras e tapanhunas. Atravessou o Juina, o Camararé e descobriu o Nambikuará e o 12 de Outubro. Atingiu o coração da Serra do Norte. Revidando os ataques dos índios com demonstrações de pacíficas intenções, deixando no lugar da agressão presentes de machados e adornos, acabou vencendo a resistência dos selvagens.

Em 1909, a terceira Expedição Rondon partiu do Juruena e varou inteiramente a mesopotâmia que se acha entre esse rio e o Madeira. Descobre o Pimenta Bueno e o Barão de Melgaço, em cujas proximidades, segundo Rondon, devem localizar-se as célebres Minas de Urucumacuã.

A 13 de dezembro de 1909, com 1.297 km de marcha, a partir de Cuiabá, a expedição atinge a margem do Jamari, que um antigo êrro cartográfico fazia supor o Jaci-Paraná, ambos afluentes do Madeira.

"Estava terminada a mais notável das explorações geográficas realizadas nas terras da América, nestes últimos 50 anos, e varado o

mais ocidental dos três setores do território brasileiro ainda incôgnitos, restando agora apenas os que se balizam: Tapajós-Xingu e Xingu-Araguaia, na cinta dos paralelos de 10 a 12 graus."

Em 1910, voltam os índios a atacar o pessoal da Comissão Rondon. Porém, já em novembro, chegam à fala, em atitude de simpatia, no Juruena e no Juina, permitindo até que pequeno vocabulário nambikuará fôsse colhido pelo pessoal da Linha Telegráfica.

Dai por diante, ficaram os nossos senhores da Serra do Norte. As relações com os índios continuam, naturalmente, instáveis. Ainda em 1913, uma guarnição é trucidada no Juina, incendiados os ranchos do posto, destruída a balsa; incidentes locais que não alteram, por assim dizer, a situação geral.

"Verdade é que os nambikuaras passam a viver em paz com a Comissão; nas ocasiões de penúria, em alguns postos da linha telegráfica, êles repartem, irmãamente, com os "brasileiros", a sua massa de mandioca e o mel delicioso das abelhinhas que moram nas suas matas."

* * *

"Trabalhei alguns meses, em 1910, junto a Cândido Rondon", lembra Roquette Pinto; "a poesia daquelas terras remotas infiltrou-se-me no pensamento. Ouvir o mestre era escutar a voz chamadora do sertão, sentir o rumorejo das florestas distantes..."

O primeiro material procedente dos índios da Serra do Norte surpreende-o, como atestado de cultu-

ra elementar com numerosos detalhes originais. As primeiras informações indicavam índios de costumes e usos diferentes de quantos haviam sido descritos naquelas paragens. Era gente estranha envolta em lendas misteriosas.

Outro perfil de sertanista, que o mestre fixa em "Rondônia", é o de Antônio Pyreneus de Souza, natural de Goiás, companheiro de Rondon desde as primeiras conquistas das terras brutas de Mato Grosso.

"Do Paraguai ao Araguaia, o Tenente Pyreneus frui prestígio raro... Não há tropeiro daquelas bandas que o não conheça e o não estime e o não respeite..."

O diário da viagem pela via fluvial do Prata-Paraná-Paraguai, acesso tradicional ao longínquo Mato Grosso, é que melhor revela a sensibilidade do homem de letras, colhendo e fixando, em quadros singelos mas de cores nítidas, as paisagens geográficas e humanas dos países ribeirinhos.

"Montevideu... Manhã de julho, fria e nevoenta. Ao longe emergiam das ondas mansas os tetos das primeiras casas plantadas na colina... Baco entorpecido pelo inverno platino, o sol de má vontade esqueirava seus raios pelas frestas intermitentes das nuvens... Raídas viriam de mar alto, carga de balastras invisíveis lanhando a pele..."

"Martin Garcia... entra-se a sulcar as águas do Paraná... Sempre a mesma paisagem monótona e triste... Vilas e cidades argentinas, à noite, animam aquélle quadro, pelo reflexo de suas luzes. Entre uma e outra, o campo enorme e chato,

borrões escuros separando pueblos..."

"Aguas do Paraguai... Afinal, avista-se um pouco de mata. Já se interrompe aqui e ali a serena planície. Os estipes do carandá alteiam-se numerosos, por todo o percurso do Paraguai... Sobem como tódas as palmeiras, rólicas e indívisas, mas as fôlhas, bem na ponta do caule, é que surgem... Quando atinge os primeiros laivos do azul do céu, explode em fôlhas..."

"Nas margens, a vista ia se animando cada vez mais. Grandes figueiras pendiam mal-mortas, arrancadas pela última enxurrada, raízes expostas, como tentáculos de um polvo imóvel, ressecadas pelo vento e pelo sol; salgueiros aborrecidos, lamurientes, pareciam chorar para dentro do rio..."

"A largura moderada do Paraguai permite que, a bordo, se participe um pouco na vida das suas praias; vêem-se cabanas, e a gente se interessa pelos seus tristes habitadores."

"Junto aos casebres em ruína, que pontilham as margens do rio todo, favorecendo-o com esse perfume humano de prazeres e dores, que uma velha morada sempre exala, amontoam-se grandes achas de lenho avermelhado escuro, de que se vêm carregando grandes barcos... Voejam, sobre as águas e sobre os campos, biguás, biguatingas, caracarás. E as solenes formas hieráticas das cegonhas, e a brancura das garças, que parecem aves de algodão, transformam certos estirões do rio em paragens encantadas, mágicos cenários, onde Lohengrin poderia surgir..."

"Asunción... cidade santa dos fiéis soldados de Solano Lopez... morna cidade, tóda envolta em tristeza e poesia, cheirando a mistério... Nas ruas, no mercado, no famoso mercado de Asunción, tão pitoresco e desasseado, predominam mulheres... Paraguaias robustas, avermelhadas, morenas, de face quadrangular, malares salientes, olhos grandes, negros, obliquos, longamente ciliados, cabelos negrocavão, lábios carnudos, nariz grosso e relativamente pequeno. Saúde e fôrça. Sempre sugando grossos charutos rústicos, falando com voz cantada idioma meio guarani, meio espanhol, mascateiam pelas ruas, no mercado, a bordo, grosseira cerâmica e rendas maravilhosas, que parecem tecer em segredo, com os mais delicados raios de sol — Nhanduti, a renda nacional, tem o valor de uma obra de arte pura. Exprime ao mesmo tempo a alma caprichosa e paciente daquelas mulheres, e traduz todo o seu sonhar incontido. Nela se adivinham ousadias e jactâncias do humor castelhano juntas à docura sempre tímida das virgens indianas..."

Acima de Asunción, começam a aparecer os chamacocos, vaqueiros das estâncias... Das ribas abruptas, cobertas de gramíneas e palmeiras, avermelhadas de barro, partem pequeninas canoas em que navegam, o torso nu e reluzente, músculos retesos, os índios daquela nação..."

Foz do Apa... Ao longo do rio, escalam-se os *saladeros*... nas barrancas, gente magra e abatida, pele côn de oca amarela, ventre enorme, esplenomegálico, escleróticas ícte-

ricas, organismos trabalhados pela doença..."

"Fecho dos Morros... Forte de Coimbra, que lembra Ricardo Franco, apóia-se na margem direita, dependurado na aba da colina. Tem ar melancólico de velho castelo, com ameias e baluartes... Sai de suas paredes uma voz evocadora e possante, falando das lutas de outros séculos, entre competidores na conquista da terra, contra os antigos senhores destas várzeas contra a gente e contra o meio..."

"Corumbá domina as planícies da margem esquerda do Paraguai. Cidade velha, costumes velhos... Ruas abrasadas de sol, érmas e fasscantes... Além de Corumbá, o Paraguai corre tortuoso e risinho, entre campinas e bosques. Suas margens cobrem-se de florestas, quando não se apagam para dar lugar às lagoas. De longe em longe, o tufo de flores violáceas de uma peuva rompe o verdor sombrio da vegetação... Ao longo da margem direita, uma cadeia de montanhas esbatidas no horizonte... Camalotes, verdadeiros mururés do Paraguai... Enquanto o vapor sobe a corrente, vão passando, como pano de fundo de um cenário de magia, árvores folhudas, onde, confiantes, livres e ágeis, casais de macacos, atôres inconscientes, exibem seu papel..."

"Uma tarde, a luz se diluía nas primeiras sombras, enquanto as cigarras cantavam. O Paraguai era um cadarço azul, que a hélice esgarçava em flocos de espuma branca. Ruidos da mata, imprecisos, cusados ou tímidos; ruidos certos do motor, compassados e monóto-

nos. Súbito, um fragor de galhos que se partiam, fôlhas secas crepitantes, um grande grito de animal ferido... Tôda a gente correu para o mesmo bordo do "Etruria"; e a onça, mal divisada, sumiu-se pela ramaria adentro..."

"Os indios guatós caçam com afineo os grandes gatos, cujo couro vendem por bom preço aos viajantes..."

"Assim que o dia começa, aparecem nos banhados, por onde a vista se derrama, entre as florestas, nos grandes campos ribeirinhos, manadas de veados que brincam de orelha sempre alerta, em cambalhotas nervosas. As taás (anhumas) são sempre os mesmos esposos, ternos amantes, modelos de bem-casados. Distendem o vôo pesado, elevando a custo a corpulência, e vão pousar além, sempre juntos, repetindo no percurso o seu dueto de amor, em que ele chama *Taá!* e ela responde — *Tain!*"

"Pôrto de guató... A ribanceira aqui e ali apresenta-se desnudada, limpa, pela freqüência do pé humano. Domina o lugar a ramaria de uma figueira. Árvores caídas, com o desbarrancamento da última enxurrada, preparam-se para partir, ao arbitrio da corrente, ao Deus dará das águas, rio abaixo; e as fôlhas soltam-se, uma a uma, como se fôssem lágrimas da planta, chorando a despedida... As margens, pouco além da ribanceira, pontilham-se de manchas escuras: são ranchos daqueles indios, valentes canoeiros que têm, na história do Brasil, um lugar bem merecido."

"Joaquim é um indio cego. Vive sentado debaixo de uma figueira, ao lado da cabana, rolando, na direção do rio, os olhos extintos.

Mora ali no aterrado, ponto firme no meio do pantanal, só com a sua guatô que o alimenta e protege, velha companheira corajosa da sua triste escuridão..."

"À noitinha, a água toma nuances violetas e verdeengas. Bugios cíntezos e peludos, com bugias negras, aconchegam-se nas ramarias. E, como o rio não é largo, quem passa goza dos mínimos detalhes da vida íntima daqueles casais de macacos que se preparam para dormir. Veadinhos assustados cabriteiam pelos pantanais, procurando moitas onde passar a noite..."

"São Luis de Cáceres espraia-se pelo planalto modesto da margem esquerda. A mata viçosa do Paraguai interrompe-se nas cercanias de Cáceres. Quando muito capoeiras e cerradões... Nua, sem a proteção das árvores, a cidade sofre, no estio, os rigores do sol... Quando chove, surge o tijucó pastoso, exuberante, tomando as ruas, aliás bem traçadas, alinhadas em tabuleiro..."

* * *

São Luis de Cáceres, sede do 5.º Batalhão de Engenharia, é a base da Comissão Rondon, donde parte a expedição para os sertões do norte.

"O caminho que liga à velha cidade o pôsto de Tapirapuã vai margeando o Paraguai... Anda-se por cima do pantanal seco. Areia e tabatinga; poeira fina. Nos cerrados, cajueiros em flor iluminam a tristeza da flora..."

"Pôrto dos Bugres... Armamos as rôdes debaixo de algumas laranjeiras, ao lado do rancho de nosso

hospedeiro... Noite de luar incerto. De repente ouviu-se, do outro lado do rio, a voz mordente de um suíno erguer-se na escuridão, num grito de desespéro... Onça ou sucuri, atacava o chiqueiro a menos de cem metros da habitação... As crianças da casa, pobres filhos da floresta, levantaram-se das suas pequenas rôdes, despertas pela gritaria dos bichos e dos homens... choramingavam nervosas e trêmulas..."

"Partem de Tapirapuã as tropas de abastecimento, conduzindo gêneros e material para o acampamento de Rondon, situado a cem léguas..."

"De Tapirapuã ao Salto da Felicidade, onde cruzamos o Cipotuba, para ganhar o planalto parici, desdobra-se uma das melhores estradas carroçáveis do sertão brasileiro. São 24 km iniciais da larga via de comunicações aberta entre as duas bacias extremas, através do grande divisor... Do Salto a estrada caminha para noroeste, através de uma grande mata, para chegar ao sopé do planalto..." Antes de começar a subida do Planalto dos Paricis, pousamos no rancho do Km 50 da estrada do Juruena, destinada a ser uma veia mestra da circulação dos sertões, por onde hão de passar boiadas para o norte e tropas com borracha para o sul..."

É a antevisão da Rodovia Marechal Rondon, a BR-364, em cuja construção se acha empenhado o novo 5º Batalhão de Engenharia.

* * *

Os paricis que Roquette Pinto examinou achavam-se em Aldeia

Queimada, em Utariti e no Timatiá; naquele lugar, estavam localizados os do grupo *kozárini* e *ka-xiniti* do Rio Verde e das cabecelas do Juba, do Cabaçal, do Juaru e do Guaporé.

"Em Utariti e no Salto do Timatiá viviam os do grupo *uaimaré*... Utariti, em 1912, era, pelos esforços do Tenente Emanuel Amanante, um grande centro parici. A antiga povoação incendiada ia renascendo em novo molde..."

A par dos dados precisos da antropometria, Roquette Pinto nos dá uma ampla e minuciosa descrição dos usos e costumes dos paricis: "... índios de tipo delicado, aspecto simpático; mãos e pés muito pequenos; olhos pequenos, castanho-escuros, muito obliquos: Pelo nariz convexo, muito se assemelham a certo tipo de peles-vermelhas norte-americanas..."

"Parici não é nome nacional; a si mesmos, eles se denominam *ariti*. Há cerca de 200 anos, vive a velha nação em contato com os brancos; quase todos os seus filhos falam, ou entendem, nossa língua.

"Cada aldeia é sujeita à jurisdição de um chefe temporal — o *amíri*, e outro espiritual — o *utariti* — sacerdote e médico." A este cabe guardar as lendas do povo.

"A família, entre eles, é poligâmica, embora muitos homens já se contentem com uma esposa... Tratam as mulheres com desprêzo... Segregam-nas das cerimônias de seu culto, escondem de seus olhares os instrumentos sagrados da tribo... Elas se ocupam em trabalhos de toda sorte: socam o milho, plantam, fiam, lavam roupa, cozinham, tratam dos filhos. Em geral são garridas. Pentes e cosméticos

ticos são dos mais apreciados presentes que se possam fazer à índia parici... Homens e mulheres andam vestidos; mas, nas horas de calor, é frequente despirem a roupa e envergarem o *imiti* de algodão, espécie de cinta" (ou saio-te curto, que satisfaz, em parte, as exigências do pudor)... Não dispensam pulseiras de algodão e perneiras de borracha de mangabeira; mas seus enfeites de penas já pertencem ao passado. Gostam de vidrilho. Em sinal de contentamento, as indias se pintam com urucu, pontilhando a face e o corpo... As armas de que usam são as nossas. Atiram bem... escondidos atrás do velho escudo venatório, tradicional, feito de folhagens... Constroem casas grandes, com teto diedro, cobertas de palmas, munidas de portas pequenas... Ao centro, um esteio alto e forte... entre uma rête e outra, pequena foguera, cujo clarão enrubece o interior da cabana.

— *Ená-mokocê-cê-maká* (menino dorme na rête)... *Uirô-mokocê-cê-maká* (menina dorme na rête...) é a canção de ninar das mães paricis.

"O *iohohô* é fetiche que os paricis ainda conservam muito escondido. Nada mais que uma vara nodosa, guardada religiosamente, a título de amuleto protetor..."

Em fonogramas preciosos, Roquette Pinto gravou as principais cantigas paricis — o *ualalocê*, o *teiru*, o *cê-iritá*, num grande *kau-lonená*, em que os paricis celebraram a morte de um veado, bebendo *oloniti* (aguardente feita de milho).

As três lendas, que Rondon colhera alguns anos antes, lembrando os mitos dos heróis civilizadores,

qual o de *Sumé* entre os *tupinambás*, Roquette Pinto considera de alto valor etnográfico: a da origem dos homens, a do milho e a da mandioca.

Enorê, o Ente Supremo, de um pau e uma varinha, cria o homem e a mulher. Este casal primitivo teve um filho, *Zaluiê*, e uma filha, *Hoholaialô*, e mais tarde dois outros filhos: *Kamaikorê* e *Uhaiuari-ru*. *Kamaikorê*, o Abel parici, ficou possuidor dos dons de *Enorê*, dominou o mundo e seus filhos prosperaram.

Ainotarê, grande chefe parici, sentindo que a morte se aproximava, disse ao filho, *Kaleitoê*, que depois o enterrasse no meio da roça, que três dias depois brotaria uma planta; que guardasse as sementes para a replanta. Assim apareceu o milho entre eles.

Atiôlô, desprezada pelo pai, *Zatiamaré*, pediu à mãe, *Kokoterô*, que a enterrasse viva. De sua cova nasceu a mandioca (*ketê*).

A língua dos paricis acha-se documentada em léxico abundante, que Rondon enriquecera prodigiosamente.

Roquette Pinto registra trechos musicais, de fonogramas colhidos durante sua viagem. Além da flauta nasal, *tsin-hali*, encontram-se entre os paricis algumas flautas e buzinhas: o *zoratealô*, o *teiru*, o *zaholocê*.

Entre as peças etnográficas da coleção parici, merecem especial menção o *zaiacuti* — escudo de caça; o *uariá-matalô* — vaso de barro de estilo arcaico; o *matococê* — caixa com desenhos ornamentais; o *iriçô* — cuia; o *hohozí* — cesta ornamental; o *kohon-kiri* — cesta de carga; a *maká* — rête de dormir; o *konokô* — faixa tecida com fios

coloridos; o *tiuru* — fuso de madeira; o *matiri* — saco de palha; o *kuuci* — abano de foliolos de bacaba trançados; o *kiliú-kociti* — pena que atravessa o septo nasal; o *ka-mai-hin-hokô* — diadema de penas de tucano; o *ualaçu* — cabaca-maraçá; o *koreocô* — arco; o *korê* — flecha.

Os aritis acham-se em adiantado grau de diferenciação cultural, mormente os do distrito de Diamantino, graças ao comércio que há mais de século mantém com as populações de Cáceres e daquela cidade. De sua teogonia pouco resta. Em 1888, quando visitados por von den Steinen, ainda acreditavam que o Sol era uma coroa de penas vermelhas, pertencente a *Molihuturé*, espécie de Apolo parici... A Lua era uma coroa de penas de mutum-pímina, de que era dono *Kaimaré*.

• • •

"Sempre cruzando chapadões arenosos, onde a sariema grita e o eco não responde, as tucuras toldam o ar, dificultando o caminhar dos cagueiros, e as mamangabas ferram o torto e a direito", a expedição atravessa as cabeceiras do Rio Verde, do Ilicê, do Sacre ou Timataliá, tributários da margem direita do Juruena.

"Pouso do Uaikoakorê, zona de grandes seringais. *Uaikoakorê* (irmãos do chão) é o nome com que os paricis designam certo grupo de índios da Serra do Norte, nambikuaras que, como os demais dessa nação, dormem no chão. Ali começam a aparecer os selvagens dessa tribo. É o último pouso no chapadão dos Paricis. Pouco além, cerca de 1 km, o planalto detém-se, bruscamente, à beira de um paredão.

Imensa visão de matas sem fim surgiu diante de nós. A estrada precipitava-se, quase a prumo; ao longe, subiam, da grande floresta, colunas ténues de fumaça do fogo dos nambikuaras. Era o vale do famoso Juruena. Distante, como tira de aço polido, chispando, espelho do céu e do Sol, o Juruena corría... Era a Linha Telegráfica, correndo em triunfo pelo sertão remoto, tomando posse efetiva do território... Agora o caminho era a picada da linha, subindo e descendo, galgando as montanhas que se estendem para o Norte, coleando pelos vales, como enorme serpente...".

Ao sair do pouso do Juina, "começam a surgir, pelo cerrado, e mesmo pela picada, sinais evidentes de nambikuara próximo. Eram pequenos toldos, malocas de caça, abrigos ligeiros que haviam deixado por ali... Alta noite, numa colina, à beira da linha, próximo ao Ribeirão 20 de Setembro, avistamos, longe, uma fogueira. Eram elas. Apressemos o passo dos nossos animais e, a grande distância, começamos a gritar, para preveni-los de nossa presença: Nenen! O! Nenen (amigo)! Vieram logo correndo e gritando, cacete em punha, arco e flecha na mão esquerda, desconfiados mas não agressivos." Ao luar leitoso, era fantástico o aspecto daqueles homens, altos, lépidos, irrequietos, animados, falando sempre, desengonçados, inteiramente nus... chegamos para mais perto da fogueira; crianças puseram-se a chorar, enquanto as mães, sem saber que barulho era aquêle, trepavam, ágeis, pelas jabuticabeiras do campo... Logo distribuímos, largamente, cigarros e caixas de fósforos... E, animados por esse gesto,

começaram a pedir tudo quanto levávamos e a perguntar o nome de tudo: "Dêra?...". Cérc de duas horas depois, chegaram nossos cargueiros, cuja passagem foi realizada entre falatórios e gritaria... Ficaram lá, no meio da noite, ao redor da sua fogueira, fazendo acenos, aos berros de prazer... De madrugada, chegamos ao pouso do Rio Primavera... Armamos ao relento nossas rôdes... para não dormir. Dormir, excitado por aquèle quadro de mágica, desenrolado à meia-noite? Dormir naquela noite inesquecível, em que a sorte me tinha feito surpreender, vivo e ativo, o homem da idade da pedra, recluso no coração do Brasil?...

"De manhã, foram vindo os índios do Primavera; de longe repetiam: O! Nen-Nen! O! Nen-Nen!... Vieram aos poucos; juntos chegaram um homem, a mulher e dois filhos. Ele veio andando atrás, cabeça erguida, orgulhoso, inteiramente nu... com soberano desprezo, fez um gesto para pedir cigarro e fogo...".

"Campos Novos é perfeita fazenda. Tem boa casa de telhas, currais, pastos cercados, boas aguadas, gado para refazer as tropas que transitam do Juruena para lá, até ao acampamento. É também a Cruz Vermelha daquela guerra contra a selva; ali se restabelecem, pelos benefícios do clima saudável da serra, os doentes que vêm do Norte. Centro de atração para os nambikuaras, representantes de todos os grupos em que se subdivide a grande tribo procuram lá os brindes e presentes a que já se habituaram. Grupos inimigos entre si fraternizam ali, levados pelo interesse de possuir as inúmeras utilidades

que, por nosso comércio, conhecem."

"Três Buritis... mais de 200 índios, com suas mulheres e filhos, foram chegando. Acamparam ao redor de nosso rancho e ali permaneceram durante alguns dias. Tempo precioso... Muitos se mostraram bastante dóceis, para as mensurações e mesmo exames médicos...".

"Os índios examinados pertencem aos grupos *kokozu*, *anunzé*, *tagnâni* e *tauté*. Dos *uïntaçu*, grupo ainda hostil só é conseguida observação incompleta... A pele é cõr amarelo-siena queimada, escura nos *kokozu*. Nos *tagnâni* o colorido chega ao róseo. Muitos tipos quase pretos (*tapanhunas*?) são encontrados entre os do Juruena e do Juina; são os índios mais escuros do Brasil..."

Quanto à exata significação das denominações dos grupos nambikuaras, chegou Roquette Pinto ao seguinte resultado:

Kokozu — os tios, assim chamados por serem os mais primitivos de toda a tribo;

Anunzé — é franca deformação do termo *anungsu* ou *anungzu*, que quer dizer — leite de mulher; serão, talvez, os infantes;

Uïntaçu — parece corrupção de *nuntaçu* — jacaré;

Tagnâni — são, claramente, os *tamararis* (*tamararés* ou *camaráres*) das antigas cartas geográficas;

Tauté — significa criança, filho.

A fim de evitar confusões, sugere Roquette Pinto que se conserve o nome *nambikuara* ligado aos apelativos peculiares a cada grupo.

"Os nambikuaras-kokozus denominam *siçu* às suas aldeias; os anunzés dão-lhes o nome de *chicé*. Esses vocábulos têm a significação geral de habitação: casa ou aldeia...".

"A guarnição das casas é sumária: além dos jiraus, algumas grandes panelas... tudo mais são utensílios, artefatos, armas e adornos, alguns pilões e ralos. Esteiras de palha, couros preparados, rôdes, jiraus de dormir, catres e camas, são modalidades de leito que predominam neste ou naquele estádio de cultura social... Os nambikuaras não têm outro leito senão a terra. A rôde, companheiro inseparável dos paricis, hoje, que a conhecem, estimam-na infinitamente..."

* * *

Considerando as notícias encontradas, nos escritos leigos, e as melhores informações colhidas, no século XVII, sobre a antropologia indígena, e mesmo a análise de observadores do século XVIII, como Alexandre Rodrigues Ferreira; Saint-Hilaire, o Príncipe de Wied Neuwied e D'Orbigny, do século XIX, insurge-se Roquette Pinto contra o espírito de generalização de que padecem aqueles estudos.

"Martius, nas "Beitragen", de valor tão desigual, mas sempre interessantes, deixou-nos observações mais felizes". Na sua "raça americana", distinguiu dois tipos: o mongol e o caucásio.

"A diferenciação que Martius acentuava, em 1867, Couto de Magalhães, quase um decênio mais tarde, retomou, quando trouxe à antropologia do Brasil o seu apreciável contingente.

"Apesar de pouco preciso, em relação às minúcias, todavia, o autor de "O Selvagem" apanhou com acerto modalidades morfológicas dos índios do Brasil. É certo, porém, que só deixou bem caracteri-

zado o primeiro dos tipos" (o mongol).

Datam de 1882 muitos documentos sobre o assunto. Os que foram publicados nesse ano, especialmente por Barbosa Rodrigues e J. B. Lacerda, representam os primeiros elementos antropológicos dados à luz, incompletos, porém, em que pesa ao valor das anotações descriptivas.

Aquisições mais seguras e detalhadas são devidas aos naturalistas alemães, a começar pelas explorações de Karl von den Steinen (1884-88), merecendo especial menção o trabalho de síntese, tentado pelo Dr. Paulo Ehrenreich, em 1897, condensando as aquisições existentes sobre a antropologia do Brasil, que contém "respeitável soma de observações anatômicas, fisiológicas, patológicas, numa palavra, antropológicas, sobre os índios do Brasil", que fazem dos "Estudos Antropológicos sobre os Primitivos Habitantes do Brasil" verdadeiro tratado clássico".

Voltando a suas próprias anotações, dá-nos Roquette Pinto ampla notícia dos índios que habitam os territórios banhados por águas amazônicas, espalhados pelos vales do Juruena e pela Serra do Norte.

"São os chamados nambikuaras (nhambiquaras, nambiaras) pelos sertanejos e pelos índios civilizados seus vizinhos. Somam alguns milhares." Quantos? não sabemos (1.200, talvez).

Nambikuará é "apelativo que os nomeados não conhecem, palavra absolutamente estranha ao dialeto de qualquer dos grupos. Convém conservá-lo, todavia, para evitar confusões".

O limite meridional da região dos nambikuaras é o Rio Papagaio (*Saueuina*). Ao norte, parece que sua zona de distribuição atinge o Gi-Paraná; a leste, o Tapajós; a oeste, o Guaporé. A sueste, fica o grupo *kokozu*; a nordeste, os *anunzés*; a sudoeste, os *uaintaçus*; ao norte, os *tagnânis*, *tauités*, *salumás*, *tarutés*, *tachuités*. "No extremo norte da região, Rondon tem descoberto grupos *kip-keriuats*, pertencentes a outras nações indígenas.

"As aldeias dos índios da Serra do Norte, em geral, são construídas no alto de pequenas colinas, longe dos cursos de água... numa grande praça, o chão limpo de mato. O acesso à praça é livre; não há cerca nem tapume, não há fortificações nem defesas ao redor. Constam sempre de duas casas, uma defronte da outra.

Os nambikuaras alimentam-se de produtos agrícolas. É um dos traços paradoxais dessa população, que Roquette Pinto assinala, o desenvolvimento da agricultura no seu meio atrasado. Conhecem as propriedades conservadoras da fumaça. Quando não usam o moquém, assam a carne no borralho. Bebem mel misturado com água. Não deixam amadurecer o milho; comem-no assado, ainda verde. A mandioca sofre o mesmo processo, ou então é utilizada em raspas, com que fazem beijus. Os taurités sabem preparar um mingau feito de coquinhos de bacaba, o *udniaré*. Bebidas alcoólicas são feitas pelo processo usual da fermentação em massa, pela mastigação da mandioca ou do milho, ou do ananás silvestre.

"Foi o germe da agricultura, que não se sabe donde houveram, se é

que ali mesmo não surgiu espontâneamente, o fator que permitiu a conservação dos nambikuaras na idade da pedra, até a Era Rondoniana.

"Cultivando terras ubérrimas, confiando seu sustento ao solo das matas virgens da Amazônia, puderam os nambikuaras ir vivendo até agora naquele meio relativamente restrito. Essa influência paradoxal da agricultura talvez não tenha sido encontrada ainda alhures, de um modo tão característico; e, por isso mesmo que eram obrigados a viver da cultura da terra, foram se aperfeiçoando nessa indústria, embora permanecendo num estádio de civilização muito elemental. Segregados inteiramente, sem mesmo conhecer os homens brancos e seus animais domésticos, os índios da Serra do Norte tornaram-se agricultores eméritos. Suas roças são sempre circulares... Usam o fogo para limpá-las, depois da derrubada. Milho e mandioca são as principais culturas.

"A grande questão etnográfica que a agricultura dos aborígenes suscita, e foi posta em foco muito bem por von Martius, permanece ainda de pé. Não se encontra o milho, nem a mandioca, vivendo nas matas. Ou ésses vegetais vieram de fora, com os índios; ou representam espécies derivadas de outras que existem em estado nativo, com aspectos mui diferentes, mascaradas por diversos caracteres..."

O fumo dos nambikuaras é a nicotiana que vive espontâneamente ali na Serra; o urucu e o algodão, não se pode dizer que sejam cultivados; são plantados e aproveitados... Diga-se o mesmo da

mamona, planta positivamente adventícia.

* * *

Em sua viagem de regresso, dâ-
nos ainda Roquette Pinto notícia,
de Utíariti e do Salto Belo, que
permite aquilarar o progresso real-
izado em tão curto prazo, nas ter-
ras da Rondônia.

"Utíariti, onde se ergue uma es-
tação, será em breve um povoado
daquele sertão bruto. Hoje é colô-
nia de paricis do grupo uiamaré,
chefiada pelo major Libânia Kolui-
zorocé. Vivem ali felizes muitas
famílias, trabalhando em roças bem
mantidas, tomadas pela mandioca e
pelo milho... O Rio Papagaio pas-
sa-lhe ao lado, cheio e claro, para
despencar-se, pouco adiante da es-
tação, no mais lindo salto que se
possa contemplar na terra... Es-
condida na mágica beleza da queda,
que não quero amesquinhá em
comparações, porque não sei de
outra lindeza igual, vive uma força
enorme. A água espirra, em ducha
colossal, de 80 metros de altura
por 90 de largura, sua energia
atinge aos oitenta mil cavalos. Uma
estreita calha, escavada na rocha
quartzifera que a sustenta, deixa
passar o arranco do esguicho imenso...
Inimigos seculares, nambi-
kuaras e paricis hoje fraternizam-se
na estação de Utíariti, para onde
os primeiros são atraídos pelas
roças dos segundos, visita interes-
seira que os paricis não apre-
ciam..."

"O salto do Rio do Sangue (Sa-
cre ou Timlatiá), Salto Belo de
Rondon, é diferente do Utíariti.
É um lençol de água larguíssimo,
que se dependura na rocha, colcha-

branca que desce langorosamente,
sem violência, procurando o abis-
mo. Rondon determinou as caracte-
rísticas dessa queda. Tem 40 me-
tros de altura, 117 de largura e
força nominal de 35.000 cavalos..."

"Do Sacre à Aldeia Queimada
vão cerca de 30 léguas. O auto-
móvel fê-las em 31 horas de mar-
cha, carregado com mais de
1.500 kg. passando pela picada
aberta em plena chapada, sem ca-
minho regular transitável, andando
às vezes, pelo cerrado quase inte-
gro. Nas subidas fortes, apeávamos
todos e auxiliávamos o motor; nos
trechos arenosos, o Tenente Ama-
rante aplicava às rodas do veículo
um sistema de *chains sans fin* de
sua invenção, formando espécie de
soalho móvel sobre o qual mar-
chava o carro..."

Roquette Pinto conhecera Ema-
nuel Amarante em Aldeia Quei-
mada. "No deserto areal onde co-
meça o chapadão dos Paricis, resto
de um grande mar mediterrâneo,
depois de muitas horas de marcha
fatigante, num solo que parecia
prender os pés do caminheiro, ao
longe, ao entardecer, negrejou um
grande rancho: era Aldeia Quei-
mada, oásis sem palmas daquele
pequeno Saara, taba aproveitada
dos índios, que só por causa da
água tinha ali posição justificável.
Mas ao chegar àquela "aldeia" de
um só rancho, uma surpresa: o
rancho era uma oficina. Mecânicos
ajustavam mancais teimosos de
grandes bielas; ferreiros batiam na
bigorna ferros de formas esquis-
tas, serras trinchavam grandes to-
ros, gritando, plangentemente,
como se fosse a madeira esquarte-
jada chorando a mágoa infinita
das transformações. Na parte da

frete, um recanto do grande casbre era a morada do chefe. Algumas rédes, ambos os punhos recolhidos no mesmo gancho, posição de repouso; uma grande mesa em cavaletes, onde havia papéis e mapas. Sobre esses documentos, absorto, olho brilhantes cravados nas linhas e nas cifras, magro, alto, nervoso: Tenente Amarante.

"Era aí, então, o seu posto de engenheiro encarregado dos transportes mecânicos da Comissão de Linhas Telegráficas. Ali era o hospital dos caminhões que o sertão fazia adoecer.

Môço ardente, de uma inquietação que impressionava, de uma curiosidade intelectual que prendia, dominadora, os seus interlocutores, de uma habilidade agressiva, dessas que não escolhem pessoa nem hora, Amarante vivia preocupado com uma questão fundamental: dar aos caminhões a faculdade de varar a areia e os atoleiros... E o primeiro "autochenille", o primeiro "tank", o primeiro "caterpillar" rodou anônimo, hoje talvez deslebrado de suas testemunhas, até agora ignorado do resto do mundo, varando o snapadão, do Juruena ao Cipotuba no coração do Brasil...

"Amarante morreu... lá longe, perto dos índios, perto das florestas, vitimado pela doença que é a fera pior d'este Continente. Ele não tinha nada do que, à primeira vista, distingue o homem naturalmente indicado para viver naquelas asperezas: era fino, era culto, era meigo. Amava o Brasil. Tinha diante dos olhos, à frente daquela empresa, um exemplo magnífico de energia e desinteresse no serviço de sua terra. Cumpriu o seu destino: o Brasil deve guardar o seu nome."

Nenhum fecho melhor do que estas páginas sentidas de "Rondônia" poderíamos encontrar, para estas anotações da obra excelsa de Roquette Pinto.

Aqui ficaremos, pois, no recolhimento da emoção que a lembrança de tanto heroísmo e dedicação à Pátria desperta, envolta na gratidão ao sábio patrício, pelas luzes que nos deixou, para o melhor conhecimento das coisas pátrias.

* * *

De uma palestra, no Instituto de Colonização Nacional, em sessão comemorativa do cinqüentenário de "Rondônia".

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

FERROVIAS VERSUS RODOVIAS NO BRASIL

*Cap. Inf.
ORESTES BLOIS NETTO*

Tornou-se hábito em nossos dias a luta Rodovias X Ferrovias. Se um jornalista atribui em seu matutino determinado progresso no desenvolvimento de uma região, face a uma nova ferrovia, imediatamente o vespertino opositor identifica outro feito rodoviário em contraposição. Se a revista "A" aponta esta ou aquela estrada de ferro como sendo altamente deficitária — verdadeira chaga na balança nacional — a revista "B", em sua próxima edição, traz à baila as precárias condições de funcionamento de tal rodovia.

— Intermináveis polêmicas são mantidas: rodovia ou ferrovia? Essa polêmica, a nossos olhos, nada constrói, e prova apenas o total desconhecimento de um dos principais, senão principal, problema do entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro — o transporte.

Não iremos, nesta impressão pessoal, corroborar com o "matutino" ou o "vespertino", com este ou aquél autor. Faremos uma rápida exposição de problemas, resultantes e prováveis soluções onde procuraremos através de comparações estatísticas colaborar para o aparentamento de uma luta insana que sómente ao nada ou à dúvida conduz.

1.0 — Ferrovias — Problemas Resultantes — Prováveis Soluções

"A finalidade precípua da ferrovia, dentro do princípio da adequabilidade de cargas, é a de transportar cargas pesadas (minério, carvão etc.) de baixo valor unitário a grandes distâncias. Passageiros, cargas perecíveis e cargas de pequeno volume e maior valor não devem ser transportadas por ferrovias".

Há, todavia, senões que, em virtude de um nascimento prematuro e sem qualquer senso de política globalizadora, tornaram-se inevitáveis e que hoje constituem problemas reais e insofismáveis no sistema ferroviário brasileiro.

1.1 — A pluralidade de bitolas

Verdadeiro absurdo, em política ferroviária, demonstra claramente uma ausência inicial de um órgão normativo central, provocando uma falta de entrosamento das linhas férreas. Esta desarticulação faz

com que um carregamento qualquer embarcado num ponto "A" com destino a um ponto "B" seja forçado a uma baldeação num ponto "C" (desencontro de bitolas), onerando consideravelmente o preço da carga, pois implica em braço humano e desperdício de tempo útil.

Há, atualmente em nosso país, meia dúzia de metragens diferentes de bitolas: 1m, 1,60m, 1,44m, 0,66m, 0,60m e 1,68m. Entretanto, esse erro já foi, em parte, reparado. O Novo Plano de Viação Nacional já estabelece a bitola de 1,60 ao Sul de Brasília (aproximadamente entre 15° e 18° latitude S), com a finalidade de estabelecer uma única metragem de bitola no Chamado Quadrilátero do Poder Econômico — Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro.

1.2 — *Traçados Antieconómicos*

Com o fito de evitar as chamadas "obras de arte", o traçado ferroviário brasileiro faz inveja a sinuosos labirintos.

Amyr Borges Fortes, em seu livro, "Aspectos dos Transportes no Brasil", cita um desses emaranhados traçados que embora desolador não deixa de ser pitoresco.

"Um trem partindo pela manhã de Passo Fundo com destino a Porto Alegre, ao chegar à noite, a Santa Maria, estará mais longe de Porto Alegre do que quando se achava em Passo Fundo".

Intúmeros problemas ferroviários poderíamos aqui apontar, tais como:

- Tração;
- Conservação do material rodante e da via permanente;
- Concorrência das aquavias e rodovias.

2.0 — *Principais Resultantes desses Problemas*

2.1 — *Linhas Antieconómicas*

Caso típico da tão decantada E. F. Madeira — Mamoré (altamente deficitária). É este fato explicado face a aludida estrada servir a regiões de baixo potencial geoeconômico. Em 1964, a despesa foi 750% maior do que a arrecadação; no mundo, o deficit de 50% já é considerado intolerável. A E. F. Madeira—Mamoré caminha indubitablemente para o seu fim, aliás, há no Brasil cerca de 5 mil quilômetros de estradas de ferro deficitárias que também atingirão em dias não muito distantes o total desaparecimento. Por outro lado, podemos citar como estradas de ferro lucrativas aquelas enquadradas dentro do princípio de adequabilidade de cargas, tais como: Est. de Ferro Amapá, Vitoria—Minas, Sorocabana, Santos—Jundiaí e ultimamente (desde 1967) a E. F. D. Teresa Cristina.

2.2 — Baixa densidade de Tráfego

A média mundial varia em torno de 2.500.000 toneladas enquanto que, no Brasil, esta média é de aproximadamente dez vezes menor.

3.0 — A RFFSA, sua Extensão, seus Traçados

É rotina em nossos dias termos em manchete — A RFFSA é o sistema ferroviário mais antieconômico do mundo! Foi de 200 bilhões (antigos) o déficit anual!

Até o presente momento apresentamos, despojados de qualquer indumentária, os problemas reais da nossa RFFSA, sem mesmo ter o pudor de esconder aquêle ou esse ponto mais sensível. Mas, perguntaríamos nesta oportunidade, quantos de nós sabemos de fato o que é a RFFSA? Quais seus traçados? Sua extensão?

São as seguintes as unidades de operação em funcionamento:

— E. F. Madeira—Mamoré — 366 km; E. F. S. Luís—Teresina — 452 km; Rede de Viação Cearense — 1.759 km; Rede Ferroviária do Nordeste — 2.850 km; V. F. F. Leste Brasileiro — 2.469 km; Viação Férrea Centro-Oeste — 4.105 km; E. F. Leopoldina — 2.496 km; E. F. Central do Brasil — 2.983 km; E. F. Santos—Jundiaí — 139 km; E. F. Noroeste do Brasil — 1.636 km; R. V. Paraná—Santa Catarina — 3.006 km; E. F. D. Teresa Cristina — 272 km; E. F. Santa Catarina 180 km; V.F.R. Grande do Sul — 3.400 km.

Essas linhas totalizam 26.113 km, sendo: 246 km em bitola de 0,76m, 24.127 km em bitola de 1,00m e 1.740 km, em bitola de 1,60m; desse total, existem eletrificadas 1.312 km.

Tornam-se um tanto enfadonhos e até mesmo cansativos os dados supracitados se jogados sécamente como o foram, porém se fizermos determinadas comparações, queremos crer, os números tomarão formas concretas. Senão, vejamos:

— "A linha de contorno do Brasil, incluindo a orla marítima, é de 23.127 km. O total de linha da RFFSA (26.113 km), excede essa distância em 2.986 km, ou seja, mais da metade do valor do eixo Norte-Sul do país (4.320 km)".

— "A extensão das linhas eletrificadas da RFFSA, em todo o Brasil, é de 1.312 km; maior que a distância em linha reta, entre Rio e Pôrto Alegre (1.125 km) ou entre Brasília e Salvador (1.030 km)".

— "Os 50 milhões de dormentes existentes nas linhas da RFFSA, dispostos lado a lado, formariam uma ponte de 12 mil km com 2 metros de largura, numa extensão maior do que a distância, em linha reta, que vai do Rio de Janeiro ao Cairo (11.553 km)", ou é aproximadamente igual ao diâmetro da Terra (12.756 km).

— "O total de 765.700 toneladas de animais transportados pela RFFSA, em 1963, é equivalente à tonelagem de bovinos abatidos nos Estado do Ceará (21.458 t), Pernambuco (42.832 t), Bahia (88.318 t), Rio de Janeiro (78.192 t), São Paulo (476.065 t), e Paraná (5.812 t).

— "A RFFSA consumiu 213 milhões de kwh em 1963, ultrapassando, assim, de 7 milhões a energia destinada ao consumo domiciliar das regiões Norte (47 milhões de kwh) e Centro-Oeste (68 milhões) e mais cinco Estados do Nordeste: Maranhão (8 milhões), Piauí (10 milhões), Ceará (36 milhões), R. G. do Norte (12 milhões) e Paraíba (25 milhões).

4.0 — Soluções Prováveis para os Problemas Ferroviários

Acredito terem ficado demonstrados, durante esta síntese, os nossos principais problemas ferroviários e em função dêles as soluções que se nos apresentam facilmente. E mister, entre outras:

A unificação de bitolas, substituição por rodovias ou aquavias de linhas antieconómicas, a modificação do sistema de tração, a renovação do material ferroviário, a revisão tarifária etc...

5.0 — Conclusão

Outro motivo não foi, senão o de procurar um ponto final para esta disputa insensata entre dois meios de transporte que nos levou a esboçar esta idéia de deles a favor das FERROVIAS. E preciso que entendamos de uma vez para sempre que a problemática gira em torno de adequabilidade de cargas e distâncias a percorrer. Se o objetivo é a construção de uma rodovia ou o desaparecimento de uma ferrovia, este alvo deve ser atingido com o pensamento voltado tão-somente para a adequabilidade de carga que deva ser transportada. Não se pode permitir é que a política com intuições totalmente particulares se faça sentir nessas oportunidades. Evitar as chamadas "obras de arte" (pontes, túneis etc) com propósitos de inaugurações prematuras ou mesmo económicos constitui verdadeiros crimes de lesa-Pátria.

Concluiremos citando uma lei estabelecida pelo Prof. Gilberto Alves, que a nossos olhos identifica-se tanto para as rodovias como para as ferrovias.

"Estradas de baixo custo de construção são de alto custo operacional e inversamente, as de alto custo de construção de baixo custo operacional".

PROBLEMAS DE TRANSPORTES NO BRASIL

PLANEJAMENTO DE SOLUÇÕES E EXECUÇÃO

Ministro MÁRIO DAVID ANDREAZZA

(Conferência realizada na Escola de Comando e Estado-Maior
do Exército)

CURSOS

- Escola Militar
- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- Escola Superior de Guerra (CEMCFA e CSG)

COMISSÕES

- Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- Membro da Missão Brasileira de Instrução no Paraguai
- Adjunto das 2.^a e 3.^a Seções do Estado-Maior do III Exército
- Adjunto da Seção de Operações do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul
- Adjunto da 2.^a Seção do Estado-Maior do Exército
- Adjunto do Conselho de Segurança Nacional
- Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra
- Adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas
- Oficial de Gabinete do Ministro do Exército
- Assistente do Ministro do Exército
- Atualmente, Ministro dos Transportes

CONDECORAÇÕES

- Medalha da Ordem do Mérito Militar (Oficial)
- Medalha Militar (Prata)
- Medalha de Guerra
- Medalha Marechal Hermes, Aplicação e Estudo (Ouro)
- Medalha do Pacificador
- Medalha do Mérito Santos Dumont
- Medalha da Ordem Nacional do Mérito da República do Paraguai (Grande Oficial)
- Medalha de Infantaria do Exército Paraguaio
- Medalha da Ordem do Mérito Militar da Espanha (3.^a Classe)
- Medalha da Ordem do Mérito Militar de Portugal
- Medalha da Ordem do Mérito Militar da Bélgica
- Ordem Nacional do Mérito da França
- Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Itália
- Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cedro (Líbano)
- Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (Portugal)
- Ordem de S. Gregório do Vaticano
- Ordem do Tesouro Sagrado, Primeiro Grau (Japão)



MINISTRO MARIO DAVID ANDREAZZA

1. INTRODUÇÃO

1.1. É com grande alegria que retorno a esta Casa, onde, por vários anos, tive oportunidade de trabalhar, como instrutor, ao lado de numerosos amigos, civis e militares.

Tendo bem presente tão agradável e proveitosa convivência, sinto-me, efetivamente, como se ainda pertencesse a esta Escola. E é com este estado de espírito que apresentarei a minha conferência de hoje, sobre o Problema dos Transportes no Brasil.

1.2. Procurarei seguir, nesta exposição, os tópicos constantes do QUADRO-SUMÁRIO.

2 FATORES DETERMINANTES DOS SISTEMAS DE TRANSPORTES NO BRASIL

O traçado das vias de transporte não é feito ao acaso. Ao lado dos fatores geográficos permanentes, surgem outras condicionantes de caráter sócio-econômico e político-estratégico. Dentre os principais fatores determinantes dos sistemas de transportes no País, cumpre ressaltar:

2.1 Fatores geopolíticos e geográficos:

A dimensão continental do Brasil representa o primeiro impacto para aqueles que estudam e planejam o estabelecimento das vias de transportes do País. A interligação dos principais centros exige a conquista de longas distâncias, o que representa investimentos superiores às possibilidades nacionais.

O Brasil possui uma população de cerca de 80 milhões de habitantes, distribuída, sem uniformidade, por uma superfície de aproximadamente, 8.500.000 km², onde a maior concentração está localizada numa faixa de 500 km ao longo do litoral. Esse adensamento dos núcleos populacionais junto ao litoral em contraposição com os espaços vazios interiores, está a exigir uma expansão do nosso sistema de transportes, de forma a propiciar, não só a interligação desses núcleos, como também, a gradativa interiorização da população brasileira e a conquista de novas regiões econômicas.

A contigüidade lideira com nove dos onze países e colônias sul-americanas, através de 15.700 km de linhas fronteiriças leva-nos a pensar na necessidade de interligação com esses países, não só para abrir as portas para o intercâmbio econômico, como também, pela necessidade de vivificação de nossas fronteiras. As extensões destas fronteiras discriminam-se no quadro abaixo, por países da América do Sul e por Estados do Brasil:

PAÍS	ESTADOS DO BRASIL	EXTENSAO (km)
Bolívia	Rondônia	1.342
Bolívia	Acre	618
Peru	Acre	1.565
Venezuela	Amazonas	537
Peru	Amazonas	1.430
Colômbia	Amazonas	1.644
Venezuela	Roraima	958
Guiana Britânica	Roraima	964
Guiana Britânica	Pará	642
Suriname	Pará	541
Suriname	Amapá	53
Guiana Francesa	Amapá	655
Argentina	Paraná	293
Paraguai	Paraná	208
Argentina	Santa Catarina	246
Uruguai	Rio Grande do Sul	1.003

PAÍS	ESTADOS DO BRASIL	EXTENSÃO (km)
Argentina	Rio Grande do Sul	724
Paraguai	Mato Grosso	1.131
Bolívia	Mato Grosso	1.166
Soma		15.720
Litoral		7.408
Total do perimetro		23.128

NOTA — 70% da faixa fronteiriça ficam na Amazônia.
— 3/4 da faixa fronteiriça inacessíveis.

Percebe-se que 70% da faixa fronteiriça ficam situados na Amazônia. Mais de 3/4 da nossa fronteira encontram-se inacessíveis por qualquer modalidade de transporte terrestre, sendo praticamente inexistente o nosso intercâmbio com a maioria dos países vizinhos.

Em contraposição à necessidade de interiorização da promessa de ligação com os países sul-americanos, nossos vizinhos, encontramos a força de atração de nosso litoral que se apresenta, com grande extensão, cerca de 7.500 km, com excelentes acessos, e banhado pelo oceano mais humanizado e de maior expressão estratégica do mundo. Tudo isso nos convida ao aproveitamento das vias marítimas como meio de transporte para ligação dos diversos pontos da costa brasileira, e do Brasil com os demais continentes.

O sistema orográfico tem dificultado a expansão para o Oeste, condicionando-a a passagens obrigatórias, ou impondo custos elevados na implantação e exploração das vias terrestres. Tal é o caso do Maciço Atlântico, que dificulta a penetração para o interior.

A existência de grandes bacias fluviais navegáveis poderá facilitar a circulação interior, em apreciável extensão, desde que sejam bem aproveitadas. Estão nesse caso as bacias:

- do Amazonas, com rede fluvial superior a 10.000 km.
- do Paraná, com seus grandes afluentes Uruguai e Paraguai, configurando o Prata e apresentando uma rede navegável de 6.300 km.
- do São Francisco, que oferece 4.100 km de rede navegável.
- do NE Ocidental, com o Itapecuru, Mearim e Parnaíba, num total aproximado de 4.500 km.

— do Atlântico Oriental, desde a Bahia até o Rio Grande do Sul, com cerca de 3.500 km, dos quais o Paraguaçu, o Contas, o Jequitinhonha, o Doce, o Parába do Sul, o Iguape, o Itajai e o Jacuí são os principais rios.

As áreas de influência destas bacias assim se distribuem:

Bacias	Rede fluvial (km)	Superfície (km²)	% em relação ao País
1) ISOLADAS:			
Amazônica	20.000	4.787.717	56,25
Paraná	6.000	891.309	10,47
São Francisco	4.000	631.133	7,41
Paraguai	3.000	345.701	4,06
Uruguai	1.500	178.235	2,09
2) AGRUPADAS:			
Nordeste	4.500	884.835	10,40
Leste	1.000	569.310	6,69
Sudeste	2.500	223.688	2,63
Soma	42.500	8.511.928	100,00

2.2 Fatores sócio-econômicos:

Da interdependência entre os centros de produção e dos centros de consumo e de transformação, vão surgindo marcos delineadores das necessidades de interligação. No Brasil, podemos destacar os complexos paulista e carioca, como grandes centros de produção, de consumo e transformação, seguidos dos conjuntos mineiro e gaúcho, como centros produtores e consumidores, e, finalmente, o complexo nordestino, como centro nitidamente consumidor.

Esses grandes centros, inegavelmente, exercem, no momento, poderosa influência no traçado das vias de transporte do Brasil, as quais procuram ligar essas regiões, entre si, e com as áreas de bens primários, de produção agrícola, e de fontes de potencial energético.

Para que tenhamos uma imagem mais fiel da influência dos fatores sócio-econômicos, vamos caracterizar, através de projeções, os setores de concentração de recursos.

Através das Projeções nº 3 e 4, caracterizamos o setor primário de produção, representado pelos recursos agropecuários e de mineração. Já pela Projeção nº 5, temos o setor secundário, ou seja, o

setor das indústrias. Finalmente, temos na Projeção nº 6, o setor terciário, caracterizado pela circulação de recursos financeiros.

Estes setores superpostos, definem áreas de influência que podemos chamar de áreas polarizadas. Assim, pela Projeção nº 7, podemos dividir o Brasil em áreas polarizadas em torno dos pólos de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Belém. Nestas áreas de influência, as relações existentes apóiam-se na comercialização dos produtos primários e na distribuição dos bens industrializados e serviços (bancários, de saúde, de educação, de distribuição de energia, etc.), produzindo uma coesão regional e criando uma consciência na população.

É necessário que se lance um sistema de transportes em cada área polarizada, compatível com suas características e em obediência a prioridades ditadas pela "intensidade de atração" entre os pólos e as regiões satélites. Aqui também, esta "atração" (e, em consequência, a prioridade da modalidade de transporte) é diretamente proporcional à massa (população ou produção) e inversamente proporcional ao quadrado das distâncias. Ora, conhecendo as maiores concentrações (demográficas ou de produção) torna-se instintivo o transporte destas cargas para os pólos e, portanto, o lançamento do sistema viário básico.

2.3. Fatores político-estratégicos

Nenhum brasileiro deve desconhecer as nossas realidades estratégicas permanentes, derivadas na expansão de nossa base física e de sua consolidação — de um lado; e da ambição internacional — de outro —, na participação efetiva em nosso potencial natural. Tais pressões, por vezes atenuadas, por vezes intensificadas, são funções do Programa Estratégico Mundial das Grandes Potências.

Como exemplo, podemos citar a Amazônia, nas reivindicações para a sua Internacionalização, e as disputas nos traçados de nossas fronteiras, ainda contestadas por alguns vizinhos.

Há outros imperativos óbvios para o lançamento de uma rede viária eficiente no País, como seja o papel dos transportes no fortalecimento da integração nacional como instrumento de ação governamental, promovendo sua presença efetiva em todo o território nacional, em particular nos mais distantes rincões.

Nenhum povo é realmente dono de todo o seu território, se não estiver em condições de se fazer presente, através do seu governo, a qualquer momento, para qualquer fim, em qualquer ponto da área geográfica que lhe é atribuída. Isso vale tanto para a estratégica político-administrativa quanto para a militar, permitindo a eventual manifestação, em força, do Poder Nacional nas áreas de maior sensibilidade estratégica, mediante a concentração de recursos huma-

nos e materiais, por meio de ligações permanentes de alto rendimento entre aquelas áreas e os Centros do Poder.

Governos conscientes não podem permitir a existência, em suas respectivas jurisdições, de verdadeiros quistos de "economia fechada". Do contrário, tais núcleos subsistirão em condições precárias, de uma forma pseudo-auto-suficiente, desvinculada de mercados ou de fontes de abastecimento, circunscritos à estagnação ou condenados ao desaparecimento por asfixia econômica. É necessário que se lhes abram novos horizontes, condizentes com a vida moderna e digna, dando-se-lhes oportunidade, promovendo-se sua integração na comunidade que, na certa, receberá deles a contrapartida da dinamização de seu potencial humano e material. É preciso que se lhes leve a assistência e a segurança, os benefícios das demais atividades do Estado, a ação do Poder Público, ainda que, muitas vezes, os resultados sejam meramente de ordem social, isto é, sem que possam exprimir-se direta e explicitamente em números, lucros e ganhos econômicos ou financeiros.

Só o vínculo concreto dos transportes pode incitar esse tipo de desenvolvimento, estabelecendo e possibilitando um sistema de trocas e de especialização de produção, proporcionando melhoria de nível geral de vida.

A eficácia administrativa de um Governo é função das vias de transporte com que ele possa contar. Daí serem os transportes, coordenados e bem sistematizados, os constituintes básicos da infra-estrutura sócio-econômica de uma nação e sobretudo de sua segurança. Os conceitos de mobilidade e rapidez, característicos da vida moderna, são válidos tanto na paz quanto na guerra; são funções diretas dos recursos de transportes projetados com base em velocidades diretrizes altas, e dotados de capacidade de carga e de escoamento de tráfego elevados.

Tendo em vista a utilização dos transportes nacionais, a posição dominante da área caracterizada pelo contorno Rio-Santos-S. Paulo-Brasília-Belo Horizonte-Vitória-Rio — que denominamos "Núcleo Central" — deve ser destacada, tendo em vista que essa área concentra e enfeixa, no nível federal, o comando político, econômico, administrativo e militar, sobre todo o território nacional e que, por fatores diversos, incluindo a alta capacidade de suas instalações portuárias e de base, terminais equatorialios e aéreos, constitui o principal centro de articulação em território nacional, com a navegação marítima e com o transporte aero-estratégico.

O chamado "Núcleo Central" é área de maior poder do País. Praticamente, o pleno funcionamento da circulação no País é dependente, pelo menos indiretamente, das atividades do Núcleo Central.

Além dessa área, cumpre caracterizar como áreas de maior sensibilidade estratégica:

- O estuário amazônico, alongando-se até Manaus;
- O saliente nordestino;
- O sul de Mato Grosso;
- O sul do País.

Meus Senhores,

A rápida apresentação dos fatores geográficos, econômico-sociais e político-estratégicos, que influem nos transportes, conduz-nos à grande conclusão de que:

O Brasil, para atender às suas necessidades de circulação, deve dispor de um sistema de transportes múltiplos, racionalmente coordenados em sua exploração e harmônica considerados em seu desenvolvimento. Assim, aproveitando o seu extenso litoral, onde se debruçam os seus principais centros populacionais e econômicos; irradiando, de pontos do litoral, sistemas viários terrestres, conjugados com as vias fluviais; terá o País condição de desenvolver seus transportes de forma integrada e econômica.

3. PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

3.1. Pequeno histórico

Em 1948, foi iniciada a revisão do Plano Geral de Viação, que tinha sido aprovado pelo Decreto 24.497, de 29 de junho de 1934. A revisão, que foi encaminhada em 1948, ao Congresso Nacional, após transitar pelo Senado, retornou à Câmara, em janeiro de 1963, sem ter sido aprovada.

Com a Revolução de março de 1964, foi o Plano Nacional de Viação, após aprovação do Presidente CASTELLO BRANCO, remetido ao Congresso Nacional, na forma do Art. 4.º do Ato Institucional, quando, finalmente, foi aprovado pela Lei n.º 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Nessa longa caminhada, cumpre ressaltar que em 1957, aproveitando-se a oportunidade da elaboração de uma lei referente à alteração do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes em anexo à mesma — Lei 2.975 — foram aprovadas duas relações descriptivas que constituíram, provisoriamente, os Planos Rodoviário e Ferroviário Nacionais.

3.2. Principais objetivos

Os fatores determinantes, já estudados, fundamentaram os objetivos principais do Plano Nacional de Viação que, em largos traços, podem ser assim caracterizados:

Quanto à infra-estrutura:

O arcabouço do Grande Sistema Nacional de Transporte deverá ser formado através de:

- um tronco *longitudinal marítimo* Pôrto Alegre — Rio Grande
- Belém — Manaus — Tabatinga, interligando os centros sócio-econômicos litorâneos, e da caudal amazônica, entre si, e particularmente com os terminais de Paranaguá — Santos — Rio — Salvador — Recife;

- dois troncos longitudinais rodo e ferroviário do Leste, entre extremos Sul e Norte, traçados dentro da faixa de 500 km, a partir do litoral, de maneira a eliminar os atuais istmos de circulação interior. Esses troncos deverão ser multiplicados por um tronco rodolitorâneo entre Pôrto Alegre e Fortaleza;

- ligações rodo-ferroviárias transversais, longitudinais ou diagonais entre as principais áreas polarizadas e seus pólos de atração, e entre si;

- vias pioneiras complementares, de maneira a favorecer, seja a integração interior, seja a vivificação e defesa de pontos lindeiros de penetração;

- ligação de Brasília com os diversos centros de Poder Nacional;

- garantia de articulação do sistema de transporte nacional com os sistemas pan-americanos;

- criação e desenvolvimento dos sistemas de terminais marítimos, aéreos, etc., de forma a dar continuidade ao sistema de transporte;

- eliminação dos sistemas e ramais antieconômicos.

4. FATORES A CONSIDERAR PARA A EXECUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

A ausência de uma política de transportes de acordo com os fatores determinantes dos sistemas de transportes do Brasil e com as características de um país em desenvolvimento, conduziu os transportes brasileiros, de forma contínua, progressiva e acelerada, a uma situação de acentuado desequilíbrio econômico-financeiro, acompanhada da desorganização geral dos serviços públicos encarregados de suas execuções, com efeitos negativos sobre toda a economia. Os elevados

volumes de recursos que foram empregados em investimentos e também para a cobertura de déficits operacionais, nos diversos setores de transporte, sem uma adequada tributação para cobrir os gastos, obrigaram os governos da época a emitir maciçamente, acelerando, dessa forma, o forte processo inflacionário.

Por outro lado, a deterioração da navegação costeira, seja pelas condições da ineficiência dos portos, seja da própria navegação, acompanhada da estagnação do sistema ferroviário, a partir de 1930, levou os usuários a uma única saída: a excessiva demanda dos transportes rodoviários.

Ao analisarmos a projeção n.º 10, somos obrigados a reconhecer que a expansão do transporte rodoviário foi um fenômeno que possibilitou o rápido crescimento da economia brasileira, mas temos, também, de reconhecer que as potencialidades dos transportes por ferrovia e por aquavias não têm sido devidamente aproveitadas.

Além das desorganizações administrativas, a que foram conduzidos os serviços públicos e privados, encarregados da execução dos transportes, e além das distorções entre os sistemas de transportes, cumpre destacar o sentido político na execução de determinadas obras, as quais não obedeceram aos atuais estudos de viabilidade econômica que justificam, ou não, a execução de uma determinada obra.

Demais disso, a pulverização das verbas em inúmeras frentes de trabalho não permitiam a conclusão das obras prioritárias.

Finalmente, sentiu-se a despreocupação total que existia na busca da integração dos diversos sistemas de transportes, do que resultou o lançamento, muitas vezes em uma mesma região, de dois ou mais sistemas de transportes, que geraram uma concorrência desinteressante e danosa para a economia do País. Com os recursos dessas obras, teria sido possível a abertura de novas vias de transportes em outras regiões, delas carecentes.

5. ATUAL POLÍTICA NACIONAL DOS TRANSPORTES

5.1. Graças ao trabalho desenvolvido pelo Marechal Juarez Távora, à frente do antigo Ministério da Viação e Obras Públicas, foi possível à atual administração do Ministério dos Transportes estabelecer uma Política Nacional dos Transportes, de forma a aplicar progressivamente o Plano Nacional de Viação corrigindo as distorções que já vinham sendo atacadas pela ação segura e enérgica do Marechal Juarez Távora.

5.2. Diretrizes gerais

A finalidade geral da Política de Transportes e os objetivos que devem orientar a sua formulação e desenvolvimento constituem ele-

mentos básicos a considerar no planejamento dos Transportes. É necessário, no entanto, que sejam atendidas outras condicionantes, de natureza conjuntural, de modo a situar o planejamento dos transportes no atual complexo nacional. Assim, devemos buscar nas Diretrizes do Governo, os principais aspectos que digam respeito diretamente aos transportes ou constituam imposições ou limitações que os afetem.

O objetivo básico fixado nas *Diretrizes do Governo* é o Desenvolvimento a serviço do progresso social, isto é, da valorização do homem brasileiro. Esse objetivo básico permanece constante, ao serem fixados os objetivos fundamentais da política econômica: *aceleração do desenvolvimento e contenção da inflação*. A contenção da inflação não é considerada como um objetivo autônomo, mas sim como condição indispensável ao desenvolvimento auto-sustentado. Por isso mesmo, a inflação será mantida sob rigoroso controle, de modo a alcançar, progressivamente, a estabilização, sem sacrifício, no entanto, do desenvolvimento.

O Setor dos Transportes está diretamente e estreitamente vinculado a êsses dois aspectos fundamentais da política econômica do Governo. A existência de uma adequada infra-estrutura de viação e a sua operação harmônica e eficiente, são condições indispensáveis ao desenvolvimento. Entretanto, bem conhecidas são as distorções que perturbam o nosso sistema de transportes.

Sem um sistema integrado das diferentes modalidades de transporte, não será possível realizar a circulação da riqueza nacional, garantindo a ligação das fontes de produção aos centros de consumo. Sem a exploração harmônica e eficiente do sistema, o seu custo operacional constituirá ônus para a economia do País. Por isso mesmo, a **recuperação dos transportes marítimo, fluvial e ferroviário**, a *aceleração do programa de rodovias prioritárias* e a modernização e especialização da estrutura de transportes, situam-se na área da eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes na infra-estrutura econômica no Programa Estratégico de Desenvolvimento. Complemento indispensável daquelas metas, os transportes também se inserem na área de contenção ou redução dos custos básicos que se encontram sob controle direto ou indireto do Governo.

Considerando a finalidade da Política de Transportes e os objetivos que devam orientar a sua formulação e desenvolvimento e tendo presentes os objetivos fundamentais da Política de Desenvolvimento quanto aos Transportes, podemos definir as Diretrizes Gerais do Setor.

a. *Investimentos*

Na aplicação dos investimentos, a diretriz adotada é que tanto a expansão da infra-estrutura como a operação dos serviços se regerão

por critérios econômicos, ressalvadas apenas as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional e as de caráter social imprescindíveis. Os investimentos na infra-estrutura orientar-se-ão segundo a análise dos benefícios e custos econômicos do projeto, incluídos os efeitos diretos e indiretos do investimento e a sua potencialidade de geração de tráfego no futuro. A seleção dos projetos de investimentos deve ser realizada de modo a produzir o máximo de benefícios econômicos que possam ser obtidos do setor.

As necessidades relativas à segurança e à integração nacionais serão atendidas levando-se em conta os objetivos fixados pela Política de Desenvolvimento e pela Política de Segurança, considerando-se a interdependência e a interligação existentes entre as mesmas. As características técnicas dos projetos imprescindíveis àqueles aspectos serão fixadas de maneira a atender às suas necessidades mas, considerando a limitação de recursos disponíveis, vincular-se-ão aos menores custos, de modo a reduzir as suas repercussões sobre a Política de Desenvolvimento e com prioridade para os empreendimentos ambivalentes.

Quanto às necessidades de caráter político-administrativo e social, os critérios econômicos ajustar-se-ão às condições específicas de determinadas áreas e serviços. Os investimentos daí decorrentes serão condicionados às limitações e reais possibilidades do País.

Os investimentos de transportes em áreas virgens serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas e de mineração; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos de projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades agrícolas e de mineração.

b. *Política Tarifária*

A política tarifária e o sistema tributário específico de transportes serão orientados no sentido de que os custos reais dos serviços reflitam os preços pagos pelos usuários.

Essa diretriz se torna imperiosa em face do pesado ônus que constitui para o Tesouro a cobertura dos "deficits" de operação. Representando de 40 a 75% dos "deficits" de caixa do Governo, os saldos negativos do setor de transportes têm fortes e diretos reflexos sobre a inflação, cuja contenção constitui um dos dois objetivos fundamentais da política de desenvolvimento.

A contribuição dos usuários pelos serviços de transportes de que se servem e os subsídios necessários à sua complementação para cobrir os custos totais, exercem grande influência sobre a locação de recursos para as diferentes modalidades de transportes e sobre a inflação. Esses dois elementos afetam o custo, para a economia, do fornecimento dos serviços de transportes; contribuem para distorções

dos custos; representam ônus ou encargos dos recursos do setor público.

Há estreita interdependência das distorções de nosso sistema de transportes com as contribuições dos usuários e os subsídios concedidos às diferentes modalidades. Sem que os usuários paguem os custos dos serviços recebidos e, dessa forma, sejam eliminados os subsídios, e sem que todas as modalidades de transportes recebam igual tratamento quanto a benefícios ou subvenções que lhes sejam concedidos, não será possível a plena correção das distorções do sistema de transportes.

No entanto, os atuais custos dos transportes são altamente afetados por deficiências estruturais e operacionais do sistema, não sendo justo que os seus usuários paguem por isso. Assim sendo, o integral pagamento, pelos usuários, dos serviços que recebem, só deverá ser plenamente atingido a prazo médio, mediante correções progressivas, à medida que os custos sejam saneados, através de providências destinadas a melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de transportes.

c. *Liberdade de opção dos usuários*

Devendo os usuários pagar os custos dos serviços de transporte que recebem, nada mais justo que lhes seja assegurada a escolha do modo de transporte a utilizar em cada caso. É natural que seja sempre preferido o modo menos oneroso e disso decorrerá a obtenção de menores custos dos transportes, com real benefício para a economia nacional.

Consequência imediata dessa política será o incentivo à maior eficiência das diferentes modalidades de transporte, para que possam oferecer condições mais vantajosas de preços e obter a preferência dos usuários. Além disso, cada modalidade se empenhará em oferecer serviços que, pela suas características técnicas e econômicas possam proporcionar, aos usuários, o melhor atendimento possível, por menores preços que as outras modalidades, nêles concentrando os seus esforços.

A conjugação da liberdade de opção dos usuários, do pagamento dos custos de cada modalidade de transporte pelos que dêle se utilizam e a política governamental de neutralidade entre as diferentes modalidades, tanto na sua implantação como na operação, consoante os interesses da economia do País, permitirá obter-se um sistema de transportes harmônico e integrado, que proporcionará à Nação os transportes de que ela necessita pelo menor custo, para a sua economia.

6. DIRETRIZES E REALIZAÇÕES NOS DIFERENTES SETORES DOS TRANSPORTES

6.1. Portos

a. Diretrizes

A atividade portuária do País precisa ser modernizada e tornar-se mais dinâmica, a fim de reconquistar a posição perdida e desempenhar o papel que lhe cabe na economia nacional. No sentido de atingir esse objetivo, a ação governamental será orientada pela seguinte diretriz setorial:

- a. 1. modificação do sistema de exploração portuária, aumentando a participação do usuário na administração;
- a. 2. modernização e especialização da atividade portuária, mediante construção de terminais de alta capacidade para movimentação de granéis sólidos, como sal, minérios, trigo, milho, carvão e fertilizantes, e terminais para cofres de carga, onde tal se justifique econômicamente; substituição dos equipamentos obsoletos de carga geral;
- a. 3. adoção de política tarifária que permita gerar recursos internos e atrair capital privado para a modernização e expansão dos serviços;
- a. 4. revisão e implementação dos Planos Diretores Decenais dos Portos de Santos, Recife e Rio de Janeiro, com prioridade para os investimentos enquadrados nas diretrizes do Programa Estratégico;
- a. 5. elaboração e execução de um programa, a curto prazo, para a reorganização e reaparelhamento dos portos considerados prioritários e que atualmente não dispõem de Planos Diretores;
- a. 6. consolidação da extensa e complexa legislação portuária, de forma a torná-la simples e funcional.

b. Obras em execução:

- b.1. Entre os projetos em andamento, os de maior significação são os terminais de alta capacidade para movimentação de granéis sólidos:

— Terminais saliníeros de Areia Branca e Macau, com a participação da iniciativa privada no Rio Grande do Norte, proporcionando redução de cerca de 50% no preço do sal, nos centros de consumo. O tempo de carregamento de navios de 25.000 toneladas será reduzido de 15 para 1 dia, passando, em cada um deles, o rendimento operacional de 800 ton/dia para 1.500 ton/hora! Esses terminais possibilitarão considerável aumento de produção, abrindo ampla perspectiva para a industrialização local e exportação em grande escala

e, além disso, triplicarão a capacidade operacional dos navios pela redução dos tempos de carregamento e descarregamento nos portos.

Correspondentes terminais recebedores, estão sendo construídos no Rio, Santos, Paranaguá e Rio Grande.

— **Terminais Açucareiros** em construção, com a participação do Instituto do Açúcar e do Álcool em Recife e Maceió, proporcionando redução de 15% no custo operacional de transportes. O tempo de carregamento de navios de 10.000 toneladas será reduzido de 13 e 17 para apenas 1 dia. Os terminais estarão concluídos em 2 anos.

— **Terminal para embarque mecanizado de Cacau**, com a participação do Instituto do Cacau, em Ilhéus, reduzindo em 70% o custo operacional de embarque e proporcionando melhores condições para colocação do produto nos mercados internacionais.

— **Terminais para carregamento de Milho**. Em Santos e Paranaguá estão sendo construídos terminais de alta capacidade, proporcionando um aumento de 5 vezes da atual velocidade de embarque, que é de 50 ton/hora.

— **Terminais para descarregamento de Trigo**, de elevada capacidade, nos portos de Santos, Paranaguá, Salvador e Mucuripe (Fortaleza).

— **Terminais para Cofres de Carga (Containers)**. Ainda este ano será iniciada a construção do mais moderno terminal para cofres de carga (containers) da América do Sul, no porto de Santos, o que permitirá a colocação em melhores condições do café solúvel brasileiro nos mercados europeu e norte-americano.

— **Terminal para embarque de Óleos Vegetais**, em Itaqui, no Maranhão, para o abastecimento do mercado interno.

— **Terminal Especializado de Granéis Sólidos (Salitre, enxofre, adubos em geral)**, em Santos. Estão sendo concluídos os estudos para a sua construção, constituindo-se em terminal de grande capacidade e em área situada na margem esquerda do estuário do porto, cuja ligação com a Estrada de Ferro Santos—Jundiaí está sendo no momento objeto de estudo de viabilidade.

b.2 Construção de novos portos e ampliação dos existentes.

Entre outros, podem ser citados:

— **Construção do porto de Itaqui** no Maranhão, com 400 metros acostáveis e conclusão prevista para abril do próximo ano, proporcionando excelentes condições para colocação de produtos do Maranhão nos mercados consumidores do sul do País.

— **Ampliação do porto de Mucuripe**, no Ceará, aumentando de 200 metros o seu cais acostável e dotando-o de instalações mecânicas e novos armazéns que duplicarão sua capacidade operacional, inclusive petroleiro.

- Restauração do cais numa extensão de 2.000 metros no pôrto do Recife, com construção de 1.500 metros de quebra-mar e ampliação do cais, elevando de 50% sua capacidade de movimentação de carga.
- Construção do Pôrto de Malhado — na cidade de Ilhéus, com a conclusão prevista para o próximo ano, permitindo excelentes condições de embarque do cacau, um dos principais produtos de nossa pauta de exportação.
- Construção do novo pôrto de Maceió, dotando-o de mais 200 metros de cais acostável, destinado principalmente à exportação de açúcar.
- Construção do pôrto de Campinho, na Bahia, especializado na movimentação de granéis.
- Dragagem de todos os canais e bacias do pôrto do Rio de Janeiro, serviço que não vinha sendo realizado há 15 anos. Abertura de um canal novo de 12 metros de profundidade para o parque de minério do pôrto.
- Ampliação do pôrto de Santos, com construção de mais 840 metros de cais, aprofundamento de sua barra para 13,50 metros, possibilitando a entrada de navios de até 60.000 tdw.
- Ampliação do pôrto de Paranaguá, com construção do "pier" petroleiro, aumento do seu cais acostável de mais 400 metros, duplicando, assim, sua capacidade operacional, visando a atender as necessidades do Paraguai, como decorrência da conclusão da estrada Paraguai-Foz do Iguaçu-Curitiba-Paranaguá, considerada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, empreendimento de integração continental e por ele em parte financiado.
- Ampliação do pôrto de Imbituba — para a melhoria das condições de embarque do carvão nacional para as siderúrgicas do País.

b.3 Dragagem

É realmente, um ponto crítico do nosso sistema portuário. Negociações estão sendo concluídas para aquisição de mais 2 dragas, sendo uma de alto mar, de grande capacidade e uma de alcatruzes para os portos do Rio e Recife de modo a assegurar, em todos os portos, um serviço permanente de dragagem. Este serviço é executado por uma empresa de capital misto — a Companhia Brasileira de Dragagem — vinculada ao Ministério dos Transportes.

b.4 Portos Pesqueiros

Os estudos estão em fase de conclusão, merecendo especial atenção os portos de Cabedelo e os de Santa Catarina (Itajaí e Laguna).

b.5 Equipamentos

Todos os portos estão sendo equipados com guindastes modernos para carga e descarga mecanizada, inclusive para a movimentação

de "containers". Neste sentido estão em construção 183 guindastes de grande capacidade, dos quais 35 já foram entregues pelos fabricantes e estão em fase de montagem nos portos. Está em final de negociações a aquisição de cerca de 60 guindastes para o pôrto de Santos, o único pôrto que não havia sido contemplado com esses equipamentos.

Ênfase especial deve ser dada ao elevado espírito de colaboração da Marinha de Guerra, que tem concorrido de forma acentuada para melhoria do nosso sistema portuário.

6.2. Navegação interior:

a. *Diretrizes:*

Apesar da pequena expressão econômica atual, a navegação interior terá seguramente, um papel relevante no futuro, particularmente nas Bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco. Com o objetivo de dinamizar o transporte fluvial, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- a.1. Levantamento imediato do potencial de carga para o transporte fluvial.
- a.2. Formulação de um plano nacional de navegação fluvial.
- a.3. Financiamento para embarcações adequadas aos serviços atuais, como medida incentivadora do desenvolvimento da navegação interior.
- a.4. Estímulos à racionalização dos serviços nas empresas que exploram o transporte fluvial.

b. *Obras em execução:*

b.1. No rio Tietê. Em quatro anos, serão construídos 750 km de via navegável, desde sua foz no rio Paraná até 150 km da cidade de São Paulo.

b.2. Boa Esperança. Está em construção um sistema de 2 eclusas para vencer o desnível criado pela barragem de Boa Esperança, a fim de evitar a interrupção da navegação do rio Parnaíba. As obras devem estar concluídas em 1970 e assegurarão 1.200 km navegáveis.

b.3. Rio Jacuí. No rio Jacuí, está em construção a barragem eclusada do Anel de D. Marco, obra de grande importância, que permitirá a navegação numa extensão de 300 km, a partir de Pôrto Alegre e, em fase de conclusão, o projeto da barragem eclusada de Três Irmãos, que dará ao rio Jacuí mais 400 km navegáveis, em qualquer época do ano.

b.4. O Governo, através da Comissão de Marinha Mercante, realiza estudos para seleção de embarcações-tipo, para o dimensionamento da frota fluvial e lacustre, otimização das linhas de navegação e desburocratização do transporte aquaviário interior. O Fundo de Marinha Mercante tem financiado embarcações para a navegação fluvial, estando previstas para o triénio 1968/1970, operações superiores a 40 milhões de cruzeiros novos:

— Companhia de Navegação do São Francisco S.A. Já encomendados para os anos de 1968 e 1969:

- 28 chatas (carga geral, veículos, gado)
- 6 rebocadores empurreadores
- perfazendo um total de 6.000 Ton.

— Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A.:

- 6 chatas, num total de 3.000 Ton (minério)
- 1 rebocador empurrador
- 5 chatas-currall, com capacidade para 1.150 bois.

— Empresa de Navegação da Amazônia S.A.:

Em fase final, o estudo para a escolha de embarcações-tipo.

b.5. Dragagem

Trechos importantes das nossas vias navegáveis estão assoreados.

Já foram encomendadas duas dragas transportáveis em caminhão para atender a essa capacidade.

b.6. Estudos

Já foram contratados estudos para todo o nosso sistema hidrográfico, inclusive projetos de engenharia para execução.

6.3. Navegação de cabotagem:

a. Diretrizes:

No que se refere a este setor, visar-se-á ao estabelecimento de um conjunto de linhas regulares ao longo da costa, com freqüência conveniente, de maneira a transportar, pelo custo mínimo, a carga prevista. Nesse sentido, promover-se-á:

a.1. Melhoria de eficiência da navegação, fixando-se as condições mínimas para a concessão de linhas aos armadores.

a.2. Desenvolvimento de frotas especializadas para o transporte marítimo (petroleiros, navios-tanque para óleos vegetais, navios graneleiros, etc.).

a.3. Redução do tempo de permanência nos portos, a fim de melhorar a utilização dos navios.

a.4. Geração de recursos próprios para investimentos mediante estímulos:

- à fusão de empresas de armadores;
- à racionalização dos serviços, através do estabelecimento de tarifas adequadas.

a.5. Continua renovação da frota, de forma a mantê-la em condições de operação adequada.

a.6. Aperfeiçoamento da política de pessoal dos marítimos, objetivando:

- ensinar e adestrar as tripulações;
- atrair e manter mão-de-obra especializada.

a.7. Consolidação da legislação marítima.

b. *Obras em execução:*

b.1. *Navegação de Cabotagem*

— *Linha de Integração Nacional*

A recuperação da cabotagem é um imperativo nacional. O litoral brasileiro tem mais de 7.000 km de extensão e o transporte sobre águas, apesar de ter, em média, um custo 5 vezes inferior ao rodoviário, vinha, ano a ano, sendo substituído por este, devido à perda de confiança dos usuários na eficiência do sistema de transporte hidroviário, com evidentes prejuízos para a economia nacional.

O atual Governo Federal, através da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, implantou a Linha de Integração Nacional, mantendo, com 32 navios, linhas regulares interligando a maioria dos portos brasileiros, de Pôrto Alegre a Manaus. Esta medida visou essencialmente à recuperação da confiança perdida na navegação de cabotagem. A recuperação da confiança do usuário é atestada pela crescente tonelagem transportada, pelo Lloyd, que atingiu, em 1967, 455.319 toneladas, em confronto com a tonelagem de 1966, que foi de 426.732 toneladas. Embora ainda não inteiramente satisfatória, sob o ponto de vista operacional e financeiro, a Linha de Integração Nacional revela-se de grande valia para a economia nacional e constitui a primeira grande tentativa para a recuperação de nossa navegação de cabotagem. O lucro líquido da Linha de Integração Nacional, em 1967, foi estimado em NCr\$ 1.087.927,81.

b.2. *Linhas Brasileiras de Navegação (LIBRA)*

A iniciativa privada, atendendo aos postulados do Progresso Estratégico de Desenvolvimento, vem-se consolidando, reduzindo o número de empresas armadoras, e, consequentemente, os custos de administração. Com esse propósito, 13 (treze) empresas se uniram e se constituíram numa só companhia (LIBRA) para realizar a cabotagem de forma racional, no âmbito nacional. Em contrapartida, o governo tem oferecido apoio substancial, com financiamentos a longo prazo. Para os integrantes dessa Linha, a Comissão de Marinha Mercante já proporcionou, em 1967, o lançamento ao mar de 3 navios de 3.000 TDW cada um, e assegurou o financiamento de 19 navios, totalizando 76.300 TDW.

b.3. *Medidas Legislativas:*

- que desburocratizem o embarque, libertando a iniciativa privada da obrigatoriedade de serviços que elas próprias devem exercer (despacho e desembarque de carga);
- que libertem o transporte marítimo de cabotagem de todas as taxações desnecessárias de forma a proporcionar ao usuário uma tarifa real e competitiva com as demais modalidades de transporte, assegurando ao usuário a liberdade de optar pela modalidade mais adequada — condição fundamental para a **Integração dos Transportes e correção das distorções existentes** (encaminhamento das cargas para a modalidade de transporte adequada).

b.4. Reaparelhamento, reequipamento e dragagem dos nossos portos, visando, principalmente, a diminuir o tempo de permanência dos navios nos portos.

b.5. Interesse e apoio à iniciativa privada de forma a desestatizar progressivamente a cabotagem.

b.4. *Navegação de Longo Curso*

a. *Diretrizes:*

A navegação de longo curso deverá contar com maior participação da bandeira nacional, tendo em vista as necessidades de expansão do comércio exterior brasileiro e a redução de gastos em moeda estrangeira. A fim de atingir aquêle objetivo, são estabelecidas as seguintes diretrizes para o setor:

a.1. Adoção de providências para a adequada expansão do Lloyd Brasileiro.

a.2. Criação de condições para a participação de companhias brasileiras privadas na navegação de longo curso.

a.3. Nova Política de Fretes.

b. Obras em execução:

Na consecução dêste objetivo, foram desenvolvidas as seguintes medidas:

b.1. Tráfego Brasil-Escandinávia

Este tráfego era regulado por convenção, onde havia cláusula lesiva aos interesses brasileiros, determinando que o transporte de produtos brasileiros exportados só poderia ser efetuado por navios de bandeiras escandinavas e, no de produtos importados, só seria permitido um embarque mensal para a bandeira brasileira. Esta cláusula foi denunciada, considerando o princípio de reciprocidade, e das conversações resultou acordo assinado em setembro de 1967, segundo o qual os portos escandinavos foram abertos à bandeira brasileira. Essa medida, verdadeira réplica à abertura dos portos brasileiros de 1808, permite agora que o transporte dos produtos exportados pelo Brasil seja livremente realizado por cargueiros brasileiros e que, na importação, haja divisão de carga, em partes iguais, entre o Brasil e os países exportadores.

b.2. Tráfego Brasil-Estados Unidos da América

Neste tráfego, a bandeira brasileira tinha participação de 10% no total da carga. Tem sido pretensão antiga do governo brasileiro aumentar esse percentual. Decidindo o atual governo terminar essa situação anômala, convocou e instalou no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1967, uma reunião dos armadores interessados. Das demarques resultou acordo preliminar de 28 de outubro de 1967, seguido de outro, assinado em 29 de novembro desse mesmo ano, por armadores de todas as bandeiras interessadas. Por esses atos, cabem às bandeiras nacionais, isto é, do Brasil e Estados Unidos, no tráfego entre os dois países, e em partes iguais, 65% de toda a carga, aumentando essa participação, em 10 anos, para 80%.

Os restantes 35%, reduzidos, em 10 anos, para 20%, foram divididos entre armadores das chamadas terceiras bandeiras.

Recentemente, no mês de julho, foi firmado, entre as autoridades brasileiras e norte-americanas, um "Acordo de Navegação" que consubstancia essa política.

b.3. Acordo de navegação Brasil-Polônia

Durante as negociações que precederam a assinatura do contrato para construção de navios na Polônia em troca de café, ficou estabelecido que, simultaneamente, seria firmado um Acordo bilateral

de transportes marítimos entre a Polônia e o Brasil, visando a permitir uma distribuição equitativa dos montantes dos fretes gerados pelo transporte de mercadorias de exportação e importação entre os dois países.

Procurava-se corrigir uma situação altamente desvantajosa para o Brasil; sendo a Polônia um país socialista, as suas importações resultam de compras feitas por um órgão central de compras, subordinado ao governo. Esse órgão de compra determinava, naturalmente, que os embarques dos produtos importados do Brasil fossem feitos exclusivamente em navios de bandeira polonesa, o que tornava impossível a participação da bandeira brasileira, por exemplo, nos transportes de café vendido à Polônia. Não havendo possibilidade de obter cargas do Brasil para a Polônia, era econômicamente inviável que os navios de bandeira brasileira freqüentassem portos poloneses para o embarque de carga de importação para o Brasil, as quais, em sua maioria, constituem cargas vinculadas, isto é, condicionais ao embarque obrigatório em navios de bandeira brasileira.

Perdia-se assim também essa carga, sendo forçados a liberá-la para navios poloneses e outros, em virtude da inviabilidade acima citada, de colocar navios em portos poloneses, com carga sómente em uma direção.

Em junho do corrente ano, uma Delegação Brasileira, composta de elementos da Comissão de Marinha Mercante e do Ministério das Relações Exteriores, foi a Varsóvia, onde, após uma semana de negociações, obteve a elaboração e assinatura de um Acordo de Transporte Marítimo entre o Governo Polonês e o Governo Brasileiro, segundo o qual, o transporte das cargas geradas pelo comércio exterior entre ambos os países seria rateado equitativamente entre os armadores das duas bandeiras nacionais, sem exclusão de terceira bandeira.

Presentemente, representantes de armadores brasileiros e poloneses, autorizados pelos respectivos governos para operar no tráfego Brasil-Polônia, se acham reunidos em Varsóvia, negociando os detalhes técnicos e comerciais para a efetiva implementação desse acordo.

O Acordo, que por hora funciona em caráter administrativo, aguarda ainda a troca dos competentes instrumentos de ratificação entre os dois governos.

b.4. Participação de armadores nacionais

Integrando o armador privado na participação da bandeira brasileira, na navegação de longo curso, foram financiados 12 liners a companhias particulares e outros 12 à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Paralelamente à ampliação da frota mercante, foram concedidas linhas de navegação de longo curso, cobrindo as seguintes regiões:

Antilhas, Gólfio do México, costa leste dos Estados Unidos e Canadá, costa norte-americana e sul-americana do Pacífico, portos do Oriente, Mediterrâneo, Adriático, Mar Negro, portos europeus do Atlântico, Mar do Norte e Báltico, Japão, Malásia e África do Sul.

Expansão da frota e concessão de linhas atestam a atuação governamental, coerente e efetiva, para aumentar a participação da bandeira brasileira na navegação de longo curso.

É de assinalar que, evitando competição entre armadores da bandeira brasileira, a concessão de linhas obedece a rígidos critérios e, sempre que possível, são feitas em convênio com o Lloyd Brasileiro e progressivamente com a ampliação do mercado.

b.5. *Linhas concedidas*

Foram concedidas, em 1967, as seguintes linhas de navegação de longo curso, em complemento às concessões anteriores:

— Santos, Buenos Aires, Montevidéu, Costa Brasileira, La Guaira, Vera Cruz, Tampico, Los Angeles, São Francisco, Vancouver, portos do Oriente, e Rio, Santos, Buenos Aires, Capetown, Durban, Japão, às empresas consorciadas: Companhia de Navegação e Comércio Pan-Americana e Navegação Costalina S.A.;

— Iquitos, Manaus, Belém, Philadelphia, New York; Iquitos Gólfio do México, e Rio da Prata, Belém, costa leste dos Estados Unidos, Canadá, à Companhia de Navegação Marítima Netumar;

— Rio da Prata, São Luís, portos europeus do Atlântico, Mar do Norte e Báltico, à Empresa de Navegação Aliança S.A.;

— Rio da Prata, São Luís, Gólfio do México, à Navegação Mercantil S.A.;

— Rio da Prata, Mediterrâneo, Adriático e Mar Negro, à Companhia Paulista de Comércio Marítimo;

— Costa do Pacífico, Costa Rica, Honduras, Guatemala, México e Costa Ocidental dos Estados Unidos, à Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

b.6. Com a nova política de fretes, o Lloyd, que jamais havia conseguido ultrapassar 16% do café exportado para os Estados Unidos, no segundo semestre de 1967 conseguiu atingir a casa dos 60%, apresentando, em 1967, um superavit de NCr\$ 6 milhões!

6.5. *Indústria Naval*

a. *Diretrizes:*

- a.1. Expansão da frota nacional de longo curso.
- a.2. Expansão da frota nacional de cabotagem.
- a.3. Expansão da frota de embarcações adequadas à navegação fluvial.

b. *Obras em execução:*

A Indústria Naval é setor subsidiário dos Transportes, merecendo do Governo a maior atenção. A Comissão de Marinha Mercante, atuando como agente financeiro, possibilitou a colocação de vultosas encomendas, garantindo aos estaleiros nacionais a continuidade do trabalho.

A Indústria Naval constituía um setor crítico do nosso parque industrial. Para solucionar essa crise, resolveu o Governo restaurar os recursos do Fundo da Marinha Mercante, através das verbas que destinou ao Fundo de Refinanciamento da Marinha Mercante, e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma nova *Política de Fretes* baseada na maior participação dos armadores brasileiros, oficiais e privados, nas Linhas de Longo Curso. Dentro desse binômio, o Governo ampliou esse mercado e criou para os armadores maiores oportunidades, encorajando-os a encomendar navios em nossos estaleiros para fazer frente ao aumento da demanda de praça (a concessão de linhas ficaria condicionada à encomenda de navios em estaleiros nacionais). Paralelamente, o incentivo à navegação interior e à cabotagem assegurou grandes encomendas aos estaleiros, acrescidas, ainda, pela necessidade de renovar nossa frota e de dispensar, progressivamente, os afretamentos de navios estrangeiros.

b.1. *Encomendas em execução:*

— Navios frigoríficos	4
— Navios de carga (6.500 ton)	4
— Graneleiros de 25.000 ton	2
— Navios de carga (3.040 ton)	8
— Navios graneleiros (18.000 ton)	3
— Barcaças para transporte de sal	9
— Graneleiros sólidos para transporte de sal	5
— Navios tanques para óleos vegetais (2.500 ton)	3

Bacia do Prata

— Chatas	11
— Rebocadores empurreadores	1

Bacia do São Francisco

— Chatas	28
— Rebocadores	6
— Navios de passageiros	2

Bacia Amazônica

Em fase final, o estudo para a escolha de embarcações-tipo.

Encomendas a executar:

- 24 navios de 12.000 ton
- 11 navios de 5.000 ton

b. 2. Encomendas a executar

Ao programa em execução nos estaleiros nacionais foram acrescentadas encomendas no exterior para complementar as necessidades mais imediatas da Frota Mercante Nacional. Dêsse modo estão sendo encomendados:

Para a Petrobrás (na Dinamarca)	
— navios-tanque de 115.000 TDW cada um	2
Para a Vale do Rio Doce (no Japão)	
— navios mistos de 105.000 TDW cada um	2
Para o Longo Curso (na Polônia)	
— navios de carga de 12.000 TDW cada um	10

Em dezembro de 1967, a Tonelagem da nossa Marinha Mercante era de 817.000 TDW. Com a execução do atual programa, ao término do atual governo será duplicada a tonelagem, mesmo considerando a baixa de navios por obsoletos e por outras causas.

— O convênio com o BNDE, de NCr\$ 100 milhões, permitindo ampliar ainda mais a nossa frota de graneleiros.

— O programa em execução representa, praticamente, a duplicação da tonelagem existente, no início dêste Governo.

6.6. Rodovias*a. Diretrizes:*

O objetivo governamental é, dentro de uma concepção unificada do sistema rodoviário nacional, desenvolvê-lo em condições de custos mais baixos de manutenção e implantação de sua infra-estrutura. As diretrizes principais do setor são:

a.1. Concepção unificada do sistema rodoviário nacional para efeito de planejamento e execução de obras, com delegação de execução e manutenção das rodovias — embora limitada aos órgãos comprovadamente habilitados ao desempenho da delegação — a fim de reduzir as atividades executivas dos órgãos centrais.

a.2. Aceleração de um programa de rodovias prioritárias, no tocante à construção ou pavimentação mediante concentração de recursos que permita ampliar rapidamente a capacidade de atendimento do sistema.

a.3. Aperfeiçoamento do sistema atual de execução de obras, com o objetivo de melhoria de qualidade e redução de custos.

a.4. Revisão e implementação dos Planos Diretores já formulados e elaboração dos relacionados a áreas não abrangidas pelos primeiros.

a.5. Reformulação do sistema atual de tributação ao usuário das rodovias.

b. *Obras em execução:*

O esforço do Governo, no setor rodoviário, é de construir e pavimentar estradas de significação econômica e aquelas que conquistarão o interior do País, procurando alcançar, no quadriênio 1967/1970, 12.000 km de implantação e 8.000 km de pavimentação, dos quais, respectivamente, 2.000 km e 1.500 km já foram executados até dezembro de 1967. Isto equivale a dizer que, nesses quatro anos, a pavimentação de rodovias atingirá quilometragem correspondente a 60% da rede federal existente, que era de 14.000 km no inicio deste Governo.

Em 1967, foi concluída a duplicação da Rodovia Presidente Dutra, feito expressivo da engenharia brasileira, que exigiu a maior concentração de máquinas rodoviárias jamais vistas no País. Várias ligações rodoviárias da maior significação estão sendo entregues ao tráfego, tais como Muriaé—Campos e Rio Casca—Realeza, em Minas Gerais; Osório—Tôrres, no Rio Grande do Sul; Paranaguá—Curitiba, no Paraná e Russas—Jaguaribe, no Ceará.

Vários empreendimentos do vulto da duplicação da via Dutra estão sendo realizados, inclusive, com a colaboração preciosa do Exército, através da Diretoria de Vias de Transporte, em ritmo acelerado, em todo o País, devendo ser entregues ao tráfego no decorrer deste Governo que, para tanto, já vem aplicando investimentos de grande vulto. Entre elas destacam-se:

b.1. *Grandes Longitudinais:*

— Litorânea do Sul, ligando Pôrto Alegre—Florianópolis—Curitiba.

— Litorânea do Nordeste, conectando todas as capitais de Salvador a Natal, nela incluída a ponte rodoviária de Propriá—Colégio, sobre o São Francisco.

— Transnordestina, ligando Fortaleza a Feira de Santana, que atravessa regiões em franco desenvolvimento no Ceará, Pernambuco e norte da Bahia.

— Implantação dos trechos Pôrto Velho—Manaus e Manaus—Boa Vista, na região amazônica.

b.2. Grandes Transversais:

- Transversal pavimentada de João Pessoa a Cajazeira, na Paraíba, para encontrar a transnordestina que liga Fortaleza a Feira de Santana.
- Transversal de Pernambuco, ligando Recife a Salgueiro e permitindo a continuidade asfáltica até Petrolina e Feira de Santana.
- Transversal Vitória—Belo Horizonte—Triângulo Mineiro, uma das mais importantes, de vez que integrará as regiões de produção agropecuária e siderúrgica do Estado de Minas Gerais ao litoral e permitirá o tráfego rodoviário desde Vitória até a fronteira do Pará, passando por Corumbá e Pôrto Velho.
- Transversal de Santa Catarina, que será concluída neste Governo, assegurando ligação de Lajes a São Miguel do Oeste.
- Transversal do Paraná, ligando Paranaguá à Foz do Iguaçu, cuja pavimentação deverá, em março de 1969, alcançar a fronteira do Paraguai e proporcionar àquele país a utilização ampla do Pôrto de Paranaguá.
- Transversal Pôrto Alegre—Uruguaiana, cuja pavimentação já alcançando São Gabriel, deverá atingir Uruguaiana, neste Governo, com conclusão da ponte sobre o rio Santa Maria, de 1.800 m.
- Transversal Pôrto Epitácio—Rio Brilhante—Campo Grande, servindo à fértil região do sul do Mato Grosso, integrando-a à transversal já pavimentada no Estado de São Paulo.

b.3. Grandes Diagonais:

- Ainda em 1968, o Acre deverá ser atingido pela ligação Culabá—Pôrto Velho—Rio Branco, em demanda das fronteiras do Peru e Bolívia, pela rodovia em fase final de construção, ligando Xapuri—Brasília—Assis Brasil.
- Belém—São Luis—Teresina—Picos—Petrolina, integrando a região Norte a Feira de Santana e, por conseguinte, aos maiores pólos econômicos do País.

Inúmeros outros trechos estão sendo construídos e pavimentados, os quais, embora representem ligações menores, não são de menor significação, de vez que completam o sistema rodoviário, integrando-o às outras modalidades de transportes do país, através de terminais portuários, marítimos, fluviais e ferroviários e conectando-o aos sistemas dos países vizinhos.

Merce, ainda, certo destaque o convênio com o BNDE, de NCr\$ 60 milhões para a construção de estradas vicinais, bem como a percentagem de 10% sobre os seguros obrigatórios de veículos fora de segurança de tráfego. Cumpre, também, uma menção especial ao Instituto Brasileiro do Café pela colaboração em obras rodoviárias nas zonas de erradicação do café e do IBRA, nas zonas de colonização, bem como ressaltar o entrosamento com os organismos regionais, tais como a SUDENE e SUDAM.

6.7. Ferrovias

a. *Diretrizes:*

As ferrovias brasileiras sofreram uma deterioração física e financeira com profundos reflexos negativos, de ordem psicológica e administrativa. A fim de modernizar e colocar em bases eficientes de operação o sistema ferroviário nacional, promover-se-á:

a.1. Participação dos setores interessados no financiamento dos programas ferroviários.

a.2. Correção das distorções resultantes de subsídios que esse setor seja obrigado a conceder a outros.

a.3. Consolidação das ferrovias brasileiras em um sistema único, com estruturação do tipo empresarial.

a.4. Descentralização executiva através da criação de Superintendências Regionais.

a.5. Reformulação da política comercial das ferrovias, de maneira a permitir maior flexibilidade e agressividade no mercado de serviços de transportes.

a.6. Extinção de linhas e trechos comprovadamente antieconômicos, depois de considerados os demais aspectos envolvidos.

a.7. Disciplina na aplicação de recursos, adotando-se critérios adequados na determinação das prioridades.

b. *Obras em execução:*

A par dos investimentos indispensáveis, o sistema ferroviário brasileiro exige profundas reformas em sua infra-estrutura, eliminando distorções que desfiguram sua imagem.

Meio de transporte indispensável num país de dimensões continentais, a ferrovia ressente-se ainda do cerceamento que sofreu seu processo evolutivo, em decorrência da carência de recursos de investimentos e do consequente círculo vicioso criado: deficiência de operação e impossibilidade de renovação.

O Ministério dos Transportes está empenhado em mudar esse estado de coisas; com investimentos possibilitará a desejada renovação do sistema e exigirá, em etapas correspondentes, resultados de exploração compatíveis.

Assim as ferrovias se apresentarão ao mercado de transporte em condição competitiva, sem obrigações protecionistas, mercê de uma atuação eficiente, do aprimoramento de sua operação e redução dos seus custos.

b.1. *Medidas Administrativas*

Entre as medidas implantadas, ou em andamento, com conclusão prevista para este período do Governo, destacam-se:

- Fusão das 13 atuais Unidades de Operação da Rede Ferroviária Federal S.A., em apenas 4 sistemas regionais, permitindo maior flexibilidade operacional.
- Aprimoramento dos métodos de operação e da contabilidade, possibilitando saneamento de custo e um real dimensionamento do deficit, hoje distorcido por encargos alheios aos interesses da ferrovia.
- Racionalização de todas as atividades administrativas e as consequentes modificações de rotinas impostas por um integrado sistema eletrônico de processamento de dados.
- Adoção de política comercial agressiva, conduzida em termos de flexibilidade tarifária, implantação de modernos métodos de transporte (tais como cofres de carga), conjugação estreita com o sistema marítimo e rodoviário e intercâmbio com ferrovias latino-americanas.
- Dimensionamento dos quadros de pessoal às reais necessidades empresariais e equiparação funcional do pessoal cedido e trabalhista que atua no campo ferroviário.
- Integração N-S do sistema ferroviário, antes obstada pelo rio São Francisco, e agora possibilitada pelo "ferry-boat" entre Propriá e Colégio.
- Remodelação da via permanente, nas linhas de maior densidade de tráfego, reaparelhamento de pátios e terminais, visando a maiores velocidades, melhor rotação de vagões e aproveitamento das locomotivas.
- Supressão de linhas e estações cuja operação não se justifique.
- Substituição de equipamentos obsoletos como tração a vapor.
- Concentração de recursos em investimentos de comprovada rentabilidade, evitando sua pulverização.

b.2. *Reequipamento e Melhoramento*

Entendemos que política ferroviária deve ser mais no sentido do reequipamento e melhoramento das linhas existentes do que de expansão do sistema.

Dentro dessa orientação, está em andamento:

- A construção de variantes no eixo Rio-São Paulo de modo a reduzir o percurso entre esses dois centros e dali a condições técnicas de operação em maiores velocidades (percurso em trens de passageiros realizado em 5 horas) a ser concluído na atual administração.

- A construção de variantes no trecho Lins-Araçatuba, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.
- A construção das variantes de Santa Maria-Canabarro, na VFRGS, de Tubarão, na EFDTC e de Aracoiaaba, na RFC.
- O alargamento de bitola nos trechos Engenheiro Moreira-Costa Barros e General Carneiro-Sete Lagoas na EFCB.
- A unificação e remodelação das linhas do subúrbio do Rio, com eletrificação e alargamento da bitola do trecho que serve Duque de Caxias.
- A construção da segunda linha de claros no oleoduto da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.
- A construção do oleoduto de Belo Horizonte para carregamento de vagões-tanque.
- A implantação do sistema de telecomunicações que integra toda a RFFSA, através de instalações de fonia e tele-impressores.
- A montagem da sinalização de controle centralizado CTC, nos trechos Mogi das Cruzes-Sebastião Gualberto, Bangu-Matadouro e Conselheiro Lafaiete-Barreiros, na EFCB.
- A eletrificação e mudança do sistema de tração da Serra do Mar, na EFSJ.
- Aquisição de equipamentos para substituição gradativa do material rodante, de tração e sinalização.

Como exemplificação dos resultados dessa política, a RFFSA sómente no primeiro quadrimestre deste ano apresentou os seguintes resultados:

- Aumentou o trabalho produzido (tkm-úteis de carga) de 20% em relação a igual período do ano anterior (note-se que o crescimento médio anual no primeiro decênio da empresa foi de 3,5% e que o máximo anual foi de 10% em 1959).
- Estabeleceu novo recorde, na EFCB, com a circulação diária de 524 trens de subúrbio, que transportaram 530.000 usuários por dia, na área do Rio de Janeiro.
- Diminuiu seu pessoal em 2.500 empregados.
- Suspendeu o tráfego em 300 km de ramais.
- Aumentou sua receita em 30% e sua despesa em 18%, em relação a quadrimestre correspondente de 1967.
- Equacionou um plano trienal de investimento, mínimo, de NCR\$ 1 bilhão.

b.3. Extensão de Linhas

Alguns empreendimentos estão em andamento, visando à extensão de linhas:

— Tronco Principal Sul

Com investimentos da ordem de NCr\$ 120 milhões, no triênio 1968/1970, prosseguem as obras integrantes deste projeto. Devem ser destacados os seguintes trechos:

— Pires do Rio-Brasília

Em abril deste ano, conforme previsto, o primeiro trem de carga chegou a Brasília, inicialmente com uma freqüência semanal, até a consolidação da linha e, a partir do segundo semestre, com maior dinamização.

— Itapeva-Ponta Grossa

Trecho do Tronco Principal Sul, cortando os Estados de São Paulo e Paraná, com 203 km de extensão. Término previsto para 1970.

— Ponta Grossa-Engenheiro Bley

Trecho do Tronco Principal Sul com 87 km de extensão no Estado do Paraná.

— Lages-Roca Sales

Trecho do Tronco Principal Sul com 296 km de extensão, cortando os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

— Roca Sales-Montenegro

Início do Tronco Sul, que entronca com a L-35 na estação de Roca Sales.

— Araguari-Uberlândia

Trecho constante do Tronco Principal do Sul, com 55 km de extensão no Estado de Minas Gerais, estando prevista sua conclusão no ano de 1971.

— Trecho Água Boa-Clanorte

Trecho com 70 km de extensão, ligando a zona agrícola no Norte do Paraná.

— Trecho Jundiapeba-Ribeirão Pires

Ligaçāo da EFCB com a EFSJ. Trecho componente do anel ferroviário da cidade de São Paulo, sendo sua finalidade imediata servir à COSIPA.

— Trecho Teresina-Altos-Crateús

Componente do Tronco Circular do Nordeste, com uma extensão de 238 km.

— Trecho Cruz das Almas-Santo Antônio de Jesus

Ligaçāo da VFLB ao Pôrto de São Roque, com extensāo de 61 km no Estado da Bahia.

— Trecho Campinho-Ubaitaba-Jequié

Ligaçāo com 215 km de extensāo no Estado da Bahia, destinada a servir o Pôrto de Campinho.

— Trecho Japeri-Terminal Marítimo de Santa Cruz

Variante com 40 km destinada a atender à COSIGUA e portos em estudos na Baía de Sepetiba.

— Trecho Roca Sales-Passo Fundo

Trecho com 168 km no Rio Grande do Sul.

— Variante do Pôrto de Itaqui

Variante com 20 km no Estado do Maranhāo, destinada a servir o pôrto de Itaqui e obras complementares.

7. NOVOS PROJETOS

Em adiāo a estas obras que vêm sendo executadas pelo Ministério dos Transportes, programam-se novos projetos, com vistas aos objetivos básicos da integração das diversas modalidades de transportes; da colonização dos vazios demográficos; do acesso às nossas faixas de fronteira; da utilização de nossa extensa rēde hidrográfica do abastecimento aos nossos portos, distribuídos ao longo do extenso litoral brasileiro.

7.1. Projeto do São Francisco

Como exemplo das enormes vantagens advindas da integração das diversas modalidades de transporte, citaríamos o plano que programamos executar para utilização do Rio São Francisco como elemento de ligação entre as rēdes rodoviária e ferroviária do Centro Sul e do Nordeste do Brasil.

O projeto tira partido da navegabilidade do rio, entre Pirapora, e Juazeiro; prevé a construção dos portos nestes dois pontos terminais aos quais se vinculariam as ligações ferroviárias de Salvador a Petrolina e de Corinto a Pirapora, bem como a construção e pavimentação dos trechos rodoviários de Picos a Petrolina e Pirapora a Cancelhos. Dois feixes rodoviários provindos dos pólos econômicos do Nordeste e do Centro-Sul, estarão convergindo para os portos de Pirapora e Petrolina, possibilitando a utilização do transporte fluvial ao longo de extenso trecho navegável do São Francisco. Canalizando os produtos agropecuários de São Paulo e das férteis regiões mineiras do Triângulo e Alto do Paraíba para os centros consumidores do Nordeste e transportanto sal e gesso no sentido Norte-Sul, o projeto apresenta notável sentido econômico e produz mais um elo para a integração político-administrativa do País.

7.2. Planejamento de Transporte para a Amazônia

O desafio nacional da nossa época é a ocupação, em termos populacionais, da região norte brasileira. Esta vasta zona de superfície equivalente ao dobro da dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, que têm juntos 2.035.841 km², representa com seus 4.196.280 km², 49,47% da superfície do Brasil; sua população de 2.681.782 habitantes (3,83% da população nacional, que é de 70.967.185 habitantes), é acha-se concentrada em cerca de 25 cidades com mais de 25.000 habitantes.

A vida econômica é polarizada por Belém (402.170 habitantes) e por São Paulo, ao Sul, como se vê nos mapas, deixando uma vastíssima região transformada em verdadeiro vácuo econômico (área, aproximada de 750.000 km², equivale à superfície de Goiás).

ACEITANDO o desafio, o Governo Federal pretende superar o problema. A contribuição do Ministério dos Transportes far-se-á por três formas:

- Estradas de Colonização;
- Navegabilidade permanente em um sistema fluvial; e
- Incentivo ao uso de embarcações adequadas ao meio.

As "Estradas de Colonização" serão rodovias de primeira abertura, lançadas com projetos para execução por etapas, tendo inicialmente plataforma reduzida e acompanhando a conformação do terreno, dotadas, no entanto, de completo sistema de drenagem e revestimento adequado, de forma a permitirem tráfego permanente.

A navegabilidade da rede hidrográfica amazônica se manteria entre:

- Belém e Marabá (PA), pelo rio Tocantins;
- Belém e Altamiro (PA), pelo rio Xingu;
- Santarém e Itaituba (PA), pelo rio Tapajós;
- Manaus, Barcelos e Boa Vista, pelos Negro e Branco;
- Manaus, Humaitá e Pôrto Velho, pelo rio Madeira;
- Manaus, Labrea e Rio Branco, pelos rios Purus e Acre;
- Manaus, Tefé, Cruzeiro do Sul, pelo rio Juruá;
- Belém, Manaus, Tefé e Benjamim Constant, pelo rio Amazonas.

Os incentivos a navegação seriam dirigidos à montagem de estaleiros para construção de chatas de calados convenientes e introdução de empurreadores de uso adequado ao Rio Amazonas e seus afluentes.

Minério, madeira, borracha, castanha e outros produtos agropecuários decorrentes da implantação de núcleos de colonização, se conduzidos pelo uso destas chatas, poderão chegar aos portos do País e aos centros consumidores, de modo a competir no Mercado com o fluxo das produções de outras regiões.

7.3. A Rodovia Pan-Americana

O Ministério dos Transportes introduz, no sistema rodoviário do País, a chamada Rodovia Pan-Americana, com a finalidade de:

- ligar, no sentido leste-oeste, o nordeste brasileiro à Região Amazônica;
- servir de conexão entre os terminais dos trechos navegáveis dos afluentes do Amazonas;
- acompanhar a linha de transição entre o Planalto Central e a planície Amazônica e a linha da zona de influência do rio Amazonas;
- servir como nova ligação internacional, partindo esta do nordeste brasileiro até encontrar a rodovia Marginal da Selva, no Peru.

Em continuação às estradas BR-232 e BR-230, que nascem em Recife e João Pessoa e já se encontram abertas até a Belém-Brasília, esta diretriz rodoviária partiria de Araguaína no Estado de Goiás, em direção a São Félix do Xingu, para, em seguida, alcançar o pôrto de Itaituba, no rio Tapajós. Com a construção deste trecho, seria constituído um anel de conexão alcançando uma área polarizada por Santarém (na confluência do Tapajós), por Belém (o grande polo da região) e Marabá, pôrto do Tocantins. A colonização desta área seria motivada pelas férteis terras de Itaituba (possibilitando o extrativismo vegetal: borracha, castanha, madeiras, etc.) e pela extração mineral do manganês, sal-gema e carvão, em Marabá, além de culturas diversas em todo o Sul do Pará.

De Itaituba, a diretriz rodoviária seguiria ao longo do Tapajós até Jacareacanga, de onde partiria para encontrar o trecho, já construído, ligando Humaitá e Lábrea, entre os rios Purus e Madeira.

Além de Lábrea, o tronco rodoviário cortaria o rio Juruá em Elrunapé e alcançaria o rio Javari, em Elvira, na fronteira do Peru.

Com a primeira abertura desta rodovia, com características técnicas reduzidas, obras de arte de madeira nos pequenos rios e balsas nos maiores afluentes, estará sendo integrado o transporte terrestre e fluvial na Amazônia e terá sido criada propícia área de colonização entre o rio Amazonas e a rodovia que corre ao longo da linha limítrofe de sua zona de influência e corta os seus afluentes navegáveis. Avançando de leste para oeste, entre a chapada e a planície, a rodovia conduzirá o homem nordestino para o ocidente amazônico. O vazio demográfico do País, dotado de áreas favoráveis ao extrativismo vegetal e mineral, estará ligado à região do Nordeste, onde a concentração populacional é das mais elevadas do Brasil.

Dentro da mesma ordem de idéias seria lançada no plano rodoviário nacional a estrada limítrofe da zona norte, de influência do rio Amazonas, conectando os terminais dos trechos navegáveis, em Maura, no rio Negro, Porteira, no rio Trombetas, Alaçaranduba, no rio Jari, e Macapá.

8. A PROBLEMÁTICA DA AMÉRICA LATINA

Exportadores de produtos primários, com indústria em fase de instalação e geralmente incipiente, de economia extrativa, sem mercado interno apreciável, os países latino-americanos dependem do comércio exterior, tanto para a colocação de seus produtos como para a compra de alimentos e bens industrializados. Muitas são as forças de inércia que tolhem estes países na arrancada desenvolvimentista e muito precisa ser feito para saírem da impotência econômica. A ausência da infra-estrutura capaz de suportar grandes empreendimentos, a coexistência de extensas áreas marginalizadas no processo sócio-econômico, de densidade populacional inferior a um habitante por quilômetro quadrado, e grandes cidades igualadas aos maiores centros culturais da Europa e dos Estados Unidos, florescendo em regiões de elevado índice demográfico como verdadeiras ilhas de desenvolvimento, praticamente desligadas entre si, geram problemas de tratamento delicado e representam alguns dos entraves ao desenvolvimento.

Dentre os investimentos básicos mais urgentes, destaca-se o setor dos transportes, na regularização de cursos de água, na consolidação da navegação costeira, em aeroportos, na melhoria de ferrovias e na implantação de rodovias pioneiras que levem a civilização aos rincões mais afastados do Continente, incorporando terras para a lavoura; permitindo a exploração de grandes jazidas de petróleo, ferro, carvão, manganês e outros minérios; criando cidades e oportunidades de emprêgo; gerando mercado consumidor; contribuindo, enfim, com altíssima parcela na formação da riqueza de cada País.

Este é o sentido da Rodovia Marginal da Selva e é também o sentido que o Ministério dos Transportes deseja imprimir às vias projetadas e em execução para interligação do Brasil com os países vizinhos.

O nosso sistema ferroviário estará harmonizado com as linhas-tronco da Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai para abastecimento dos portos de Paranaguá, Pôrto Alegre e Rio Grande.

Promovem-se ligações rodoviárias com o Uruguai e a Argentina no Rio Grande do Sul, tais como: Quinta-Chui, Pelotas-Jaguarão, Rosário-Livramento e Alegrete-Uruguaiana.

A BR-277 produz a ligação do Paraguai com o pôrto fluvial de Foz de Iguaçu e o pôrto de Paranaguá, na Costa do Brasil.

Finalmente, a Brasília-Acre, a ligação Manaus-Caracarai-Boa Vista e a projetada Pan-Amazônica integrarão o sistema rodoviário brasileiro ao pan-americano.

O grande obstáculo para o acesso à Costa do Pacífico, constituído pela Cordilheira dos Andes; a conformação do relevo, dirigindo os rios para o litoral Atlântico e a Costa Brasileira, configuraram a situação favorável do Brasil no contexto Sul-Americano, através da crescente solicitação do nosso Sistema Viário e Portuário.

9. CONCLUSÃO

9.1. Temos, assim, apresentado aos Senhores a problemática dos transportes no Brasil.

A característica fundamental, seja no planejamento, seja na execução, tem sido a de dar continuidade aos trabalhos em curso no âmbito do Ministério dos Transportes, introduzindo-se as correções necessárias a fim de ajustar o programa à conjuntura.

No Governo do Ilustre Marechal Castello Branco, coube ao então Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora, a difícil tarefa de iniciar as modificações de métodos e objetivos modificando as legislações e estruturas que regem os diversos setores de transporte, cabendo agora a nós continuar aquele trabalho, dando ênfase ao Homem, procurando com a incentivação dos investimentos criar novas fontes de trabalho, geradoras do bem-estar social e elevação do padrão de vida do nosso povo, ativando a marcha para o desenvolvimento cada vez maior da Nação.

9.2. Do que acabamos de expor, podemos concluir:

- a. No setor rodoviário, serão implantados cerca de 12.000 km e pavimentados 8.000 km, o que equivale a dizer que a extensão pavimentada, será elevada de 60%.
- b. No setor ferroviário, devemos realizar a reorganização administrativa e operacional do sistema, a remodelação da linha permanente nos trechos de maior densidade de tráfego, reaparelhamento das terminais, a construção de variantes e extensão de linhas de reconhecida necessidade.
- c. No setor de portos, a maior preocupação tem sido a de elevar a produtividade, reduzir os custos e tornar mais dinâmica a atividade dos portos organizados, particularmente com a construção de terminais de alta capacidade para granéis e através do reequipamento de todos os portos.
- d. No setor da navegação interior nossos trabalhos visam a realizar completo levantamento do potencial de transporte de carga e/ou passageiros nas principais bacias, tendo em vista a formulação de um Plano Nacional de Navegação Interior. Simultaneamente, algumas obras marcantes já estão sendo realizadas, entre as quais destacamos:

- Barragem do Anel de D. Marcos
- Eclusas de Boa Esperança
- Canalização do rio Tietê
- Barragem de Três Irmãos

e. No setor da **navegação de cabotagem**, o que se objetiva é o estabelecimento de um conjunto de linhas regulares ao longo da costa, com frequência conveniente, de maneira a transportar, pelo custo mínimo a carga prevista. Dois empreendimentos merecem destaque especial:

- Estabelecimento da Linha de Integração Nacional
- Organização da LIBRA (Linhas Brasileiras de Navegação).

f. No setor da **navegação de longo curso**, o objetivo a atingir consubstancia-se na maior participação da bandeira nacional. Fatos concretos dessa meta podem ser apresentados como já realizados:

- Recíprocidade no tráfego Brasil-Escandinávia
- Acordo de navegação Brasil-Polônia
- Acordo de navegação Brasil-Estados Unidos
- Participação de armadores privados em associação com o Lloyd Brasileiro.

g. No setor da **construção naval**, o que se objetiva é a expansão das frotas nacionais de longo curso e de cabotagem, assim como da frota de embarcações adequadas à navegação fluvial. Em julho de 1968 temos 82 embarcações em construção nos estaleiros nacionais e 14 em estaleiros estrangeiros, perfazendo um total de 1.079.435 TDW.

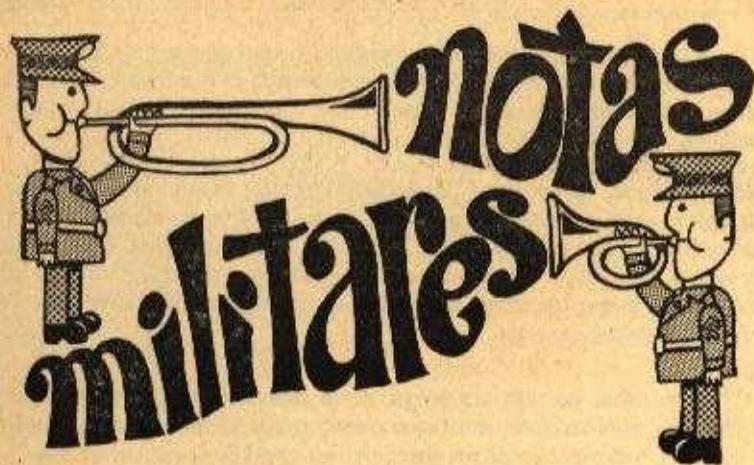
10. PALAVRAS FINAIS

Se há necessidade de que façamos uma síntese dos sentimentos que nosso manuseio direto de problemas brasileiros nos tem dado, no pôsto com que o Senhor Presidente da República nos honrou, escoheríamos uma palavra para defini-la: **Entusiasmo**. Pois é com entusiasmo que procuramos resolver esses problemas, certos de que, sobre a objetividade de cada planejamento e de cada obra, urge que ergamos um espírito de confiança e de fé, um impulso de otimismo e de alegria, a fim de que possamos fazer o Brasil caminhar para o futuro, sob a égide da Revolução da Dignidade iniciada neste País em 31 de março de 1964 e de que o Marechal Costa e Silva é símbolo e penhor, chefe e líder. Com o entusiasmo de um Brasil novo, não temos por que temer o futuro. Com o progresso de um Brasil forte, seremos em breve a potência mundial que temos a capacidade de ser. Com o otimismo de um Brasil feliz, teremos força para enfrentar as dificuldades de cada fase de nosso avanço.

Com esta mensagem de confiança no trabalho que o Brasil vem realizando para iniciar sua arrancada rumo ao progresso social e à conquista das novas tecnologias, agradeço a atenção que me dispensaram e sou grato pela oportunidade, que me concederam, de tecer considerações sobre aspectos importantes da Pátria de todos nós.

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.



notas militares

MOBILIZAÇÃO

Ten Cel Inf QEMA
HELIO AUGUSTO CANONGIA

O Exército Brasileiro, para a organização da FEB, se defrontou com inúmeros problemas relativos à Mobilização. Naquela época, o Exército, em particular, não se encontrava capacitado a realizar uma mobilização eficiente e imediata, isto é, não havia a "Mística da Mobilização". Houve, por isso, dificuldade em se preparar uma FÓRÇA capaz de suportar não só as condições climáticas do TO, como também, e, principalmente, de enfrentar um inimigo que, apesar de se encontrar na defensiva, possuía grande valor combativo. Inúmeros ensinamentos foram tirados daquela fase de mobilização. Inúmeros relatórios foram feitos, mostrando os obstáculos que tiveram de ser vencidos e sugerindo modificações no processamento da mobilização.

Hoje, porém, as coisas mudaram. Uma nova mentalidade, particularmente no Exército surgiu e a Mobilização não está mais relegada a plano secundário. Tornou-se preocupação constante do Estado-Maior do Exército e dos escalões regionais, bem como das Unidades. Nasceu a Mística da Mobilização. A atual conjuntura mundial impõe o aperfeiçoamento e a prática de exercícios de mobilização. O Brasil já foi chamado a contribuir para a manutenção da paz e para o equilíbrio democrático em algumas oportunidades.

É preciso, pois, melhorarmos os nossos métodos, para que possamos, realmente, atender a uma "ordem de mobilização" com presteza e eficiência.

O Brasil é o fiel da balança democrática no Continente Sul-Americano, daí a necessidade do fortalecimento da "Mística da Mobiliza-

ção". Apesar de sermos um povo pacífico e não termos ambições territoriais, somos liberais, de grande sentimento democrático e não toleramos, por isso mesmo, o regime, em que o homem vive para o Estado.

Por se tratar de assunto ligado à Segurança Nacional, não caberia aqui, entrar em considerações que exigem estudos e sugestões de caráter sigiloso. Apenas procurarei salientar a importância do preparo psicológico do reservista para atendimento a um chamado de sua classe, assim como algumas sugestões que são úteis em quaisquer situações à vida da caserna.

O Reservista, de um modo geral, é um homem completamente desligado de seus deveres militares para com a Pátria. Isso se verifica por falta de instrução militar anterior, ou motivação anterior, do que propriamente por falta de civismo. Cabe-nos, portanto, motivar o conscrito, instrui-lo de tal forma que aceite perfeitamente e sem restrição, qualquer chamado à caserna, incluindo as chamadas que dizem respeito a exercícios de mobilização. Esse trabalho de motivação pode ser feito, inclusive, através de frases em alojamentos, ranchos e salas de instrução, tais como:

- "Não basta ser um bom soldado. Seja também um bom reservista".
- "O Exército precisa de bons soldados e bons reservistas".

Uma forma para melhorar o contato com o reservista, de modo a se manter em dia o seu endereço, seria através da imprensa. Se todos os jornais fôssem obrigados a manter, diariamente, um pequeno espaço a ser recortado com os seguintes dizeres:

ATENÇÃO RESERVISTA

(escreva neste recorte)

- Nome
- Enderêco
- Classe
- Profissão
- Cursos que possui

(corte-o e remeta-o para a Unidade onde serviu)

O controle seria mais eficiente e o contato com o reservista imediato.

Nunca é demais frisar que toda a Unidade deve estar motivada para a Mobilização. A Unidade passou a ter necessidade de completa compreensão do problema. O planejamento passou a ser amplo e complexo, havendo necessidade de coordenação e prática. ISRAEL mobilizou 10% do total da população em 6 dias, enquanto os ARABES, somente mobilizaram 1% e por isso, as Forças em combate, de ambos os lados, foram, praticamente, as mesmas. A Mobilização é um assunto da mais alta importância nos dias atuais. Do soldado ao General todos têm uma parcela de responsabilidade na Mobilização, razão por que deve ser uma constante em todas as oportunidades. A "Mística da Mobilização" é a pira acesa que refletirá o entusiasmo, o planejamento e a execução de exercícios para a garantia da integridade territorial e de nossas instituições.

PREÇOS

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr\$	5.00
Exterior	NCr\$	15.00

NÚMERO AVULSO

Último número	NCr\$	1.00
Número atrasado	NCr\$	1.20

NOTA — As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do interessado.

— Haverá acréscimo nos preços acima, em caso de registro ou via aérea.

— Estes preços vigorarão a partir de Jan 69.

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

SISTEMA DE TRAÇÃO ENGEZA

(APROVADO PELA CETVAE EM 1967)

1. Finalidade

a. Possibilitar a transformação do caminhão médio comum (4x2) em uma viatura qualquer terreno, 2 1/2 t, (4x4, 6x6 ou 6x4) de alto padrão de eficiência.

b. Permitir a fabricação de pequenas séries, condizentes com o mercado nacional (demanda e preço), tendo, para tanto, eliminadas as peças especialmente forjadas ou aquelas que demandem ferramental de alto custo de amortização.

2. Componentes do Sistema de Tração e suas Características

a. Caixa de Transmissão Múltipla

1) Projetada e construída com engrenagens helicoidais permite a utilização silenciosa, por longos períodos, da caixa de transferência engatada em reduzida enquanto que a caixa de mudança pode ser utilizada em marcha mais alta, com aumento de duração de seus componentes.

2) Possui tomadas de força, dianteira e/ou traseira, com multiplicação e/ou redução de velocidade, das quais a potência integral do motor pode ser utilizada com o veículo parado. As tomadas de força podem também ser utilizadas com a viatura em movimento, utilizando parte da potência do motor.

3) Caixas semelhantes, devidamente dimensionadas, podem, também, ser utilizadas em viaturas leves e pesadas.

b. Diferencial

1) Construído a partir de componentes de fabricação corrente no BRASIL.

2) Dos rolamentos utilizados, somente quatro (4) são importados e são de uso corrente pela indústria automobilística em suas viaturas de linha normal.

c. Ponte dianteira

1) Em conjunto com o diferencial acima é formada por tubos grossos flangeados e articulações abertas oferecendo simplicidade de construção e manutenção e grande robustez.

d. Pontes traseiras

1) Nas viaturas 4x4, são as fornecidas no modelo original.

2) Nas viaturas 6x6, as duas pontes do tandem ("bogie") usam o mesmo diferencial descrito atrás.

e. *Trem traseiro (tanden ou "bogie")*

1) Acomodando as duas pontes com diferenciais traseiros e usando sistema de feixos de molas e tirantes basculantes, formando paralelogramos.

2) Forma o conjunto um quadro rígido auto-suportado, que por sua vez é aplicado ao chassi do caminhão, também devidamente forçado.

3) O trem traseiro é o mesmo para as viaturas de 2 1/2 t, já em uso, de fabricação FORD e CHEVROLET.

f. *Caixa de Diferencial Interdiferenciais (opcional)*

1) Nas viaturas 6x6, opcionalmente, pode ser intercalado um diferencial (contido na caixa citada) entre a caixa de transmissão múltipla e os diferenciais traseiros.

Este diferencial, quando a viatura trabalha com a transmissão dianteira desligada, isto é, como 6x4, impede que haja arrastamento dos pneus traseiros consequentes de diferenças de diâmetros efetivos resultantes de desgastes ou descalibragens.

2) Quando a viatura trabalha em qualquer terreno com tração 6x6 engatada, o diferencial interdiferenciais fica bloqueado, ou então, os 2 diferenciais traseiros passam a funcionar sem diferenciação, entre si.

g. *Freios*

1) Nas viaturas 4x4, os freios traseiros são os originais traseiros do caminhão comercial.

2) Já nas viaturas 6x6, os freios dianteiros são iguais aos dianteiros comuns dos caminhões, com exceção dos cilindros hidráulicos das rodas, que são iguais aos originais na frente, e maiores atrás, formando um conjunto harmônico de ação eficiente. O cilindro principal do freio é o normal de caminhão.

h. *Alavanca de Comando*

1) Única, para engate da tração simples, tração total sem reduzida, neutro e tração total reduzida tanto no 6x6 como no 4x4.

2) A tração total pode ser engatada em movimento, a qualquer velocidade, de preferência com auxílio da embreagem. A reduzida, por não ser sincronizada, deve ser engatada sempre com auxílio da embreagem e em baixa velocidade, da mesma forma que a 1ª marcha não sincronizada da caixa de mudança.

3. *Conclusões*

a. A adoção, pelo Exército, do sistema de tração ENGEZA aplicado a viaturas da linha comercial, propiciou:

solucionar o problema das viaturas 2 1/2 t com tração 4x4 e 6x6;
padronizar a tração das viaturas de fabricantes diferentes;
facilitar a manutenção e suprimento de peças de reposição;
criar novas perspectivas para viaturas de outras tonelagens.

b. Pelas provas que realizou e que permitiram a aprovação final das viaturas, mais uma vez desem-

penhou o EXÉRCITO atividade pioniera em beneficio do BRASIL, face a gama de aplicação d'estes tipos de viaturas no mercado civil.

c. Estimulando um projeto brasileiro que praticamente independe da importação, contribuimos para o fortalecimento do Poder Nacional.



O PREÇO DESTA REVISTA...

“A DEFESA NACIONAL” vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Fôrças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,50) há um ano alterado, está ainda em descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropósito com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiarnos, como sempre.

A DIRETORIA

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

ACISO — ARMA BÁSICA DO ARSENAL PSICOLOGICO

Cap. Inf.

ATHOS EICHLER CARDOSO

Alguns meses atrás, um caminhão do Exército estacionou num povoado chamado Rosariana, próximo ao Rio Maranhão, no norte de Goiás. Não é comum viaturas em Rosariana, meia dúzia de casas-plantadas, aparentemente a contragosto, numa chapada recoberta de pedras, onde quatro árvores esquálidas, do cerrado que a circunda conseguiram sobreviver. Dos três oficiais que saltaram da viatura, dois deles vestem vésulas brancas do serviço de saúde, agora não tão alvas devido à poeira avermelhada. Há quatro horas — que viajam, aos trancos, por uma estrada em que várias vezes é preciso parar e descer para orientar o motorista na passagem de pontilhões que mal dão passagem aos pneumáticos.

O motorista, um cabo enfermeiro, e outro auxiliar descarrégam uma cadeira de dentista portátil e um caixote de medicamentos, transportando-os para uma edificação próxima, de adobe e — pintada de cal — a escola — que é também igreja, aos domingos. Ao lado do tóscio altar que faz às vezes de mesa da professora, o dentista instala o seu aparelho de esterilização a fogo, enquanto o médico, do outro la-

do da sala, improvisa um consultório — com alguns bancos e uma mesinha emprestada por moradores do local. Um soldado relaciona numa ordem de prioridade, o nome e a idade de várias pessoas que já se encontram no interior e fora do recinto.

O dentista senta o primeiro cliente na cadeira, ao mesmo tempo que enxota alguns cães que farejam no interior do aposento. A reclamação é feita com comentários espirituosos e a tensão de alguns populares diminui através do sorriso espontâneo que mostram nos rostos curtidos.

O médico atende à primeira consultante, fornecendo vitaminas e conselhos para a criança de meses que traz nos braços.

É a primeira vez que Rosariana recebe a visita de um médico ou dentista.

Do lado externo, um oficial de arma, agachado junto à casa, palestra com dois habitantes da região, colhendo informações sobre o problema de terras, exploração de minério e educação. Daqui a pouco, dividirá com um dos seus interlocutores — um velho, cuja montaria, uma mula, escapou deixando-o a pé em Rosariana — a sua frugal "ração fria" — pedaço de pão

com queijo e salame e algumas laranjas.

Eis a visão rápida de uma das facetas de ACISO, das muitas que a 11.^a RM, a exemplo das grandes divisões militares do Brasil, vêm realizando na sua área, que compreende Brasília, o Estado de Goiás e o Triângulo Mineiro.

A Ação Cívico-Social é a nova arma do arsenal psicológico do Exército e, mais do que isto, uma necessidade e um ato de solidariedade humana que todos os seus participantes, desde o general até o soldado recruta se orgulham de realizar. Nestes curtos entrechoques contra a doença, a miséria e a ignorância, os inseticidas substituem os gases de combate, cada ampola de medicamento, um cartucho, o estetoscópio equipa-se ao radar, e a agulha hipodérmica vale mais do que a baloneta.

A ACISO, é qualquer ação realizada pela tropa utilizando — mão-de-obra, técnicos e material do Exército, em cooperação ou não com entidades civis, autoridades ou grupos, e que visa a melhorar as condições sanitárias, económicas ou sociais de um aglomerado humano.

Para a cidade, os benefícios e a dinamização que a ACISO traz consigo, ocasionam verdadeira festa. As escolhidas são geralmente pequenos núcleos populacionais economicamente pobres com cerca de 3.000 habitantes e desprovida de assistência médica. Mas, não é só no setor de saúde que o Exército age com a sua ACISO que, variando em quantidade e meios materiais, comportará elementos especiali-

zados — carpinteiros, marceneiros, pintores, eletricistas, e pedreiros que podem reformar o prédio de uma escola, manufaturar quadros negros e carteiras escolares, ou revestir em tijolos um poço de água potável.

Um gerador elétrico traz para a população a oportunidade de assistir pela primeira vez filmes cinematográficos, a maioria instrutivos, sobre hábitos de higiene, técnicas de agricultura e mesmo entretenimentos. A tela, geralmente é a parede branca da igreja, local que transforma a praça principal numa vasta sala de espetáculos ao ar livre.

Um conjunto musical improvisado, mas nem por isso dissonante, composto de soldados com pendentes artísticos realizará pequenos espetáculos nos estabelecimentos de ensino, entremeando ensinamentos cívicos com números de música jovem. É interessante ressaltar que em cidades sem energia elétrica e onde o povo toma contacto com a música através de rádios de pilha, a garotada e a juventude conhece na penta da língua o último sucesso musical de um ídolo popular qualquer.

No último dia na cidade — a ação pode se realizar durante três ou cinco déles — como coroamento às festividades que durante o dia incluiram desfile da tropa, doação de livros e bandeiras nacionais às escolas públicas, além de disputas esportivas entre civis e militares, geralmente é realizado à noite um baile popular. É rara a ACISO que não tenha como saldo imediato a salvação de uma vida humana. Tal se deu, por exemplo, em Niquelândia, munici-

pio que aguarda sua redenção econômica com o funcionamento da central elétrica em construção, que trará com a energia, o impulso ao progresso da sede de um dos municípios mais prodígios em minério do país. Ali um habitante da região, acometido de desidratação causada por intoxicação alimentar e com o estado físico agravado por uma insuficiência cardíaca, estêve quase à morte, salvando-se unicamente pela presença da equipe médica da ACISO, que lhe prestou assistência durante toda uma noite. Havendo necessidade de emprego de um medicamento existente na farmácia local, que se encontrava fechada pela ausência de seu proprietário, a mesma, após consentimento da autoridade competente, foi arrombada e o medicamento utilizado no doente.

Uma das grandes vantagens da ACISO é que coloca os seus componentes frente à frente com os problemas da população do interior da área com a constante de toda parte — a miséria — e, o que lhe é sempre proporcional — a esperança — a mesma que a todos empolga e desafia.

Eram quase 21 horas quando o jipe que transportava dois oficiais de regresso a Brasília, centenas de quilômetros de distância, cruzou por um casebre de sapé à beira da estrada. Detendo a viatura para aguardar o restante do comboio da

ACISO que se atrasara, um dos militares ficou emocionado e ao mesmo tempo entusiasmado pelo que viu: ao lado do caminho poeirento, tendo como mesa uma tábua atravessada sobre uma valeta em cuja borda sentavam, três crianças debruçavam-se sobre uma única cartilha. As idades delas variavam de oito a onze anos e seus cabelos revoltos roçavam perigosamente junto a chama de uma lamparina improvisada com um vidro de remédio. Em conversa com o paldas crianças, o lavrador informou-lhe que a mais velha, um menino de onze anos, havia, durante o dia, ajudado a transportar a braço, mais de mil folhas de palmeiras anãs para a nova casa que estavam construindo. A vontade de progredir, o grande tônus da arrancada para o desenvolvimento mostrava-se assim, com toda a sua força humana, perante o oficial, que confessou mais uma vez ter sentido feliz pela missão que lhe permitiu testemunhar aquela cena.

Para os que não tecem críticas ao ACISO pelo seu caráter esporádico, a frase de um tenente dentista, já com várias ACISO, esmaga qualquer argumento contrário que, porventura se levante: — "Já que não se pode fazer tudo que se deve, devemos fazer tudo o que se pode".

E se está fazendo.

UMA DOAÇÃO DE SERVIÇOS MILITARES

MAJ REGINALDO M. MIRANDA

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo é um dos grandes vultos nacionais, tendo o nome ligado a fatos importantes do desenvolvimento do País. Nascido em Santos em 1774, viveu a maior e mais produtiva parte de sua existência no Rio Grande do Sul.

Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra, regressou ao Brasil como juiz da alfândega a ser criada nas Capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande, e, ainda, auditor das tropas do Rio Grande do Sul. Recebeu então a condecoração do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1812, com a graduação de Coronel Chefe da Justiça Militar, seguiu com o Exército Pacificador do Capitão-General Diogo de Souza para as proximidades de Montevidéu. Foi este o começo de sua brilhante carreira política, chegando a Conselheiro e Senador do Império, Presidente do Rio Grande, membro da alta nobreza brasileira, etc. Como Ministro de Estado conseguiu efetivar a criação dos Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda. Muito fez pelo progresso do Rio Grande, sendo o fundador da Colônia de São Leopoldo, origem da cidade do mesmo nome.

Primeiro Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, exerceu essa honrosa presidência até falecer em 5 de julho de 1847, tendo deixado várias obras históricas de valor, como os "Anais da Província de São Pedro". Os Anais apareceram com um primeiro volume em 1819, o segundo impresso em 1822. Uma segunda edição da obra data de 1839. Foram reeditados em 1946 pelo Instituto Nacional do Livro, o que mostra sua importância. Foram incluídos na "Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira", do General Francisco de Paula Cidade, merecendo estudo minucioso daquele historiador.

Um acontecimento na vida de Fernandes Pinheiro, quando ainda estudante, tem muito de interessante e mesmo de pitoresco para os costumes militares da atualidade.

Pai do Visconde de São Leopoldo, José Fernandes Martins, natural de Guimarães, em Portugal, foi militar, negociante e agricultor. Pertenceu à melhor sociedade de Santos no seu tempo, tanto que teve possibilidade de mandar o filho estudar em Coimbra. Realizou sua carreira militar nas fileiras do Térço de Auxiliares da Marinha de

Santos, Corpo depois designado como Regimento da Marinha de Santos. Convém lembrar que as tropas Auxiliares, depois denominadas Milícias, eram as forças regionais que existiram no Brasil até 1824, quando foram transformadas em 2.ª linha do Exército, e acabaram sendo extintas em 1831.

O Tenente Fernandes Martins, da 1.ª Companhia do Térço de Marinha de Santos, foi promovido a Capitão em 4 de abril de 1777. Em fins de 1797, sendo Tenente-Coronel, era um homem cheio de dívidas, afigrido por graves problemas particulares. Preocupado com o futuro do filho distante, procurou ajudá-lo com a doação de seus serviços militares. Não teria, certamente, nada para doar... Legalizou a doação em escritura pública, remetendo por carta uma certidão ao beneficiado.

No transcurso do primeiro centenário de falecimento do Visconde de São Leopoldo, em sua cidade natal o Dr. José da Costa e Silva Sobrinho, destacado historiador, proferiu conferência alusiva, em que citou a mencionada doação de serviços militares, transcrevendo o respectivo ato público:

"Escritura de doação de serviços militares que faz o Tenente-Coronel José Fernandes Martins a seu filho José Feliciano Fernandes Pinheiro, como abaixo se declara:

Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação, cessão e trespassse virem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e sete, aos dezenove dias do mês de dezembro, do dito ano, nesta Vila e Praça aí apareceu presente o mesmo tenente-coronel José Fernandes Martins, onde eu tabelião ao diante nomeado fui vindo, e sendo aí apareceu presente o mesmo tenente-coronel José Fernandes Martins, morador desta vila, reconhecido de mim próprio de que dou fé, e por ele me foi dito em presença das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que ele outorgante tinha vários documentos autênticos dos serviços que tem feito a Sua Majestade desde o tempo que à mesma está servindo, até o presente na Tropa de Milícias, desde o tempo que sentou praça de soldado até o posto que está servindo, e por quanto queria fazer doação, cessão e trespassse dos ditos serviços a seu filho José Feliciano Fernandes Pinheiro, a quem com efeito por esta escritura pública de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento seu ou de pessoa alguma, e assim para todo o sempre fazia a doação, cessão e trespassse de todos os referidos seus serviços ao dito seu filho José Feliciano Fernandes Pinheiro, para que de hoje em diante lhe pertençam como seus próprios e para que com êles possa requerer qualquer mercê, graça, benefício e faculdade a Sua Majestade em remuneração dos ditos serviços que tem feito à mesma Majestade desde que sentou praça, até o presente, de

que por esta lhe trespassa e doa, como se próprios fôssem, para o que cede, renuncia, e trespassa todo o direito que nêles tinha na pessoa do referido doado seu filho, e promete em todo o tempo fazer boa, firme e valiosa esta doação, e não revogar nem reclamar o tratado nesta escritura, por ser feita de sua livre e espontânea vontade, na forma que lhe permite o direito, e o constitui legitimo senhor dêles pela cláusula constitutiva de Direito e pelas mais que a êste respeito forem em beneficio da dita doação e que se obriga a fazer firme e valiosa por si, e seus herdeiros em todo o tempo a dita doação e de como assim o disse, e outorgou me pediu que lhe fizesse esta escritura, nesta minha nota a que foi distribuida e que eu tabelião como pessoa pública estipulante e aceitante, estipulei, e aceitei a dita doação, em nome do dito doado, e depois de feita lhe li, aceitou e assinou com as testemunhas presentes Manuel Joaquim da Silva e o tenente Luis Antonio da Fonseca Guimarães, ambos moradores desta vila, conhecidos de mim Manuel da Silva Borges, tabelião que o escrevi. Declaro que o escrevi. Declaro que disse o mesmo doador, o tenente-coronel José Fernandes Martins que o doado seu filho José Feliciano Fernandes Pinheiro, a quem faz a doação, se acha na Universidade de Coimbra. Dia, e era ut supra eu sobredito Tabelião o escrevi. José Fernandes Martins. Luis Antonio da Fonseca Guimarães. Manuel Joaquim da Silva."

O Tenente-Coronel José Fernandes Martins, em comovente gesto de amor de pai, cedendo ao filho distante as vantagens decorrentes de seus serviços nas fileiras milicianas, deixou registrado documento interessante de um costume militar de outrora.

A DEFESA NACIONAL

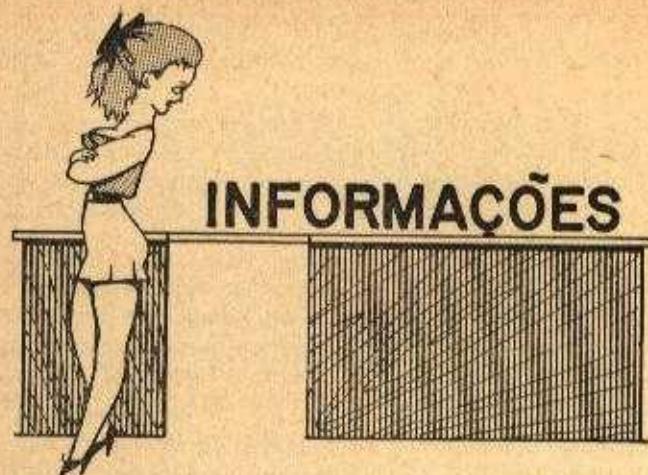
(Recomendação)

Aviso n.º 99, de 21 de janeiro de 1947:

"Tendo em vista que A DEFESA NACIONAL vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-lo à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Transcrito do Boletim do Exército n.º 4, de 25 de janeiro de 1947).



A REFORMA ADMINISTRATIVA

(SUA IMPLANTAÇÃO NO EB)

Cel CONFUCIO PAMPLONA
Conferência feita no CEP

1. Finalidade

As principais finalidades dessas sessões, dentro da programação do CEP, são:

- caracterizar, resumidamente, algumas idéias básicas do Decreto-lei n.º 200 — Reforma Administrativa, no referente ao Ministério do Exército;
- comentar a Nota Ministerial decorrente;
- expor uma solução de estratégia para a implantação da Reforma Administrativa no Exército;
- tecer comentários sobre um projeto de estrutura para o Ministério;
- abordar a necessidade do estabelecimento de políticas setoriais;
- tirar conclusões do magno problema.

2. Decreto-lei n.º 200

a. Os princípios

O decreto dá ênfase toda especial aos princípios fundamentais a serem obedecidos pela Administração Federal: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

Embora não citados explicitamente, podem ser percebidos outros princípios de grande importância para a condução da Reforma: Autoridade, Economia e Flexibilidade.

(1) Planejamento

Embora já se considerasse no Exército esse princípio — sobretudo no que se refere a planejamento operacional — impunha-se definir precisamente as linhas mais objetivas do moderno planejamento administrativo, a fim de neutralizar e vencer a improvisação do nosso homem e das instituições.

O Decreto foi exuberante ao estruturar uma sistemática de planejamento e ao orientar a elaboração de documentos norteadores fundamentais, como o plano geral do governo, os programas gerais e setoriais de duração plurianual, o orçamento — programa e a programação financeira de desembolso.

O Ministério do Exército, como setor do Governo Federal, tem que se enquadrar na nova metodologia de planejamento, considerando os seus objetivos, necessidades e aspirações e necessita de estrutura e capacitação a fim de que, em curto prazo, possa ter um planejamento global que responda aos seus objetivos a curto, médio e longo prazos.

Constata-se aí uma necessidade de estrutura, de mentalidade, de método, de coordenação e, principalmente, de realizar objetivamente.

(2) Coordenação

No planejamento administrativo do Ministério do Exército, o princípio de coordenação apresenta alguns aspectos de relevância que devem ser conhecidos e observados.

A implantação da sistemática planejamento programação-orçamentação exige uma metodologia coordenada e coordenadora que permita planejar e programar, visando aos objetivos do Exército, aos objetivos setoriais decorrentes e às políticas prefixadas, dentro das disponibilidades orçamentárias.

Outro aspecto a considerar é a indispensável e cuidadosa coordenação dos diversos planos setoriais, buscando-se a integração de todas as ações e atividades auxiliares, em benefício das atividades fins, ou seja, em proveito do principal.

O Alto Comando do Exército, o Estado-Maior do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças devem realizar a coordenação perfeita dos órgãos de direção setorial a fim de que o Plano Diretor e o Plano Geral do Ministério sejam não apenas exequíveis nos prazos previstos, mas, e principalmente, representem as maiores aspirações do Exército, sempre dentro da realidade orçamentária.

Impõe-se seja banido de nossa administração todo e qualquer fator de perturbação, como as ações dispersas, as iniciativas indivi-

duais, os projetos de ocasião, as obras demagógicas, os trabalhos sem previsão e sem programação futura.

Os sistemas de atividades auxiliares—personal, logística, ensino e instrução, o orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade, auditoria, etc, a serem estruturados em nível horizontal devem sofrer coordenação central, com orientação normativa, supervisão técnica e controle.

A perfeita coordenação representa mentalidade, atitude, organização e política.

(3) Descentralização e delegação de competência

A Descentralização deverá permitir que os órgãos centrais de direção permaneçam liberados da rotina de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

Como consequência, deverá haver a diminuição dos órgãos de direção superior e de direção setorial, em benefício do nível de execução e de atividades-fim.

"A delegação de competência deverá ser utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender".

A delegação de competência deve ser encarada como a extensão de autoridade para a prática dos atos administrativos a nível inferior, conforme se dispuser em regulamento.

A atribuição tem aspecto permanente, enquanto a delegação se caracteriza por ser temporária.

Nas organizações militares êsses princípios devem ser aplicados em harmonia e conciliação com os princípios especificadamente militares, de autoridade e de unidade de comando. Deve-se ter em conta que, numa boa administração militar, a descentralização e a delegação não desgastam a unidade de comando nem afetam o primado de autoridade. Deve haver a compreensão de que as tendências centralizadoras, os complexos de autoridade, as crises de vaidade e as frivolidades suscetibilidade individuais estão definitivamente ultrapassados.

É necessária a formação e a adoção de uma nova mentalidade, em que prevaleçam a funcionalidade, o desembaraço, a simplicidade e a flexibilidade, com descentralização do processo decisório.

A descentralização administrativa, também e principalmente, compreende a atribuição de missões à órbita privada, mediante contratos, convênios ou concessões.

(4) Controle

O Decreto-lei n.º 200 prevê que "o controle deverá exercer-se em todos os níveis e órgãos, compreendendo, particularmente:

- o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
- o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
- o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciarem como meramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco".

A sistemática de planejamento-programação-orçamentação previu o controle em todos os níveis para as diversas fases do cumprimento da metodologia, principalmente na consecução dos projetos e atividades, de maneira física e financeira, para que possam ser, consequentemente, executados os projetos, subprogramas e programas.

Havendo a conscientização da Reforma, em todos os órgãos e níveis do Exército, com sua inteira compreensão, o princípio de controle deve ser considerado para se processar o "desemperramento" de nosso fluxograma administrativo.

(5) Economia

Apesar de não específico, o princípio de economia, como deduzido, tem grande valia para o Exército.

A constatação mais chocante e que mais interessa à evolução, ao aprimoramento, ao equipamento e à modernização do Exército é que as Despesas Correntes (praticamente custeio) têm oscilado em torno de 87%, enquanto as Despesas de Capital (Investimentos) têm compreendido aproximadamente 13%.

Assim, o princípio de economia tem sua aplicação irresponsável e irresponsável. Economia nos custeos de pessoal (em número, rentabilidade, especialização, seleção), de material de consumo, em serviço de terceiros, em produção e em encargos diversos. Economia com a reserva. Economia com os gastos em atividades auxiliares, que sejam onerosos, sem justificarem a aplicação de recursos. Economia pelo aumento da produtividade. Economia como princípio, mentalidade, objetivo e fim.

E no mais grave, economia como opção. Ou progredimos ou estagnamos.

b. Idéias da estrutura

O Decreto-lei n.º 200 deu aos executores da Reforma Administrativa uma grande flexibilidade no concernente às modificações de estruturas.

Configurando a estrutura governamental, o decreto fixou somente os escalões administrativos. No caso do Exército, como órgãos de assessoramento ministerial, foram previstos o Gabinete, a Consultoria Jurídica, a Secretaria-Geral e outros Conselhos e Comissões.

Note-se que, focalizando os ministérios civis — embora os conceitos possam ser válidos para os militares, — a Reforma define o papel do Gabinete Ministerial como "assistindo o Ministro em sua representação política e social e incumbindo-se das relações públicas, encarregando-se do preparo e despacho do expediente pessoal do Ministro".

A atividade-fim do Exército ficou circunscrita ao escalão Fôrças Terrestres, englobando os órgãos territoriais e a tropa.

As atividades-meio foram repartidas em três escalões: Órgãos de Direção Geral, Órgãos de Direção Setorial e Órgãos de Apoio.

Como Órgãos de Direção Geral foram especificados o Alto Comando do Exército, o Estado-Maior do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças.

Ao Alto Comando do Exército cabe assessorar o Ministro nos assuntos relativos à política militar do Exército, nas matérias de relevância — em particular de administração, organização, e logística — dependentes da decisão ministerial e seleção do quadro de Oficiais-generais.

O Estado-Maior do Exército corresponde, se feito um paralelo com os Ministérios civis, a Secretaria-Geral, como órgão central de planejamento e orçamento, capaz de exercer funções delegadas pelo Ministro. É responsável perante ele pela preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional. Tem a incumbência de estudar, planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra, inclusive as de coordenação a cargo do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Ao CONSEF, se comparado com a Inspetoria-Geral de Finanças dos Ministérios Civis, cabe "integrar os sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, superintendendo a execução dessas funções no âmbito do Ministério e em cooperação com a Secretaria-Geral (EME) no acompanhamento da execução do programa e do orçamento".

Os Órgãos de Direção Setorial são previstos "para executar funções de administração das atividades específicas e auxiliares do ministério e serão preferentemente organizadas em base departamental".

Os Órgãos de Apoio serão diretorias necessárias ao apoio comum, independentemente dos setores da administração.

c. Complemento

Além desses aspectos principais — princípios e estruturas — o Decreto-lei dita normas de administração financeira e de contabilidade, licitação para compras, obras, serviços e alienações.

Um aspecto de real valor é a adoção de uma política de pessoal civil, fixando princípios que visam à produtividade, à valorização e à dignificação da função pública.

Outro ângulo de interesse é o da transformação, se necessário, de organizações fabris do governo em empresas públicas, com personalidade jurídica de direito privado, para desempenhar atividades de natureza empresarial, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

3. Nota Ministerial

Em decorrência do Decreto-lei n.º 200, o Sr. Ministro do Exército enviou ao Chefe do Estado-Maior do Exército, em 21 de junho de 1967, a Nota n.º 34-D/3, que, em resumo, abrange os seguintes pontos:

a. O reconhecimento da necessidade de uma progressiva e ampla Reforma no Exército;

b. A afirmação que os erros existentes não são principalmente de estrutura, mas de hábitos e falhas administrativos, impondo como ação preliminar a revisão dos fluxogramas;

c. Fixação dos principais objetivos a serem atingidos:

- instituir o planejamento conjugado ao orçamento;
- descentralizar a ação administrativa;
- estabelecer sistemas de controle das atividades-meio;
- simplificar a tramitação da correspondência;
- readjustar a estrutura administrativa;
- atender às implicações decorrentes da interiorização da capital do país;
- restituir às atividades-fim liberdade de ação em benefício da instrução e da operação;
- obter o máximo de eficiência dentro das disponibilidades.

Com a fixação dos objetivos foi determinado o procedimento de uma análise do fluxograma da atual estrutura para identificação das falhas funcionais e estruturais, com as providências decorrentes:

- medidas para a "operação desemperramento";
- atos progressivos de restruturação, redistribuição de efetivos e definição de competência;
- revisão progressiva da legislação.

Assim a Nota Ministerial estabeleceu em linhas muito gerais uma estratégia de implantação da Reforma Administrativa no Exército.

4. Estratégia para a Implantação da Reforma

O Estado-Maior do Exército, em consequência da Nota Ministerial designou uma comissão, subordinada ao 2.º Subchefe, para cumprir a determinação ministerial.

A comissão inicialmente procurou equacionar a Reforma na sua máxima complexidade, assessorando-se com técnicos civis, particularmente da Fundação Getúlio Vargas. Em complemento foi realizado um Simpósio Explicativo da Reforma Administrativa, na AMAN, quando se encontravam os membros da Comissão, representantes dos Departamentos, do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Geral, de algumas Diretorias, dos I e II Exércitos e da COSEF, com o objetivo de ambientar e motivar o grupo de Oficiais mais diretamente ligado à aplicação da Reforma, estudar e discutir seus aspectos principais, receber orientação de técnicos de alto padrão e elevado conceito e iniciar a educação da estratégia de implantação da Reforma.

Em síntese, essa estratégia para a Comissão ficou decomposta em ações: análise da missão, difusão da Reforma, levantamento da atual situação no Exército, operação desemperramento, descentralização dos estudos necessários à implantação da Reforma, centralização das ações decorrentes, acompanhamento da aplicação das ações e uma constante atuação para a caracterização dos obstáculos existentes à Reforma, a fim de anular a contra-reforma.

a. Difusão da Reforma

Foi concebido um programa singelo quanto à difusão da Reforma. O principal objetivo dessa difusão é obter em todos os níveis e escalões uma conscientização homogênea, real e se possível agressiva relativa à necessidade urgente da implantação da Reforma, dentro de seus princípios, objetivos e conceitos. Em síntese, acreditamos que, sem uma formação de mentalidade reformista, não haverá a Reforma. Há que se obter a sua interiorização para que, necessariamente, se consiga a mudança de estruturas, de métodos, de normas, de procedimento ou de leis.

Já foram publicadas no Noticiário do Exército diversas notas, das quais retiramos parte substancial deste texto; realizaram-se diversos cursos, principalmente de orçamento-programa; foram aceitos convites do Ministério do Planejamento para a matrícula de diversos Oficiais em cursos ministrados por técnicos especializados; incluíram-se as idéias da Reforma nos currículos de administração das escolas do Ministério.

E, centro desse programa de difusão da Reforma está a finalidade dessas sessões.

b. Levantamento da atual situação

O levantamento da atual situação abrange:

- a identificação das imperfeições da administração;
- a análise dos fluxogramas; da estrutura;
- o exame dos estudos e projetos já existentes;
- a fixação das aberrações, das falhas e dos erros;
- o estudo quanto aos controles, verificando as falhas, superposições, custos e riscos;
- a interpretação da atual legislação, de um modo geral, em relação aos objetivos da Reforma.

Para esse levantamento já foram realizados alguns trabalhos.

Inicialmente foi expedido um questionário aos Departamentos, Exércitos, Comandos de Área e, como amostragem, a algumas Regiões Militares, Unidades das Armas e de Apoio, em diversas regiões do país.

Houve pontos coincidentes nas respostas ou soluções apresentadas, mas também foi grande a diversificação das observações. Vieram compor uma variada complexa gama de informações e sugestões. Entrechoques de escalões e de atribuições, omissões de níveis, legislação contraditória, emperrando os vários sistemas, imensa variedade de casos, problemas, assuntos e pormenores que devem ser estudados, analisados, equacionados e, consequentemente, levantadas as soluções a serem propostas.

Outro trabalho de pesquisa foi realizado pela ECENE ao analisar, por questionários e inspeção, o sistema administrativo da 2.ª Região Militar. A difusão de esforços os gastos antieconómicos, a superposição de missões, a ineficiência de organismos e outras falhas foram constatados e representam problemas que devem ser saídos urgentemente.

No Estado-Maior do Exército, por terem servido de subsídio para outras comissões ou grupos de estudo, há levantamentos quase completos a respeito de diversos assuntos, como assistência social, apoio logístico, organização do serviço de saúde e a pessoal, quanto a movimentação, transferência, formação, promoção, inatividade, plano de carreira e de toda a legislação pertinente.

A ECEME no corrente ano procede a outros estudos e pesquisas. Assim, o levantamento ou equacionamento dos problemas foi e está sendo realizado com a devida profundidade.

c. *Operação desemperramento*

De acordo com o Decreto-lei e Nota Ministerial devia ser inicialmente realizada uma "operação desemperramento", a fim de se obter maior rendimento, flexibilidade e descentralização da máquina administrativa.

O Ministro Helio Beltrão levantou os seguintes embaraços, obstáculos ou "gargalos" que devem ser removidos:

- inconveniente centralização das decisões;
- controle cujo custo é superior ao risco;
- exigências burocráticas que oneram a solução;
- tramitação obrigatória de todos os processos por escalões, órgãos técnicos ou jurídicos;
- tramitação desnecessária por órgãos de simples encaminhamento ou redistribuição;
- execução direta de serviços por órgãos da administração pública.

No Exército, além de outras, encontramos em todos os níveis essas falhas apontadas.

Pela descentralização e, particularmente, por delegação de competência já se processou uma descentralização objetiva em muitos setores de nossa administração.

Essa etapa ainda está em curso. Muito há o que realizar, mas em muito depende da conscientização da Reforma por todos os escalões, chefias e atitudes individuais.

d. *Descentralização dos estudos*

Dada a complexidade da Reforma, para sua implantação objetiva e oportuna, tem-se como única solução a descentralização das atitudes referentes à infinitude dos problemas já levantados.

Já foram constituídos grupos de trabalho com resultados já concretos para:

- propor uma organização do EME, com seu respectivo regulamento;
- rever o Regulamento de Administração do Exército, a fim de eliminar os principais "gargalos administrativos";
- propor uma sistemática de planejamento-programação-organização, corporificando o planejamento à realidade organizacional;

- reestruturar o sistema de assistência social, bem como o apoio logístico;
- inovar um sistema de avaliação da eficiência profissional;
- equacionar a organização e a implantação dos sistemas de orçamento e de administração financeira, contabilidade e auditoria, com atenção especial para os controles existentes e necessários;
- compor uma nova estrutura, sem grandes modificações, que venha atender aos princípios de idéias básicas da Reforma;
- apresentar soluções para determinados problemas como controle de pessoal, mecanização dos serviços do material e contabilidade, descentralização de poder de decisão, etc.

Ao mesmo tempo o EME aprontou a revisão do Plano Diretor a ser aplicado a curto e médio plano, dentro das exigências conjunturais que nos são impostas.

Apesar de todas as dificuldades a Reforma no Ministério progride, com objetivo em alguns dos setores.

e. *Concretização da Reforma*

Para a implantação da Reforma, dentro da estratégia adotada e considerando a atual estrutura, é recomendável a centralização das ações decorrentes no Estado-Maior do Exército, propondo-as ao Ministro.

Em consequência, foram previstas, na nova organização do EME, duas seções: a de Programação-Orcamentação, para executar o planejamento com realidade orçamentária e a de Organização e Métodos com o objetivo de prosseguir e acompanhar, continuamente, a Reforma Administrativa.

f. *A Contra-Reforma*

A atual Reforma é a quarta tentativa de mudança de nossa administração pública, fracassadas as anteriores devido a causas diversas, destacando-se entre elas o ambiente e o espírito da "contra-reforma".

Seria profundo um estudo para abranger as razões adversas à implantação da Reforma. No caráter nacional, nos defeitos de formação de nosso homem, nas práticas administrativas, na origem de nossas instituições, nos vícios já instituídos e aceitos, na formação dos quadros dirigentes, na nivelação dos níveis burocráticos, no despreparo dos servidores do governo, na falta de estímulos em benefício da produtividade, no achatamento das recompensas pecuniárias, enfim em muitos setores são encontrados os obstáculos, as dificuldades e as trincheiras que se opõem à implantação da Reforma Administrativa.

Aquêles responsáveis pela sua consecução devem ter em mente a anulação da contra-reforma, em todos os seus aspectos, para obter o êxito desejável.

5. Estrutura

O Ministério do Exército, já tendo uma estrutura formal, completada por regulamentos, regimentos internos e normas de ação e dispendo de estudos completos e avançados por diversas comissões, cremos, está em condições de evoluir para uma nova estrutura.

A atual organização do Ministério apresenta falhas como, entre outras:

- inadaptabilidade à atividade de planejamento;
- dificuldade de coordenação;
- tendência para a centralização;
- dificuldade de controle;
- dicotomia de funções;
- estatização de encargos;
- dispersão de recursos.

É necessário, então, evoluir inicialmente para outra estrutura, mesmo que não seja ainda a solução definitiva.

Vimos que o Decreto-lei n.º 200 já fixou os Órgãos de Direção Geral: EME, ACE e CSEF. E, também, os de Assessoramentos: Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Secretaria-Geral do Exército, e outros Conselhos e Comissões.

Os Exércitos e as Regiões Militares, como Forças Terrestres, constituem as atividades-fim da instituição.

6. Políticas

Além da revisão da atual estrutura é necessário o estabelecimento de algumas políticas a serem seguidas a médio e longo prazo.

As políticas de pessoal e de material são as de maior importância, interligadas, também, à política econômico-financeira do Exército.

A Política de Pessoal estabelece objetivos e princípios. Para sua complementação seriam instituídos Planos de Carreira de Oficiais e Sargentos e revista toda a legislação concernente, como, a lei de promoções, a lei de movimentação, os estatutos dos militares, a lei de matrículade, a lei do ensino, o estatuto do magistério e outras.

Para se ter uma idéia da complexidade do problema, sómente no que se refere ao Plano de Carreira de Oficiais, estão sendo estudados os seguintes tópicos:

- conceituação da carreira;
- quadro de Oficiais subalternos combatentes;

- quadro de capitães e Oficiais superiores;
- quadro dos engenheiros;
- quadro de intendência;
- quadro de finanças;
- quadro de administração;
- quadros de dentistas, farmacêuticos e veterinários;
- quadro de médicos;
- seleção;
- formação;
- especialização;
- aperfeiçoamento;
- movimentação;
- promoção;
- opções;
- avaliação da eficiência profissional;
- etc.

Na parte da política de material o problema não é menos complexo. Necessidades face ao Plano Diretor. Política de obtenção: fabricação, compra ou transformação. Escolha do tipo do material. Planejamento ligado ao tempo e às disponibilidades de recurso.

Fixadas as Políticas, vencendo todas as dificuldades, estaremos esboçando um Plano Geral do Ministério do Exército, exequível e realístico que venha a ser executado com planejamento, coordenação e controle.

7. Conclusões

Procuramos, resumidamente, transmitir algumas idéias que englobam, no principal, as seguintes conclusões:

- A Reforma Administrativa implantada é uma das mais importantes iniciativas da Revolução de 1964;
- A sua complexidade é fantástica e sua realização tem que ser progressiva e objetiva;
- Há sérios obstáculos a serem vencidos, em todos os níveis e escaões, em todos os setores, desde a mentalidade até aos métodos;
- A Reforma não é de uns, nem de poucos, mas de todos integrantes da administração;
- Somente pela Reforma conseguiremos dar novas estruturas ao Exército e ao País, para a consecução dos objetivos das Políticas de Segurança Nacional e de Desenvolvimento;
- Sem a Reforma é estagnação, agitação social e instabilidade política.



A IMPRENSA NOTICIOU

AS FLORES DO VANDRÉ

OCTAVIO COSTA

A noite de 29 de setembro, no Maracanãzinho, poderia ficar como a noite das injustiças: a do júri, a do público, a do Vandré, a da própria Justiça.

Não dando a "Pra não dizer que não falei de flores" o primeiro lugar do Festival, o júri foi injusto, por preterir o concorrente de sensibilização popular maior, de impacto e de letra mais elaborada. Não se atreve a discutir a melodia quem dela só pode falar na base do subjetivo, do emocional, do gosto-não-gosto. Direi apenas que o ritmo me pareceu pouco brasileiro, espanholado, lento, pesado. Monótono quase. A letra, sim, é todo um artesanato, intelectualizada e pacientemente trabalhada no sentido de seus fins. Nisto é uma pequena obra de arte. E aí está o segredo de seu êxito.

O propósito dividiu o poema em quatro partes: o chamamento, a "nossa" gente, a outra gente e a nova lição.

A primeira está contida no refrão, todo ele um toque de reunir para a marcha, a ação, a violência. Como a canção inteira, é um conjunto de imagens dinâmicas e de pregação pragmatista. O autor, primeiro, chama, convoca, mobiliza: "Vem". Depois se põe em marcha: "Vamos embora". Condena o imobilismo de "esperar", opondo-lhe o sentido dinâmico de "saber": "Que esperar não é saber". Situa-se no tempo, na oportunidade histórica, e renova a condenação ao imobilismo contemplativo: "Quem sabe faz a hora/Não espera acontecer".

Nas primeira e segunda estrofes, Vandré definiu a gente que está a seu lado, a "sua gente", o "lado

amigo". Discrimina, divide, separa: o estudante, o camponês, o operário, o povo das ruas. Mas ambiciona reuni-los, uni-los, conduzi-los: "Caminhando e cantando e seguindo a canção/Somos todos iguais, braços dados ou não".

É na segunda quadra que se encontra um dos aspectos mais marcantes de sua temática. Vandré engana o ouvinte descuidado, dando-lhe a falsa impressão de fazer lirismo, opondo as flores ao canhão. Em verdade, esse curives das massas adverte àqueles que, estando a seu lado, são, no entanto, "indecisos cordões" que "inda fazem da flor seu mais forte refrão/e acreditam nas flores vencendo o canhão". Vandré condena esses "indecisos", esses "alienados", pois não crê nas flores vencendo o canhão e a elas se refere, apenas, "pra não dizer que não falei de flores". O que de fato arquiteta é a formal condenação do lirismo immobilista, inconsequente e não pragmático. No plano ideológico, repete Bandeira no estético, podendo com ele dizer: "Estou farto do lirismo comedido/Do lirismo bem comportado. (...) Não quero mais saber do lirismo que não é liberação".

E no estético, parodia João Cabral, pois "a fome, em grandes plantações" outra coisa não é que o transplante da morte severina, "pois só as roças da morte compensa aqui cultivar".

O terceiro quarteto visa a estigmatizar a "outra gente", os "antagonistas", o "inimigo", os que se opõem àqueles que são todos iguais, "nas escolas, nas ruas, campos, construções". Quem são eles? Quem poderia ser, senão, precisamente,

aqueles que constituem o obstáculo mais sério à expansão de sua ideologia? Quem poderia ser, senão o alvo predileto de todas as campanhas das esquerdas, no Brasil de nossos dias? São os "soldados armados", "quase todos perdidos de armas na mão", pois "nos quartéis lhes ensinam antigas lições".

Note-se, porém, que Vandré ainda muito espera de seu chamento, na porta entreaberta à sua sedução, nesse machadiano "quase".

A "nova lição", a "sua lição", a "lição de sua gente", a um só tempo aprendida e ensinada, está bem nítida nas duas últimas estrofes, na oposição à "velha lição" de morrer pela pátria. Que lição é essa, que empolgou a pequena multidão do Maracanãzinho, e tantos repetem, inocentemente, pelo Brasil a fora?

A nova lição é contra o lirismo, contra as flores e a favor do ódio, da violência, da luta de classes, do materialismo histórico e até mesmo do canhão. Despreza os soldados "perdidos" nos quartéis, mas declama, proclama e conclama que "somos todos soldados, armados ou não". Mostra sua face e seu propósito ao afirmar as "flores no chão" e colocar a "certeza na frente e a História na mão". Que certeza é essa que vem pela frente, numa História que ele e todos os marxistas ousam antever e prever, mais como arma psicológica de intimidação, que por força de uma lei irreversível?

A injustiça do júri foi, assim, a de não preferir a letra de melhor comunicação e artesanato no sentido de seus fins, com as suas antiteses, ambivalências, afirmações e negações — afirmando para negar,

negando para afirmar — prolongando-se nos gerúndios, pungindo nos fonemas nasais e repercutindo, pelo eco, no uso tonitruante do itinerante ditongo ão.

A do público foi a cegueira da paixão, renegando dois dos maiores compositores brasileiros e sufocando a suavidade de Cinara e Cibele.

A canção de Vandré é tôda ela injustiça aos "soldados armados". Não vivem sem razões os que consagram sua vida a servir. Os que estão, neste momento, em pleno sertão, rasgando estradas, cavando poços, enquanto as patativas enriquecem na pompa dos festivais, cantando os cânticos da subversão. Não vivem sem razões os que vi- giam, no êrmo das fronteiras amazônicas, colonizando, e assegurando a soberania brasileira, que outros ameaçam no achincalhe ao "morrer

pela pátria". Não vivem sem razões todos quantos — como missionários — em quartéis, navios, bases, escolas, fábricas, arsenais, por este Brasil imenso, estudam, constroem, educam, assistem, ajudam, e aproximam, ligam, unem, integram gentes, regiões, Brasis. Não vivem sem razões os que asseguram à imensa maioria da nação o direito de continuar vivendo democraticamente e velam para que "a certeza" do trovador seja mera expressão da rendosa dialética marxista.

E a injustiça da Justiça? É a da perplexidade diante do delito, do delito claramente configurado, à luz dos refletores, contra a lei vidente.

Dessa noite de injustiças, três são irreparáveis. A última ainda é tempo de reparar.

(Transcrito de "O Jornal do Brasil" de 6 Out 68.)

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 5,00).

REPRESENTANTE!

1. Prestigie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 54 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto em fôlha foi atualizado (NCR\$ 5,00 de uma só vez ou NCR\$ 2,50 em 2 vêzes).
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nossa preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

DA REVISTA PESQUISA

PESQUISA

Existe uma palavra que caracteriza a história da humanidade até hoje: Progresso. Todo o desenrolar de fatos e acontecimentos históricos, direta ou indiretamente implica em atitudes que, no plano das generalizações podem ser tachadas de progressistas. Todavia perguntamos, o que seria o progresso? Apenas uma evolução natural e espontânea decorrente da necessidade que todo o homem tem de agir? Basicamente sim. Sem dúvida, a iniciativa individual é a força motriz de qualquer realização, por mais insignificante que seja. Entretanto, à medida que uma nova fase, de civilização, se instaurou em nossa história, as atividades criativas tornaram-se cada vez mais complexas, crescendo a interdependência dos criadores. Como consequência, em vários campos de ação este processo assumiu tal vulto que não só se torna impossível rompê-lo mas, ao contrário, faz-se necessário ampliá-lo. Tal é o caso da pesquisa científica que, abrangendo um vasto e inesgotável acervo de possibilidades a serem exploradas, exige divisão e coordenação de trabalho. Abandonando-se, definitivamente, a atuação empírica o problema intensifica-se, se considerarmos que a criatividade com base na pesquisa não escolhe fronteiras. Portanto, torna-se necessário lançar mão de todos os recursos que possibilitem e incentivem ainda mais a união de pesquisadores em âmbito internacional. Só assim, compreende-se a validade real dos trabalhos de pesquisa, estendendo-os a toda humanidade, principal objeto dos esforços assim despendidos.

DE MUNDO ECONÔMICO

ROBERT STRANGE McNAMARA

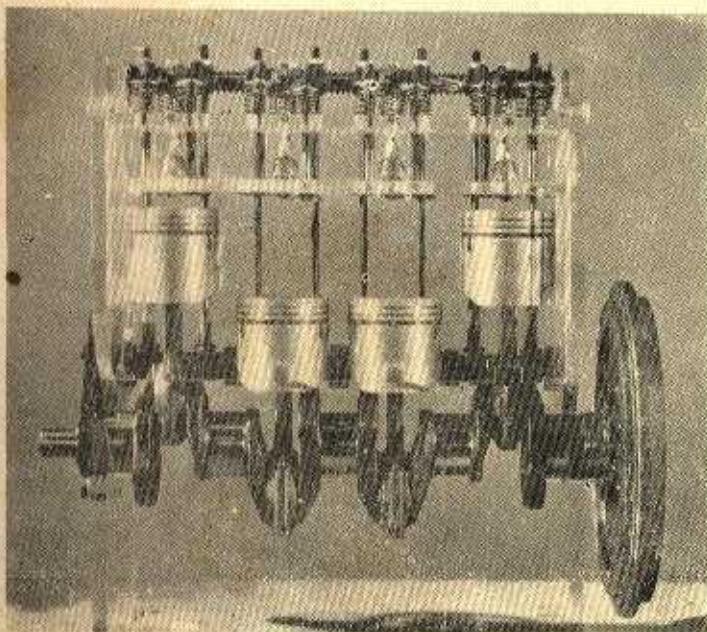
Robert Strange McNamara nasceu em 1916 perto de São Francisco, na Califórnia. No ginásio era o único aluno de sua classe a comparecer sempre às aulas de terno completo, quando todos os outros usavam suéters e blue-jeans, mas era muito popular e admirado por sua inteligência e capacidade de estudo. Em 1937 formou-se em Humanidades, com distinção, pela Universidade da Califórnia.

Graças a uma bolsa que cobria parte de suas despesas, cursou a Escola de Administração de Empresas da Universidade de Harvard. Diplomou-se com tal brilho que foi imediatamente contratado como professor-assistente. Casou-se então com Marjorie (Margie), sua namorada dos tempos da Universidade da Califórnia.

McNamara e outros nove oficiais especializados em controle estatístico foram então convidados a ingressar juntos e formando uma equipe homogênea, na Ford Motor Company. Os diretores e executivos da Ford viviam quase todos num requintado subúrbio perto de Detroit. McNamara preferiu o subúrbio universitário de Ann Arbor. Por esse motivo, por suas preocupações intelectuais e por seu estilo de trabalho era visto colegas como um tipo diferente e talvez perigoso.

Pertencia nominalmente ao Partido Republicano, mas não escondia sua simpatia por organizações como a Associação Nacional pelo Progresso das Pessoas de Cór e a União Americana das Liberdades Civis. Já em 1940 cometera a heresia de votar em Franklin Roosevelt, quando todos os seus colegas de turma em Harvard apoiaram o candidato republicano Wendell Willkie. Apesar disso fez carreira na Ford e foi nomeado seu presidente a 9 de novembro de 1960, no dia seguinte ao da eleição de John Kennedy, em quem votara. No fim desse mês foi convidado pelo novo presidente para ser seu secretário de Defesa, posto que ocupou até o fim do ano passado.

Banco de perguntas — Nenhuma personalidade fez mais perguntas do que McNamara em sua estada de cinco dias no Brasil, onde assinou convênios para estradas e energia, num montante de US\$ 74,9 milhões, visitou o Rio, Salvador, Recife, Petrolina (onde examinou a fazenda-piloto Bebedouro, projeto SUDENE-SUVALE) e São Paulo. E ninguém mais simpaticamente deu menos respostas. Mas o que mais impressionou todo o mundo foi sua capacidade de perguntar, engolir as respostas e não deixar transparecer se eram indigestas ou não. Muitas vezes foi surpreendido fazendo a mesma pergunta a pessoas diferentes. Por exemplo: "Por que a SUDENE deu tanta ênfase à indústria em lugar da agricultura?" As antenas ligadas deram o sinal de perigo para o problema do planejamento demográfico. McNamara não tocou no assunto. O homem que impôs uma liderança civil ao Pentágono, agora no Banco Mundial, quer marcar sua presença com o lema "Segurança é desenvolvimento". E voltou a Washington deixando sinal verde para novos e grandes empréstimos.



Como Funciona um Automóvel?

Alguns motoristas hesitam em olhar sob o capô; outros têm como passatempo curiar os seus motores. Um novo filme colorido disponível na Filmoreca Shell talvez interesse a todos eles. Explica os principais componentes de um motor típico de quatro cilindros e demonstra como o combustível produz a energia necessária, empregando-se um cilindro especial fabricado em vidro temperado; através de um sistema de variações de cor e luz, é realmente possível observar a sequência do ciclo de quatro tempos.

Sociedades e instituições em qualquer parte do Brasil poderão solicitar como empréstimo, gratuitamente, "O MOTOR". Este é um centro mais de um centena de filmes em 16 mm disponíveis na Shell e que abrangem diversos assuntos diferentes, tais como tecnologia e agricultura, saúde e competições automobilísticas. "O MOTOR" é um filme em série sobre o funcionamento do automóvel. Outros filmes da mesma série são "O CARRIADOR", "USA QUESTÃO DE MOLTO" e "LIBERTAÇÃO DO MOTOR".



PARA INFORMAÇÕES SOBRE FILMES SHELL, ESCREVA PARA:

SHELL BRASIL S.A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL 250 - ZC-00
SÃO PAULO, CAIXA POSTAL 2800

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968 resolveu reiterar o Aviso n.º 99 de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem "A DEFESA NACIONAL", e cujo teor é o seguinte:

1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99 de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem "A Defesa Nacional" para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de "A Defesa Nacional" recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

NCr\$ 0,60

S Ge Ex
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1968